PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Faculdade Mineira de Direito

A TUTELA AMBIENTAL NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

**A contribuição de controle do meio ambiente pelos Tribunais de
Contas dos Estados e dos Municípios**

Edalgina Braulia de Carvalho Furtado de Mendonça

Belo Horizonte
2006

Edalgina Braulia de Carvalho Furtado de Mendonça

A TUTELA AMBIENTAL NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

**A contribuição de controle do meio ambiente pelos Tribunais de
Contas dos Estados e dos Municípios**

Dissertação apresentada à Faculdade Mineira de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito Público.

Orientador: Professor Doutor José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior.

Belo Horizonte
2006

FICHA CATALOGRÁFICA

M539t

Mendonça, Edalgina Braulia de Carvalho Furtado de
A tutela ambiental dos tribunais de contas / Edalgina Braulia de Carvalho
Furtado de Mendonça. Belo Horizonte, 2006.
161f.

Orientador: José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito.
Bibliografia

1. Meio ambiente – Fiscalização. 2. Meio ambiente – Tutela. 3. Direito
ambiental. 4. Tribunais de Contas. 5. Auditoria ambiental. 6. Imposto sobre
circulação de mercadorias e serviços. I. Baracho Júnior, José Alfredo de
Oliveira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de
Pós-Graduação em Direito. III. Título.

CDU: 351.777.6

A TUTELA AMBIENTAL NOS TRIBUNAIS DE CONTAS: A contribuição de controle do meio ambiente pelos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios

Dissertação apresentada à Faculdade Mineira de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Belo Horizonte, 2006.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Dr. José Alfredo de Oliveira Baracho Júnior (Orientador)

Professor Dr. José Adércio Sampaio Leite (PUCMINAS)

Professor Dra. Edna Cardoso Dias (FUMEC)

Suplente: Professor Dr. Adriano Stanley Rocha Souza (PUCMINAS)

Dedicatória

A minha filhinha Alice, que mesmo dentro e fora da minha barriga, deu total apoio para a realização dessa empreitada.

Ao meu marido, José Osvaldo Correa Furtado de Mendonça, que sempre me apoiou e sem o qual não teria conseguido essa tarefa hercúlea.

Gostaria de dedicar esse trabalho aos meus ascendentes, bem como, também aos amigos fraternais e mestres na melhor acepção da palavra, Edgard de Almeida e Cláudio Pérsio Carvalho Leite.

Meus Agradecimentos

A Deus e aos meus pais por terem me concedido a vida, o amor e a ética.

À minha mãe preta, Tuninha querida, pelas valiosas lições de vida, por seu carinho, sua constante dedicação e presença.

À minha grande família, de quem eu herdei o gosto pelos estudos.

Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais pelo incentivo e pela bolsa concedida, permitindo a realização desta dissertação.

À Marília Domingues e a Rachel Simões pelo apoio e carinho.

Aos colegas de Mestrado, companheiros de debate e co-responsáveis pelas vitórias obtidas ao longo do curso.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais pelo incessante apoio e auxílio durante o curso.

Aos “meninos e meninas” das Bibliotecas da PUC Minas - Coração Eucarístico, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que sempre com muita competência, presteza e eficiência ajudaram na concretização desse trabalho.

Afinal, que é o homem na Natureza? Um nada, se comparado ao infinito; um tudo, se comparado ao nada; um meio entre nada e tudo. Infinitivamente afastado da compreensão dos extremos, o fim das coisas e seu princípio estão para ele invencivelmente escondidas num segredo impenetrável, igualmente incapaz de ver o nada de onde é tirado e o infinito pelo qual é absorvido.

Quando considero a duração mínima de minha vida, absorvida pela eternidade precedente e seguinte, o espaço diminuto que ocupo, e mesmo o que vejo abismado na infinita imensidade dos espaços que ignoro e que me ignoram, assusto-me e assombro-me de me ver aqui antes do que lá, pois não há razão por que antes aqui do que lá, no presente do que então.
(PASCAL, 1623-1662)

RESUMO

O presente estudo visa abordar a necessidade dos Tribunais de Contas dos Estados, a guisa do Tribunal de Contas da União, também exercerem a tutela ambiental. O controle da gestão pública ambiental requer uma análise não só dos aspectos formais (auditorias de conformidade) ou daquelas funções puramente de natureza pecuniária, mas, e principalmente, a realização de auditorias operacionais para a avaliação e verificação da eficácia e da eficiência na aplicação dos programas e políticas públicas estaduais e municipais de proteção do meio ambiente, bem como, seu acompanhamento e controle. Enfocaremos a experiência de Minas Gerais, que instituiu o ICMS ECOLÓGICO, parcela destinada aos municípios que investem em saneamento básico e instalação de unidades de preservação no Estado. A auditoria ambiental no âmbito dos Tribunais de Contas, constituirá um instrumento para a gestão e otimização dos recursos públicos na preservação, proteção e prevenção ambiental, o que redundará em contribuição substancial para a construção de uma visão ecológica na Administração Pública contra o desperdício de recursos, fazendo valer os princípios da efetividade, economicidade, eficácia e eficiência também na gestão do meio ambiente, patrimônio de todos nós e das futuras gerações.

Palavras-chaves: Tribunais de Contas; Tutela Ambiental; Auditoria Ambiental; ICMS Ecológico.

ABSTRACT

The current study aims at approaching the need of the “Tribunais de Contas” of Cities and States, inasmuch as the “Tribunal de Contas da União” is responsible for the environment. The public management environmental control requires an analysis not only of the formal aspects (conformity auditings) or of those purely monetary functions, but also particularly the carrying out of operational auditings for evaluating and checking the effectiveness and the efficiency of programs and public policies of environment protection, as well as follow-up and control within the Democratic State of Law. What will be emphasized is the experiment, which established the ecological ICMS, a tax destined to the cities that invest in sewage and in implementation of preservation units in the State. The environmental auditing within the limits of the Tribunais de Contas will be an instrument for the management and enhancement of public resources in environmental preservation, protection and prevention, which will result in substantial contribution for developing an ecological vision in Public Administration against the wasting of resources, putting into effect the principles of economy and efficiency, as well as the management of the environment, property of all of us and of future generations.

key words: Tribunais de Contas, Environmental Responsibility, Environmental Auditing

LISTA DE SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Transitórias

CE - Constituição do Estado

CF - Constituição Federal

CONAMA - Conselho Nacional de Política Ambiental

COPAM - Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais

EC - Emenda Constitucional

FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente

FNMA - Fundo Nacional de Meio Ambiente

FDD - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos

FNECA - Fundo Estadual de Conservação Ambiental

FUNMINERAL - Fundo de Prevenção e Reparação de Danos Ambientais decorrentes de Mineração.

IEF - Instituto Estadual de Florestas

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

LC - Lei Complementar

LOA - Lei Orçamentária Anual

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOM - Lei Orgânica Municipal

MMA - Ministério do Meio Ambiente

PPA - Plano Plurianual de Ação

PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental

SEMAD - Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

TCE - Tribunal de Contas do Estado

TCM - Tribunal de Contas do Município

TCU - Tribunal de Contas da União

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 OS PARADIGMAS DE DIREITO E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	16
1.1 CONCEITO DE PARADIGMA	16
1.2 O ESTADO LIBERAL	17
1.3 O ESTADO SOCIAL	23
1.4 O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	29
2 A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL	39
3 DIREITOS FUNDAMENTAIS E MEIO AMBIENTE	52
4 O TRIBUNAL DE CONTAS NA TUTELA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL	59
5 AUDITORIAS AMBIENTAIS	67
5.1 ASPECTOS A SEREM ABORDADOS NA AUDITORIA AMBIENTAL.....	81
5.1.1 Exigência de Licenciamento Ambiental	81
5.1.2 A Lei de licitação e a questão ambiental.....	86
5.1.3 O sistema de gerenciamento de resíduos.....	87
5.1.4 Controle de materiais provenientes de jazidas	89
5.1.5 Auditoria de obras de saneamento.....	90
5.1.6 Recomendações e linhas gerais de avaliação	93
6 A EXPERIÊNCIA DE MINAS GERAIS QUANTO AO ICMS/ ECOLÓGICO	96
6.1 ICMS ECOLÓGICO: UM INSTRUMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL.....	97
6.1.1 Unidades de conservação	99
6.1.2 Unidades de conservação no estado de Minas Gerais	101
6.2 SANEAMENTO BÁSICO	103
6.3 ICMS ECOLÓGICO: UM INSTRUMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL PARA BENEFICIAR OS MUNICÍPIOS QUE PRIORIZAM SANEAMENTO BÁSICO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	104
7 CONCLUSÃO	110
8 REFERÊNCIAS.....	114

**ANEXO I DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MG -
2005 121**

**ANEXO II RELAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CADASTRADAS NO
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF) - SETEMBRO/2005 127**

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, de enormes transformações econômicas, sociais e tecnológicas, constatam-se mudanças radicais no âmbito das dimensões do público e do privado, das relações entre cidadãos e Estado historicamente em tensão. Nesta inquietude de mudanças, alargamentos e rupturas, indispensável se faz a criação de instrumentos que possam resguardar o sistema democrático, ampliando sempre os espaços públicos de efetivação da cidadania.

O estudo do fenômeno da Pós-Modernidade tem se enriquecido, nas diversas áreas do conhecimento, devido às rápidas mudanças que se têm processado no âmbito das estruturas sociais.

O conceito de modernidade refere-se a um contexto sócio-histórico da cultura ocidental que se inicia no século XVII chegando até meados do século XX.

Na Modernidade, a legitimidade do direito assentava na simplificação das estruturas sociais e numa forma de conhecimento que pressupunha a distinção entre o sujeito (o jurista) e o objeto do conhecimento (as normas jurídicas). A Teoria Pura do Direito, de Hans Kelsen (1991) é a obra clássica dessa forma de conceber o direito.

Na relação entre direito e modernidade, o direito, aparece, ora como representação dos valores da modernidade, ora como motor e vetor da modernidade, ao regular a organização social e política e os processos de integração social.

O direito moderno aparece, pois, ora como reflexo, ora como componente da crise da modernidade.

É em meio a essa percepção de crise da modernidade que passa a surgir um novo paradigma do direito, ora como antimodernidade, ora como uma continuidade da modernidade em outras bases.

Como antimodernidade o novo direito não é visto como uma ordem absoluta, mas relativa. Os pilares para um novo paradigma do direito são pois complexidade e flexibilidade. Essas duas dimensões explicam os pontos de ruptura do direito “pós-moderno” com o direito da modernidade: à unidade, opõe-se, o pluralismo - à hierarquia, diversidade - à coação, a regulação e a emancipação – a estabilidade, a adaptabilidade.

No atual estágio de conformação da estrutura jurídica dos Estados constitucionalizados, Carvalho Netto (1999) entende, apoiando-se sobretudo nos teóricos contemporâneos Klaus Günther, Jürgens Habermas e Ronald Dworkin, que o direito vigente deve satisfazer duas ordens de anseios: a crença tanto na legalidade, entendida como segurança jurídica e como certeza do direito, quanto no sentimento de justiça realizada, que deflui da adequabilidade das decisões às peculiaridades dos casos concretos.

Nesse contexto, o trabalho, que se apresenta, tem por objetivo abordar o papel do Tribunal de Contas na tutela do patrimônio ambiental, em face de alguns dos princípios básicos da Constituição brasileira enfocando de modo especial a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o tratamento por ela reservado à questão ambiental dentro do Estado Democrático de Direito. Além disso, demonstrar a importância do controle do meio ambiente que também poderá ser exercido pelos Tribunais de Contas dos Estados, bem como dos Municípios.

Para o desenvolvimento desse estudo, o trabalho é dividido em 6 capítulos e se busca apoiar todo o impulso de reflexão nos diversos movimentos de explicação

do fenômeno jurídico na atualidade e que as falhas e as crises por que ele passa, são oriundas, sobretudo, do momento histórico, em que o mesmo se consolidou - a Modernidade.

Para tanto, será abordado no primeiro capítulo “Os paradigmas de direito e o Estado Democrático de Direito”; os paradigmas do Estado Liberal, do Estado Social e do Estado Democrático de Direito, que sustentam as análises jurídicas em diversas épocas, sendo importante indicar o marco teórico buscando fundamentos em autores como Ignacy Sachs.

Em várias partes do mundo, autores de orientações teóricas diversificadas, entendem que está surgindo um direito novo, diferente do direito clássico ou do moderno, o qual tem sido denominado por alguns autores “Direito Pós-Moderno”.

A base do surgimento de novas formas de compreender o direito é oriunda, principalmente, das mutações sociais globais que têm ocorrido não sendo mais possível separar o estudo do direito dos demais fenômenos sociais. O estudo do fenômeno da Pós-Modernidade tem se enriquecido, nas diversas áreas do conhecimento, devido às rápidas mudanças que se têm processado no âmbito das estruturas sociais.

No capítulo 2 será abordado “A Constitucionalização do Direito Ambiental”, o tratamento reservado à questão ambiental pela Constituição brasileira de 1988 e o tratamento por ela reservado à questão ambiental.

O terceiro capítulo 3 “Direitos fundamentais e Meio Ambiente”, será apresentado, no interior do *Constitucionalismo*; denominado de princípios constitucionais fundamentais, os valores fundamentais da Ordem Jurídica.

No capítulo 4 “O Tribunal de Contas na Tutela do Patrimônio Ambiental”, será ressaltado, a importância do seu papel pelas atribuições que lhe foram

conferidas e a sua relevância para o regime democrático, sendo uma instituição de destaque constitucional, que tem por escopo coibir os abusos do poder, imoralidades, mau uso dos bens e recursos públicos, com funções opinativas, de orientação, fiscalização e julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis pelo dinheiro público, sob os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade, de forma a controlar a realização das políticas públicas legitimamente estabelecidas e, ser ainda o fiscal do meio ambiente em todos os seus níveis.

O capítulo 5 “Auditorias Ambientais” será focado a evolução e as tendências da auditoria ambiental.

No capítulo 6 “Experiência de Minas Gerais quanto ao ICMS/ Ecológico” o enfoque está nos aspectos conceituais e legais do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS. Bem como, demonstrar a experiência desenvolvida no Estado de Minas Gerais com o ICMS ECOLÓGICO, parcela do tributo destinada aos municípios que investem na proteção e conservação do meio ambiente.

Sem pretensão de esgotar o tema, estas serão algumas questões abordadas e outras apenas suscitadas na tentativa de demonstrar a função do Tribunal de Contas dentro do Estado Democrático de Direito.

1 OS PARADIGMAS DE DIREITO E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

1.1 CONCEITO DE PARADIGMA

Em qualquer tema em que o Direito é abordado, a questão da interpretação, sobretudo da interpretação constitucional, é sempre questão central e uma noção básica é hoje requerida: a noção de paradigma.

O termo paradigma é originário do grego *paradeigma* e encontra em Platão sua concepção mais remota, como idéia de modelo ou exemplo. Como noção da epistemologia contemporânea tem sua gênese na Filosofia da Ciência, vinculado à hermenêutica filosófica e o presente estudo foi estruturado com base na noção de paradigma do físico Thomas Kuhn.

Carvalho Netto (1996), ao tratar do tema, assim se expressa:

O conceito de paradigma vem da filosofia da ciência de Thomas Kuhn (A Estrutura das Revoluções Científicas, São Paulo, Perspectiva, 1994, sobretudo das págs. 218 à 232). Tal noção apresenta um duplo aspecto. Por um lado, possibilita explicar o desenvolvimento científico como um processo que se verifica mediante rupturas, através da tematização e explicitação de aspectos centrais dos grandes esquemas gerais de pré-compreensões e visões de mundo, consubstanciados no pano-de-fundo naturalizado de silêncio assentado na gramática das práticas sociais, que a um só tempo tornam possível a linguagem, a comunicação, e limitam ou condicionam o nosso agir e a nossa percepção de nós mesmos e do mundo. Por outro, também padece de óbvias simplificações, que só são válidas na medida em que permitem que se apresente essas grades seletivas gerais pressupostas nas visões de mundo prevalentes tendencialmente hegemônicas em determinadas sociedades por certos períodos de tempo e em contextos determinados (CARVALHO NETTO, 1996, p. 127)

Kuhn (1998, p. 13) em sua obra “A estrutura das Revoluções Científicas”, cria a tese de que o conhecimento não progride evolutivamente, pacificamente, que o progresso do conhecimento nas ciências ou na natureza, se daria, por rupturas, por alterações de paradigmas. *“Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante alguma tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”*.

Carvalho Netto (1996) sintetiza a conceituação construída por Kuhn:

A noção de paradigma delineada por Thomas Kuhn pode ser compreendida como esquemas gerais de pré compreensões, que limitam ou condicionam o nosso agir e a nossa percepção de nós mesmos e do mundo. determinados (CARVALHO NETTO, 1996, p. 4)

O autor, acima citado, lembra ‘que a história como tal é irrecuperável e incomensuravelmente mais rica do que os esquemas que aqui serão apresentados, assim como as infinitas possibilidades de sua reconstrução e releitura.

1.2 O ESTADO LIBERAL

No período que antecede a formação das organizações políticas modernas, as normas que regulam o agir humano têm fundamentação transcendental, onde não se diferenciam direito, religião, tradição, costume e moral.

A justificação sagrada das sociedades pré-modernas, como afirma Carvalho Netto (2001a, p. 882-889), conduz a uma visão do Direito como *“coisa devida a alguém, em razão do seu local de nascimento na hierarquia social tida como absoluta e divinizada nas sociedades de castas.”*

A modernidade importa, como afirma Baracho Júnior (2000):

... em ruptura com a justificação sagrada de uma ordem normativa aglutinadora, o que viabiliza a distinção entre moral, religião, direito e tradição. Ao comprometer a estabilidade da ordem fundada em um amálgama normativo indiferenciado, a modernidade passa a exigir uma justificação própria para os diversos sistemas de normas, particularmente para o Direito. O Direito passa a exigir uma justificação que substitua a fundamentação naturalizada presente nas escrituras sagradas. (BARACHO JÚNIOR , 2000, p. 23)

Na modernidade, o Estado estrutura-se à luz de novos paradigmas ainda que não representem rupturas absolutas com os antecedentes, trazem traços distintivos. Tendo como marco a Revolução Francesa, ocorrida em 1789, surge o Estado Liberal, que extingue os privilégios do clero e a nobreza.

O Estado Liberal assenta-se como organização social, na burguesia nascente enquanto o Direito estrutura-se como núcleo formal burguês de proteção de individualidade.

Carvalho Netto (2001b) mostra que o paradigma prefigura não apenas o Estado e o Direito, mas, igualmente, as noções do público (cidadania política) representação política (negócios do Estado) e do privado (indivíduo, família e mercado).

Sobre o papel do Direito sob o paradigma Estado Liberal, assinala Oliveira (2002):

Sob o paradigma liberal, cabe ao Estado, através do Direito Positivo, garantir certeza nas relações sociais através da compatibilização dos interesses privados de cada um, com o interesse de todos, mas deixar a felicidade ou a busca da felicidade nas mãos de cada indivíduo. Em nível de esfera privada, reconhecem-se direitos naturais, vida, liberdade e prosperidade. Em nível de esfera pública, convencionam-se direitos perante o Estado e direitos à comunidade estatal: status de membro (nacionalidade), igualdade perante a lei, certeza e segurança jurídicas, tutela jurisdicional, segurança pública, direitos políticos, etc. (OLIVEIRA, 2002, p. 55)

E ainda, Oliveira (2002) sintetiza a compreensão liberal da juridicidade burguesa nos seguintes termos:

O Direito é uma ordem, é um sistema fechado de regras, de programas condicionais, que tem por função estabilizar as expectativas de comportamento temporal, social e materialmente generalizadas, determinando limites e ao mesmo tempo garantindo a esfera privada de cada indivíduo. (OLIVEIRA, 2002, p. 55)

Assim, com base na filosofia do Estado de Direito, na prevalência do liberalismo, a salvaguarda da sociedade civil efetiva-se por meio do Direito Público, como o mínimo de leis gerais editadas, para assegurar ampla liberdade a cada um, de desenvolver suas “propriedades” físicas e mentais, de acordo com o interesse geral, entregue a representantes da melhor sociedade. Por meio do Direito Privado, como o conjunto de normas destinadas à garantia formal da igualdade de todos perante a lei. O desafio do Estado Liberal é garantir ao indivíduo o pleno desenvolvimento de suas potencialidades como proprietário.

Montesquieu (1993), ao discorrer sobre igualdade e liberdade, assim aduz:

É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste em se fazer o que se quer; Em um Estado, isto é, numa sociedade onde existem leis, a liberdade só pode consistir em poder fazer o que se deve querer e em não ser forçado a fazer o que não tem direito de querer.

Deve-se ter em mente o que é a independência e o que é a liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; e se um cidadão pudesse fazer o que elas proibem ele já não teria liberdade, porque os outros também teriam este poder. (MOUTESQUIEU, 1993, p. 170)

Baracho Júnior (2000), escreve que o paradigma liberal importa em que todos sejam ou devam ser proprietários livres e iguais. Esse ideário conduz ao movimento constitucionalista e à implantação dos Estados de Direito como um meio de conformação da organização política à necessidade de se impor e dar curso ao

direito nacional de cunho racional.

Carvalho Netto citado por Baracho Júnior (2000) escreve que o Direito “é visto assim, como um sistema normativo de regras gerais e abstratas, válidas universalmente para todos os membros da sociedade”.

E continua:

Ainda para que estas idéias abstratas tivessem curso, era necessário evitar o retorno ao absolutismo, o que se buscou através da conformação do Estado à lei, ato normativo para o qual fica reservado o tratamento de todas as matérias relativas à vida, liberdade e propriedade, e a adoção do princípio da separação de Poderes.

Neste ponto, Carvalho Netto identifica a distinção liberal entre Direito Público e Direito Privado, nos seguintes termos:

Em face do Direito Privado, reino por excelência daquelas verdades evidentes, o Direito Público, ao variar, em seus detalhes, de país para país, é visto como mera convenção, pois da “sociedade política” deveria participar apenas a melhor sociedade, convencionalmente estabelecida pelo requisito de renda mínima para o exercício do voto, bem assim pelos critérios mínimos crescentes de renda censitariamente escalonados para que alguém pudesse se candidatar a cargos públicos nacionais, regionais e locais. O Direito Privado, por sua vez, corresponderia àquelas verdades matemáticas inerentes a todo e qualquer indivíduo: os direitos à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade privada.

Essa distinção entre Direito Público e Direito Privado representa uma profunda separação entre sociedade política e sociedade civil. Na primeira, os interesses gerais deveriam prevalecer mediante a “atribuição de sua identificação e guarda [...] àqueles cultural e economicamente bem aquinhoados”. Por outro lado, a “razão prática” determinava o “estabelecimento de um mínimo de leis gerais e abstratas”, pois, tendo em vista que liberdade é fazer tudo o que as leis não proibam, quanto menos leis, mais livres seriam as pessoas para desenvolver as suas propriedades.

Carvalho Netto aponta a sociedade civil como espaço naturalizado, no qual as propriedades devem ser desenvolvidas o mais livremente possível, mediante a garantia de igualdade formal de todos perante a lei, não importando quão desiguais possam ser as pessoas em termos materiais.

O Direito, no paradigma liberal, tem como função estabelecer um mínimo de normas que define os limites para a atuação do Estado, o que leva Carvalho Netto a afirmar a existência, nesse paradigma, de uma limitação do Estado à legalidade, limitação essa que é também apontada por José A. Silva como uma característica central do que denomina Estado Liberal de Direito:

Na origem, como é sabido, o Estado de Direito era um conceito tipicamente liberal: daí falar-se em Estado Liberal de Direito, cujas características básicas foram: a) submissão ao império da lei, que era a nota primária de seu conceito, sendo a lei considerada como ato emanado formalmente do Poder Legislativo, composto de representantes do povo,

mas do povo-cidadão; b) Divisão de Poderes, que separe de forma independente e harmônica os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com técnica que assegure a produção das leis ao primeiro e a independência e imparcialidade do último em face dos demais e das pressões dos poderosos particulares; c) enunciado e garantia dos direitos individuais. (CARVALHO NETTO apud BARACHO JÚNIOR, 2000, p. 53-55)

Nesta fase, com a consagração de certos direitos inalienáveis, ínsitos ao homem e ao cidadão, a burguesia, responsável pela criação do Estado Liberal, também cria o primeiro grupo importante de direitos que fundam a mentalidade jurídica.

São os chamados direitos de primeira geração, entendidos como liberdades individuais oponíveis ao Estado.

Para operacionalização desses direitos de primeira geração, o principal artifício desenvolvido, inspira-se nas idéias abstratas que movem os propósitos nesta fase, sobretudo reconhecida pela ruptura com os privilégios de nascimento. Reconhece-se a igualdade formal de todos perante a lei, que se orienta pela liberdade de ter, conforme explica Carvalho Netto (1999):

Idéias abstratas tais como a da liberdade individual de se “fazer tudo aquilo que as leis não proibam” (Locke - Montesquieu) ou a “liberdade de ter” dos modernos em oposição à “liberdade de ser” (Hegel, Benjamim Constant), tais como a da igualdade de todos que conquanto muito diferentes em outros aspectos, são iguais diante a lei. Ou, como explica Pashukamis, são iguais no sentido de todos se apresentarem agora, como proprietários, no mínimo de si próprios e, assim, formalmente, todos devem ser iguais perante a lei, porque proprietários, no mínimo de si próprios e, assim, formalmente, todos devem ser iguais perante a lei, porque proprietários, sujeitos de direito, devendo-se por fim aos odiosos privilégios de nascimento. Pela primeira vez na história pós tribal, todos os membros da sociedade são ou devem ser, proprietários, homens livres e, assim, igualmente, sujeitos de direitos capazes, até mesmo o mais humilde trabalhador braçal de realizar atos jurídicos contratuais como o da compra e venda da força de trabalho. Com o movimento constitucionalista, implantam-se Estados de Direito que resultam da conformação da organização política à necessidade de se impor e dar cursos a essas idéias, tidas como direito natural de cunho racional, verdades matemáticas absolutas e inquestionáveis que deveriam caracterizar o indivíduo – essa outra invenção da modernidade. (CARVALHO NETTO , 1999, p. 478):

A verdade é que a liberdade do homem, tomada como valor fundamental, expõe-no à severa escravidão, na medida em que, livre para tudo, o homem é também senhor de sua força de trabalho, que pode ser vendida por valor aviltante.

Assim é que, a desigualdade impera com a exploração das classes trabalhadoras, opressão que aumenta com a Revolução Industrial, fruto da avidez da próspera burguesia.

Nesta fase de grandes revoluções liberais e industriais, a exploração do homem pelo homem, desperta forte reação no liberalismo por parte de Karl Marx e George W. F. Engels e de uma série de movimentos político-sociais, socialistas, comunistas, anarquistas, sócio-cristãos, etc., que pregam a subversão da ordem instituída.

A primeira resposta do Estado é a violência, sendo comuns os relatos dessa época sobre massacres de manifestantes por forças policiais.

Carvalho Netto (1999), faz uma síntese desse momento histórico:

A vivência daquelas idéias abstratas que conformavam o paradigma inicial do constitucionalismo logo conduz à negação prática das mesmas na história. A liberdade e igualdade abstratas, bem como a propriedade privada, terminam por fundamentar as práticas sociais do período de maior exploração do homem pelo homem, de que se tem notícia na história, possibilitando um acúmulo de capital jamais visto e as revoluções industriais. Idéias socialistas, comunistas e anarquistas começam a colocar agora em xeque a ordem liberal e a um só tempo assirram os movimentos coletivos de massa, cada vez mais significativos e neles se reforçam com a luta pelos direitos coletivos e sociais, como o de greve e de livre organização sindical e partidária, como a pretensão a um salário mínimo, a uma jornada máxima de trabalho, à seguridade e previdência sociais, ao acesso à saúde, à educação e ao fazer. (CARVALHO NETTO, 1999, p. 478)

Portanto, como se vê esta exploração do homem pelo homem ameaça o próprio capital monopolista e impõe a reformulação conceptual do Estado que deve ser reformulada com novos elementos e aprimorada em seus pressupostos, para

que se garanta uma organização social e política que a um só tempo busque o primado do Direito mas também sua perspectiva material, isto é, reconcilie a classe trabalhadora com o capital.

1.3 O ESTADO SOCIAL

No Século XX, o liberalismo perde o seu primado. A negação dos valores de liberdade e igualdade, considerados apenas como idéias abstratas, principalmente pela presença da propriedade privada na base da exploração do homem, evidencia a crise do liberalismo. Ao liberalismo se contrapõem idéias socialistas, comunistas, anarquistas, voltadas para os interesses coletivos.

Com o advento da 1ª Grande Guerra Mundial e a concretização dos ideais socialistas na Rússia que era uma nação agrária, dominada com mão de ferro pelos Czares (1918), pelos regimes sociais-democratas implantados na Alemanha (1919) e na Áustria (1920), o Estado Liberal é pela primeira vez realmente ameaçado.

Conforme escreve Carvalho Netto (1999, p. 478) é preciso se fazer certas concessões à massa de desvalidos - “*entregar os anéis, mas conservar os dedos*”, para que assim a sociedade capitalista sobreviva, ainda que com roupagem nova, a do Estado Social. Tem lugar o *Welfare State*, que ao contrário do Estado Policial ou Estado Gendarme, privilegia o Direito Público em detrimento do privado.

Oliveira (2002) focaliza essa ruptura paradigmática registrando seu contexto e suas conseqüências, e, em especial, a nova visão de sociedade, de Estado, de

cidadão e de Direito:

Não mais uma sociedade de indivíduos proprietários privados, mas uma sociedade conflituosa, dividida em vários grupos, coletividades, classes, partidos e facções em disputa, cada qual buscando os seus interesses. Não mais um Estado Liberal “neutro”, distante dos conflitos sociais, mas um Estado que assume como agente conformador da realidade social e que busca, inclusive, estabelecer formas de vida concretas, impondo pautas “públicas” de vida boa! O Estado Social, intervém na economia, através de ações diretas e indiretas e visa garantir o capitalismo através de uma proposta de bem estar (Welfare State) que implica numa manutenção artificial da livre concorrência e da livre iniciativa, assim como a compensação das desigualdades sociais através da prestação estatal de serviços e da concessão de direitos sociais. O cidadão proprietário do Estado Liberal passa a ser encarado como o cliente de uma Administração Pública garante de seus serviços. (OLIVEIRA, 2002, p. 55)

O Direito passa a ser interpretado como sistema de regras e princípios otimizáveis, consubstanciadores de valores fundamentais, bem como de programas realizáveis no “limite do possível”.

O *Welfare State* dá origem à segunda geração de direitos, chamados coletivos e sociais exatamente pelo fato de se dirigirem à sociedade, para protegê-la dos abusos perpetrados pelo capital. São direitos hoje tidos como básicos: saúde, educação, previdência social dentre outros e que concorrem com os direitos de primeira geração, submetidos a uma releitura radical conforme ensina Carvalho Netto (1999):

Não se trata apenas do acréscimo dos chamados direitos de segunda geração (os direitos coletivos e sociais), mas inclusive da redefinição dos de 1ª (os individuais); a liberdade não pode mais ser considerada como o direito de se fazer tudo o que não seja proibido por um mínimo de leis, mas, agora, pressupõe, precisamente, toda uma plêiade de leis sociais e coletivas que possibilitem, no mínimo, o reconhecimento das diferenças materiais e o tratamento privilegiado do lado social ou economicamente mais fraco da relação, ou seja, a internalização da legislação de uma igualdade não mais apenas formal, mas tendencialmente material. (CARVALHO NETTO, 1999, p. 480)

Os direitos sociais e coletivos ganham expressão formal nas Constituições integrantes do primeiro Pós-Guerra, que se convencionou chamar de Constitucionalismo Social, principalmente na Constituição Mexicana de 1917 e na Constituição de Weimar de 1919. A noção de Estado de Direito evolui para a de Estado Social e dessa evolução fala Derzi (1994):

Nas novas formulas encontradas nas Constituições mais modernas, não há, de modo algum, renúncia às clássicas garantias jurídicas. Entretanto ao mesmo tempo se buscam metas de maior justiça social, condições efetivas de uma vida digna para todos, por meio do desenvolvimento e de conciliação entre liberdade e solidariedade. (DERZI, 1994, p. 193)

O que ocorre com a mudança paradigmática é um avanço qualitativo, isto, porque as novas matrizes que prefiguram o Estado de Bem Estar Social ou o chamado *Welfare State*, ou o Constitucionalismo Social, abrem a perspectiva da reconceitualização de liberdade e igualdade. A liberdade não é mais tratada como o espaço não regrado pelo Estado, mas ao contrário, é disciplinada para o coletivo. Para o cumprimento desse desiderato, a organização política busca novo perfil, capaz de sustentar direitos coletivos e sociais sob a perspectiva da igualdade material, avalizada pelo Poder Público.

Assim, é que o Estado Social, pressionado de um lado, pelas massas em busca de reconhecimento de novos direitos e pelo operariado, e de outro lado, pela demanda de adoção de políticas intervencionistas para proteção do capitalismo, tem a responsabilidade pela ampliação da base do emprego, pelos investimentos no processo de crescimento, pela política distributiva que assegure um mínimo social de acordo com a riqueza produzida.

O Estado Social é, pois, uma resposta à crise da sociedade liberal e às mazelas da exploração do homem pela prevalência do capital, reconhecendo os

direitos de 2ª geração, os direitos sociais: igualdade material traduzida em melhoria de condições de vida e de acesso aos bens da civilização; propriedade com função social, sendo até abolida em Estados Socialistas; direito à saúde, à educação e ao trabalho. A cidadania compõe a base do discurso intervencionista. O Estado expande-se para cumprimento de sua missão assistencialista, de tutor da sociedade carente e de responsável pela promoção da justiça social.

Nos países ocidentais, o desequilíbrio instaura-se: ao mesmo tempo que os direitos sociais exigem ampliação da capacidade do Estado, exigindo uma massa monetária cada vez maior, para sustentar as necessidades crescentes da sociedade, as taxas de arrecadação tributária, decrescem trazendo problemas para o modelo de relação existente.

Significativas transformações nos regimes políticos e jurídicos no pós 2ª Guerra, a depressão econômica, nos anos setenta, sobretudo pela crise do petróleo, ameaçam a legitimidade do Estado do Bem Estar Social, antes mesmo de sua consolidação.

A crise do paradigma do Estado Social é objeto de análise de Carvalho Netto (1999):

No entanto, é no início da década de setenta que a crise do paradigma do Estado Social manifesta-se em toda sua dimensão. A própria crise econômica no bojo da qual ainda nos encontramos, coloca em xeque a racionalidade objetivista dos tecnocratas e do econômico, bem como a oposição antitética entre a técnica e a política. O Estado interventor transforma-se em empresa acima de outras empresas. As sociedades hipercomplexas da era da informação ou pós-industrial comportam relações extremamente intrincadas e fluídas. (CARVALHO NETTO (1999, p. 478)

O fracasso dos regimes socialistas e a crise do leste europeu - o fim da Alemanha Socialista e a queda da União Soviética - criam um ambiente propício

para a rediscussão do papel do Estado dirigida por Ronald Regan nos EUA e Margareth Thatcher na Inglaterra, que reerguem os ideais políticos liberais sob a filosofia de desregulamentação dos mercados, da racionalidade objetiva, do reducionismo do Estado, a qual se convencionou chamar de Neoliberalismo.

De acordo com a filosofia do Neoliberalismo, sustenta-se que, entre deveres estatais, não se incluem a regulação do mercado, o controle da economia e a promoção de direitos sociais, reservando-se ao mercado a regulação da sociedade, o que induz o crescimento da exclusão social e a pressão negativa sobre as condições de existência da maior parte da humanidade.

MÜLLER (1998), reconhecendo a abrangência dos fatores que induzem à exclusão, ressalta a presença deste fenômeno especialmente em países de política neoliberal:

trata-se aqui da discriminação parcial de parcelas consideráveis da população, vinculada preponderantemente a determinadas áreas; permite-se a essas parcelas da população a presença física no território nacional, embora elas sejam excluídas tendencial e difusamente dos sistemas prestacionais (LEISTUNGSSYSTEMEN) econômicos, jurídicos, políticos, médicos e dos sistemas de treinamento e de educação, o que significa “marginalização” como subintegração. Esse fenômeno não se restringe a países periféricos, fomentado pela política “desregulamentadora” de corte neoliberal em meio a um capitalismo triunfalista cada vez mais selvagem, ele grassa também nos países do Grupo dos Sete. A extensão do empobrecimento e da desintegração nos EUA infelizmente já não necessita de menção especial. Na França, a exclusão se tornou há anos o tema dominante da política social. Na Alemanha a situação é ao que tudo indica, avaliada pelo governo federal, de tal modo, que ele se nega até agora – contrariando o compromisso oficial assumido na Cúpula sobre Desenvolvimento Social em Copenhague (março 1995) – a publicar um relatório sobre a pobreza no país. (MÜLLER, 1998, p. 91-92)

Vaz (1993), identifica uma tendência diferente de intervenção no domínio econômico no mundo contemporâneo. Para ela, o processo se orienta pelos mesmos critérios do passado, ora liberais, ora socializantes, mas se daria em razão de um novo elemento surgido nas relações econômicas de mercado, que é a

força do poder econômico privado de concorrer como o Estado na esfera de competência governamental. Escreve:

Quando, porém, o poder econômico privado passa a atuar ao mesmo tempo, ou a invadir a área de competência dos poderes públicos ocorre uma reação. Se, se admite com Weber, que apenas o Estado detém “o monopólio legítimo da violência física”, mesmo que esta violência se reduza à possibilidade de “impor a sua vontade” ou de “organizar” a sociedade, os poderes econômicos privados passam a “concorrer” com os Poderes Públicos. Já não se cuida apenas de fixar limites ou impor parâmetros ao comportamento dos agentes econômicos privados, nas suas relações intersubjetivas. E sim de impedir que se substituam ao Estado, usurpando a sua competência normativa, mormente na fixação de preços e na regulação da economia. (VAZ, 1993, p. 94)

E mais, Vaz (1993), citando o exemplo norte-americano, ressalta a importância, na atualidade, da fixação das regras do jogo das atividades econômicas pelo Estado, na linha prática adotada por vários países desenvolvidos, no decorrer do Século XX:

A ação exercida pelos Trusts nos Estados Unidos configura a transposição do dirigismo público para o Direito privado. Em outras palavras, os poderes econômicos privados passaram a dirigir os mais expressivos setores econômicos, como se detivessem a competência para direcionar as atividades econômicas. E o faziam em seu próprio benefício, aniquilando os competidores mais fracos - embora não necessariamente os mais incapazes - passando a criar as regras do mercado. (VAZ, 1993, p. 94)

O certo é que o dirigismo quer do mercado, quer do Estado, não conseguiu alcançar a sustentação da dignidade humana permanecendo a irremediável exclusão.

Nesse cenário complexo, afastada a possibilidade de retomada do Welfare State, a proposta de um Estado Democrático de Direito, procura afirmar-se com a reconstrução da idéia de Estado e de Sociedade Civil, superando-se a noção de auto-excludência e redefinindo-se o espaço público e o privado.

Assim, o paradigma do Estado Social, sem conseguir tornar-se efetivo em diversos países, perde a sua força e sede lugar ao do Estado Democrático de Direito.

1.4 O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A formulação do paradigma do Estado Democrático de Direito, positivado pela Constituição Federal de 1988, só poderá ser apreendido a partir da análise do elemento que dá origem à sua adjetivação, ou seja, a democracia.

Carvalho Netto (2001a) explicita:

Democracia é uma das palavras que em nosso cotidiano consideramos óbvias e, exatamente porque óbvia, terminamos por não problematizá-la, supondo que todos atribuímos naturalmente a esse vocábulo, o mesmo conteúdo semântico. Quando tematizada, no entanto, como ocorre com todos os termos pragmaticamente considerados óbvios, sem que reflitamos sobre eles, ela se revela um imenso problema, uma vez que no nível discursivo da linguagem, não há qualquer acordo acerca de sua significação, de seu conteúdo de sentido. (CARVALHO NETTO, 2001a, p. 218)

Durante um período da história da Ciência Política, a palavra democracia, designa uma odiosa forma de governo.

Em Platão citado por Pires (2005), já se encontra a advertência quanto ao perigo de se deixar o governo do Estado nas mãos do “populacho inapto” incapaz de antever ideais superiores e de lutar por fins mais elevados do que o prazer momentâneo. É nesse sentido que a tradição clássica vê a democracia como forma degenerada de governo, como resultante de diversos fatores de deteriorização das

formas puras, o que pode levar o Estado (*polis*) a se extinguir.

Para Aristóteles citado por Pires (2005) as formas puras de governo são a monarquia, a aristocracia e a politéia, às quais correspondem as formas degeneradas de tirania, oligarquia e democracia, respectivamente. Esta tríplice divisão tem como critério o número de pessoas que detêm o poder político: um, alguns ou todos. As formas puras ocorrem quando se governa em benefício da comunidade, enquanto as degeneradas têm lugar quando o governante busca apenas vantagens pessoais.

Os clássicos são elitistas, e para eles o melhor governo é do sábio, que tem a capacidade sobre-humana de guiar o Estado rumo ao “melhor do mundo” (VOLTAIRE, *apud* PIRES, 2005). A grande maioria dos filósofos clássicos identifica a sua classe como aquela apta para decidir os rumos da sociedade.

Esta idéia é plenamente incorporada pela filosofia oficial de Roma, o estoicismo, onde o governo é de poucos, de uma aristocracia em que o Senado resolve os mais importantes problemas sem qualquer preocupação com questões que são centrais para o conceito atual de democracia: legitimidade, pluralismo, regras do jogo. Ao Império Romano são indiferentes qualquer laivos democráticos, bastando lembrar que se trata de sociedade belicosa e escravocrata, que massacra os que tentam, pacífica ou militarmente modificar o *status quo*. Ao povo, apenas se reserva o famoso adágio *panis et circensis*.

Na Idade Média, o regime feudal fraciona a Europa em feudos, e faz nascer um sistema de governo até então inédito: a autoridade central possui poder apenas formal, senda na realidade, mais um senhor feudal entre muitos, aquinhoado com terras, riquezas e títulos monárquicos. O terreno não é próprio para cogitação democrática. O povo é uma massa de trabalhadores rurais, sem qualquer noção de

classe ou mesmo de individualidade e os senhores feudais não podem admitir qualquer oposição ao seu poder pessoal, muito menos se tem origem popular.

Com a formação do Estado Moderno, pensadores ilustres estudam o problema fundamental da democracia, que passa a ser discutida em termos de operacionalidade. A democracia, séculos depois do seu nascimento nas cidades - Estado, novamente é entendida como opção viável.

Mas é, somente a partir da Revolução Francesa que a problemática da democracia direta/indireta, ganha expressão na realidade, com as teorias de muitos pensadores do Século XX como Carl Schmitt e Chantal Mouffe citado por Carvalho Netto (2001b):

Carl Schmitt dizia que, na verdade, se nos voltarmos para a história, poderemos ver, claramente, que a democracia é um regime político e uma idéia de origem grega e que, na sua essência, configura-se precisamente como o regime que vivencia a idéia que afirma a identidade entre o governante e governado, aquilo que hoje denominamos democracia direta. O governo representativo, ao contrário, é uma invenção burguesa bem mais recente, que encontra suas origens nas assembléias medievais de castas, os chamados Estados Gerais. Na própria Revolução Francesa, se prestarmos atenção na luta entre os jacobinos e girondinos, veremos que, no terreno de organização política, a distância entre as duas facções podia ser medida, sobretudo, de um lado, pela defesa intransigente da democracia por parte dos jacobinos, que condenavam veementemente o governo representativo (Rousseau afirmara que ao contrário do que acreditavam os ingleses, no dia em que a um povo se dá representantes ele não é mais um povo livre) e, de outro, pela defesa inexpugnável do governo representativo por parte da gironda, a acreditar absolutamente inviável em nossa sociedade a democracia por razões estruturais.(CARVALHO NETTO, 2001b, p. 217).

O paradigma do Estado Democrático de Direito tem sido objeto de diversas obras no Direito Constitucional, e Baracho Júnior (1984), em sua obra, Processo Constitucional, bem ilustra o caminho trilhado pelo constitucionalismo brasileiro em direção à consolidação do Estado Democrático de Direito:

Os instrumentos protetores dos direitos humanos, adquirem particular importância no Estado Constitucional Democrático que deve promover, através de um sistema de princípios e regras processuais, o aperfeiçoamento da ordem jurídica, com o limite e controle do poder estatal. Tal perspectiva não se contenta com um Estado de Direito formal, que pode aceitar apenas “o império das leis”, em um Estado legalista que garante as formas de atuação estatal. (BARACHAO JÚNIOR, 1984, p.4)

Müller (2000) analisa a natureza e a função da democracia dentro do paradigma democrático de Estado, focalizando a idéia de que democracia se relaciona com o vocábulo *povo*.

O termo “democracia” não deriva apenas etimologicamente de “povo”. Estados democráticos chamam-se governos “do povo” (VOLKSHERSCHAFTEN); eles se justificam afirmando que em última instância o povo estaria “governando” (herrscht). Todas as razões do exercício democrático do poder e da violência, todas as razões da crítica da democracia dependem desse ponto de partida. (MÜLLER, 2000, p. 82)

Müller (2000) termina sua obra intitulada “Quem é o povo?” a questão fundamental da democracia” - com uma afirmação categórica: Democracia significa direito positivo - o direito de cada pessoa, o que mais desafio impõe para a compreensão da idéia de democracia. O caminho é o da retomada do conceito de povo, com a advertência de que a noção que se empresta ao termos “povo”, serve a objetivos políticos, jurídicos e sociais bem definidos para os que ele empregam.

Comparato citado por Müller (2000), escreve:

Na teoria política e constitucional, povo não é um conceito descritivo, mas claramente operacional. Não se trata de designar, com esse termo, uma realidade definida e inconfundível da vida social, para efeito de classificação sociológica, por exemplo, mas sim de encontrar um sujeito para a atribuição de certas prerrogativas e responsabilidades coletivas, no universo jurídico - político. (COMPARATO apud MÜLLER, 2000, p. 82)

O Estado Democrático de Direito no movimento de superação dos paradigmas anteriores, não os abandona, uma vez que, matrizes paradigmáticas diversas compõem um processo de reconstrução das relações. Não se pode imaginar que o estado, possa, num passe de mágica, transformar-se em instância

de absoluta neutralidade em relação à realidade social. Com base nos ensinamentos Vaz (1993), o Estado não está autorizado a eximir-se de assegurar os direitos econômicos e sociais das populações carentes sob o argumento de que o excesso de encargos sociais torna a democracia “ingovernável”.

Assim é que nessa transição, registra-se a oposição entre o Estado de Direito Liberal e o Estado Democrático de Direito, sendo que o primeiro na busca pela prevalência do mercado traz mais desigualdades e o segundo, pela complexidade da própria estrutura social.

Strong citado por Sachs (1993), á época, Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ao prefaciar o livro de Ignacy Sachs, *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*, alerta:

Perdemos a inocência. Hoje sabemos que nossa civilização e até mesmo a vida em nosso planeta estarão condenadas, a menos que nos voltemos para o único caminho viável, tanto para os ricos quanto para os pobres. Para isso, é preciso que o Norte diminua seu consumo de recursos e o Sul escape da pobreza. O desenvolvimento e o meio ambiente estão indissolavelmente vinculados e devem ser tratados mediante a mudança do conteúdo, das modalidades e das utilizações do crescimento. Três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. (STRONG apud SACHS, 1993, p. 55)

Desse modo, o Estado que surge no período de revisão paradigmática, deve voltar-se, paulatinamente, para o plano de direitos mais avançados, abrangentes, propugnando pela estruturação e reconhecimento das instâncias externas ele, e por atuação estatal de caráter subsidiário, com vistas à superação da situação de exclusão social.

Baracho Júnior (2000) ressalta o grau de complexidade a que as sociedades modernas chegaram e que devido a isso não é mais permitido justificar o Direito a

partir de uma autonomia privada, consoante o paradigma do Estado de Direito ou Liberal, nem a partir de uma autonomia pública em nível do Estado, conforme o Estado Social e diante disso aduz:

O paradigma liberal foi superado em razão de sua incapacidade de ver o caráter público da própria dimensão privada, pela redução que empreende do privado à esfera do egoísmo, da propriedade privada absoluta, e, conseqüentemente, por fazer do âmbito formal um fim em si mesmo, uma proteção velada do status quo burguês, uma mera defesa da propriedade privada e dos interesses dos grandes capitalistas, por desconsiderar, assim, as formas de vida concretas, e, em suma, por seus apego incondicional ao indivíduo isolado e egoísta. (BARACHO JÚNIOR, 2000, p. 167-168)

Ainda tecendo considerações acerca do tema, Baracho Júnior (2000) afirma:

O paradigma do Estado Social, por seu turno, demonstrou que a redução do Direito ao Estado retirou o vigor das tentativas de justificação racional do Direito, ao impor a consecução de finalidades materiais a todo custo e, assim, ao menosprezar as suas necessidades de legitimação formal. Este paradigma foi superado em razão de sua incapacidade de ver o caráter privado essencial à própria dimensão pública, enquanto locus privilegiado da construção e reconstrução das estruturas de personalidade, das identidades sociais e das formas de vida. É precisamente esse aspecto da dimensão pública que deve agasalhar necessariamente o pluralismo social e político, constituindo-se em condição sine qua non de uma cidadania ativa e efetiva, que se reconstrói quotidianamente na ampliação dos direitos fundamentais à luz da Constituição, vista como um processo permanente. Exatamente a redução do público ao estatal conduziu aos excessos perpetrados pelo Estado Social e sua doutrina. (BARACHO JÚNIOR, 2000, p. 167-168)

Ao cotejar os dois paradigmas anteriores, quais sejam: o Estado Liberal e o Estado Social. Baracho Junior (2000) aduz:

Na verdade, ambos os paradigmas anteriores são redutores da complexidade da relação entre público e privado, e funcionam como os dois lados de uma mesma moeda, precisamente por enxergarem tais esferas sempre em conflito e por eliminarem uma das dimensões em favor da outra.

No paradigma do Estado Democrático de Direito surge uma pluralidade de esforços no sentido de resgatar a força integradora do Direito, enfraquecida nos paradigmas anteriores.

Tais esforços têm em comum a valorização dos princípios constitucionais, que garantem a autonomia privada, e os que organizam processos decisórios públicos. Ou seja, a visão de que o público e o privado são, na verdade, esferas complementares e essenciais uma à outra para a configuração do regime democrático; são esferas equíprimordiais, para empregar o termo cunhado por Habermas. E exatamente aí residiria o engano dos paradigmas anteriores, pois ao sacrificarem a esfera pública em favor da esfera privada ou vice-versa, no afã de garantir a cidadania, eliminavam precisamente o florescimento e consolidação de uma cidadania universal e efetiva. (BARACHO JÚNIOR, 2000, p. 167-168)

É importante demonstrar, como lembra Baracho Júnior (2000, p. 167-168), que “*no paradigma do Estado Democrático de Direito o interesse público ou as pretensões de validade intersubjetivas não podem ser reduzidas em nível de Estado*”, configurando a equíprimordialidade da autonomia privada e da soberania pública.

Conforme Santos (1999), as sociedades contemporâneas e o sistema mundial em geral estão passando por processos de transformação social muito rápidos e muito profundos que põem definitivamente em causa as teorias e os conceitos, os modelos e as soluções anteriormente considerados eficazes para diagnosticar e resolver as crises sociais. Abordando a questão paradigmática assinala:

O paradigma da democracia eco-socialista expande a democracia ainda numa terceira direcção: a duração intertemporal e intergeracional. Segundo este paradigma, a proximidade do futuro é hoje tão grande que nenhum presente é democrático sem ele. Por assim dizer, as gerações futuras votam com igual peso que as gerações presentes. Aliás, a democracia das relações interestatais visa sobretudo a democracia das relações intergeracionais e é em nome desta que a cooperação entre os Estados é mais imprescindível e urgente.

Essa tripla expansão da democracia - estrutural, escalar e intergeracional - pressupõe um enorme investimento de inovação institucional. Como todas as formas de poder são políticas e como em todas elas a transformação paradigmática visa constituir, a partir delas, formas de partilha de autoridade, a democracia eco-socialista é internamente muito diversa. Na sua definição mais simples, o eco-socialismo é democracia sem fim. Tal objetivo utópico pode funcionar eficazmente como critério dos limites da democracia na modernidade capitalista. Não se trata de obter transparência total nas relações sociais, mas antes de lutar sem limites contra a opacidade que as despolitiza. (SANTOS, 1999, p. 345)

Vive-se, nas instituições públicas, o meio ambiente ecologicamente equilibrado e o desenvolvimento sustentável como questão paradigmática, e cabe ressaltar o trabalho pioneiro da lavra de Ferraz (1979), já nos idos dos anos 70, publicou no Brasil artigo onde alerta sobre a sua preocupação com a degradação do meio ambiente e a questão da preservação ambiental, no qual transcreve-se *in verbis*:

De toda a maneira, o fato demonstrava que as preocupações nossas eram aquelas que existem discutidas por todos, enquanto cidadãos do globo, que vêem alarmadamente os grandes riscos, a irresponsabilidade, a falta de consciência na ausência de iniciativas que possam prevenir a ação predatória do meio ambiente, cada vez mais presente, cada vez mais apavorante e cada vez contando com a maior conivência do Poder Público. Senão conivência comissiva, pelo menos gravemente omissiva, nos seus deveres fundamentais de vigilância e segurança. (FERRAZ, 1979, p. 34)

Sachs (1993) afirma que uma revolução mental é extremamente necessária, pois, conforme salienta, só assim:

O conceito básico de desenvolvimento eqüitativo em harmonia com natureza deve permear todo nosso modo de pensar, informando as ações dos cidadãos, das decisões e de profissionais de todos os tipos, inclusive as dos funcionários burocráticos, que preparam e avaliam os projetos de desenvolvimento. A longa luta só será vencida no dia em que for possível, ao se falar do desenvolvimento, suprimir o prefixo “eco” e o adjetivo “sustentável”. (SACHS, 1993, p. 55)

Dentre algumas das conseqüências epistemológicas da transformação do conceito de desenvolvimento no Paradigma do Estado Democrático de Direito, Sachs (1997) aborda a questão do planejamento, como ressaltado a seguir:

Colocar em prática o ecodesenvolvimento implica recriar o planejamento. Olivier Godard tem razão ao afirmar que a sociedade civil é a heroína do ecodesenvolvimento, e que o planejador constitui o seu principal agente. Carecemos de um sistema de planejamento estratégico flexível, dialógico, que funcione, como já assinalado, por meio de negociação, e que viabilize o estabelecimento de contratos entre todos os atores envolvidos no

processo. Aqui, as organizações civis têm um papel essencial a desempenhar. O diálogo tripartite entre os parceiros sociais deveria tornar-se portanto quadripartite.

Para se compreender os processos de co-evolução em toda a sua complexidade, impõe-se a adoção de um enfoque pluridisciplinar, a ser aplicado no próprio campo das ciências sociais e também no campo formado pelas suas articulações com as ciências exatas. Ao invés de se tentar justapor monólogos unidisciplinares, seria necessário construir pontes entre os modelos próprios às diferentes disciplinas, onde as variáveis estratégicas de um modelo transformam-se em parâmetros para o outro, e vice-versa. (SACHS, 1997, p. 163).

Baracho Junior (1984) ao abordar as estratégias de transição para o século XXI de Ignacy Sachs, destaca as dimensões do ecodesenvolvimento advertindo considerar simultaneamente a sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e a cultural. Ao discorrer sobre o tema, Sachs (1993) salienta:

1. sustentabilidade social, que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

2. sustentabilidade econômica, que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Uma condição importante é a de ultrapassar as configurações externas negativas resultantes do ônus do serviço da dívida e da saída líquida de recursos financeiros do Sul, dos termos de troca desfavoráveis, das barreiras protecionistas ainda existentes no Norte e do acesso limitado à ciência e tecnologia. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrosociais, e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

3. Sustentabilidade ecológica, que pode ser melhorada utilizando-se das seguintes ferramentas: ampliar a capacidade de carga da espaçonave Terra, através da criatividade, isto é, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação de vida; - limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e ou abundantes, usados de forma não- agressiva ao meio ambiente; - reduzir o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia, de recursos e da reciclagem; - promover a autolimitação no consumo de materiais por parte de países ricos e dos indivíduos de todo o planeta; intensificar a pesquisa para obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial; - definir normas para uma adequada proteção ambiental, delineando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e

administrativos necessários para o seu cumprimento.

4. sustentabilidade espacial, que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural – urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas, com ênfase no que se segue: - reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas; - frear a destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância vital, através de processos controlados de colonização; - promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente, através do uso de programas tecnológicos adequados, do acesso ao crédito e aos mercados; - explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias, com referência especial às indústrias de biomassa e ao seu papel na criação de oportunidades de emprego não-agrícolas nas áreas rurais: nas palavras de M. S. Swaminathan, ‘uma nova forma de civilização baseada no uso sustentável de recursos renováveis não e apenas possível, mas essencial’ (McNEELY et al., 1990:10); - criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade.

5. Sustentabilidade cultural, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área. (SACHS, 1993, p. 37-38)

Sachs (1997), lança o desafio da gestão do meio ambiente:

A tomada de consciência da crise ecológica obriga-nos a raciocinar em termos planetários e de longo prazo, transcendendo assim as fronteiras nacionais. Esta constatação permanece válida mesmo que o realismo político nos leve a pensar que, no decorrer dos próximos decênios, os Estados-Nação terão ainda um papel determinante a desempenhar, funcionando como escudos protetores contra os efeitos negativos de um processo de mundialização ainda suficientemente controlado por meio de acordos internacionais. Em todo o caso o problema da gestão dos patrimônios comuns da humanidade - naturais e culturais - emerge atualmente como um desafio de primeira grandeza. (SACHS, 1997, p. 163)

2 A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL

A preocupação com a preservação ambiental tem destaque nas discussões em escala planetária, se configurando por assim dizer, um fenômeno de uma globalização (ARAÚJO, 1992) dos problemas ambientais, pois a agressão ao meio é produto na maioria das vezes da intervenção humana desordenada e irresponsável, com a ânsia de desenvolvimento pautada na lucratividade a qualquer custo.

Silva (1999) alerta:

Citam-se inúmeros exemplos de degradação do meio ambiente, principalmente quanto à pureza da água e do ar, como a proclamação real de 1306, do rei Eduardo I, proibindo o uso, em Londres, do carvão em fornalhas abertas: no caso de reincidência, a fornalha seria demolida; ocorrendo uma terceira violação da proclamação, o responsável pagaria com a própria vida. (SILVA, 1999, p. 25)

A consequência desse desenvolvimento desorganizado tem sido a perda da qualidade de vida, colocando em risco a própria sobrevivência humana entrelaçando-se com os Direitos fundamentais.

Foi a partir da Revolução Industrial que os problemas ambientais começaram a se agravar cada vez mais, praticamente em todas as partes mundo.

Isso porque a degradação da natureza, embora possa ocorrer em pequena escala nas sociedades anteriores ao capitalismo, é decorrência típica do desenvolvimento do capitalismo e da industrialização. Assim, foi com o nascimento e o desenvolvimento do capitalismo na Europa Ocidental, e sua expansão posterior para todos os recantos do globo terrestre, que surgiram ou se agravaram os problemas acarretados pela devastação das florestas e pela poluição atmosférica,

dos rios e dos oceanos, a par de uma intensa urbanização com questões como submoradia e acúmulo de lixo, entre outros.

De fato o capitalismo concentra-se no lucro, através da produção de bens ou serviços e praticamente no capitalismo tudo que existe é mercadoria: o trabalhador (como assalariado), os alimentos, os serviços, os esportes e até a própria natureza (os solos, a vegetação, a água, as peles de animais, etc.). Para este tipo de sistema o importante “*não é o que é bom para todos ou o que é justo, e sim o que lhes dará lucros mais rapidamente, mesmo que a longo prazo isso traga conseqüências negativas para a humanidade*” (VESENTINI, 1999, p. 284), logo para o modelo socioeconômico capitalista é melhor devastar uma floresta e com isto conseguir lucro do que conservá-la para evitar a poluição atmosférica e a destruição da flora e da fauna.

Contudo, um estudo elaborado por (Machado, 2005) demonstra que nas últimas décadas do século XX, um número expressivo de países adotou novas constituições ou as reformaram e a proteção ambiental e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado passou a ser previsto expressamente nos textos dessas constituições.

O direito ao meio ambiente sadio consta em um grande número de constituições, a saber: África do Sul (Constituição de 1996, art. 24); Angola (Constituição de 1992, art. 24); Argentina (Reforma da Constituição em 1994, art. 41); Azerbarjão (Constituição de 1995, art. 39); Bélgica (Constituição de 1994, art. 23, 4); Bulgária (Constituição de 1991, art. 55); Cabo Verde (Constituição de 1992, art. 70, § 70); Colômbia (Constituição de 1991, art. 79); Congo (Constituição de 1992, art. 46); Croácia (Constituição de 1990, art. 69); Equador (Constituição de 1998, art. 23, 4); Eslovênia (Constituição de 1995, art. 72); Finlândia (Reforma da

Constituição em 1999, art. 20); Macedônia (Constituição de 1991, art. 43), Mali (Constituição de 1992, art. 15); Moldávia (Constituição de 1994, art. 37); Nicarágua (Constituição de 1987, art. 60); Paraguai (Constituição de 1992, art. 7º); Portugal (Constituição de 1976, art. 66, 1); Seychelles (Constituição de 1993, art. 38); Tailândia (Constituição de 1997, art. 56); Uganda (Constituição de 1995, art. 39) e Venezuela (Constituição de 1999, art. 127).

Interessante fazer uma retrospectiva para analisar como nasceu o direito ambiental no Brasil. Não se trata, aqui, de fases delimitadas, mas sim um resgate histórico de momentos ocorridos no país e no mundo.

Milaré (2000) assinala que do descobrimento do Brasil em 1500 até, aproximadamente, o início da segunda metade do século XX, pouca atenção foi dada ao Direito ambiental no país. Somente a título de curiosidade cita-se que por ocasião do descobrimento, vigoravam em Portugal as Ordenações Afonsinas, editadas sob o reinado de Dom Afonso IV, já se encontrava algumas referências que denotavam a preocupação com o meio ambiente, por exemplo, uma delas que tipificava o corte de árvores de fruto como crime e injúria ao rei. Também em 1521, as Ordenações Manuelinas, proibiam, por exemplo, a caça de certos animais (perdizes, lebres e coelhos) com instrumentos capazes de causar-lhes a morte com dor e sofrimento. Mas em 1603 com as Ordenações Filipinas que se encontra conceitos avançados como o de poluição, vedando-se a qualquer pessoa a jogar material que pudesse matar os peixes e sua criação ou sujar as águas dos rios e das lagoas. A tipificação do corte de árvores de fruto como crime é reiterada, prevendo-se para o infrator o cumprimento de pena de degredo “definitivo” para o Brasil.

Nesse ponto, Horta (1999) ensina:

A legislação vinculada ao meio ambiente, no Brasil, apesar de incipiente, já se fazia presente em antigos documentos legislativos, como é o caso das Ordenações Filipinas, que previam, no Título LXXV, do Livro Quinto, pena severa ao que cortar árvore ou fruto, sujeitando o transgressor ao açoite e ao degredo para a África por quatro anos e, se o valor de estimação do dano fosse de 'trinta cruzados e dali para cima', o infrator será degradado para sempre para o Brasil. (HORTA, 1999, p. 265)

Silva (1999) aponta que:

No Brasil foram criadas, em 1635, as primeiras Conservatórias, visando à proteção do pau brasil como propriedade real. Em 1797, foi assinada a primeira Carta Régia sobre a conservação das florestas e madeiras; em 1808, Dom João VI funda o Jardim Botânico. Outro acontecimento importante foi a decisão de Dom Pedro II, de 1861, mandando plantar a Floresta da Tijuca, a fim de garantir o suprimento de água para o Rio de Janeiro, ameaçado pelos desmatamentos das encostas dos morros. (SILVA, 1999, p. XX)

Seguindo para o período colonial e republicano até a década de sessenta do século XX, houve iniciativas pontuais do Poder Público mais como conservação do que propriamente preservação. Esta foi a fase da exploração desregulada, em que a conquista de novas fronteiras como: agrícolas, pecuárias e minerárias eram tudo o que importava na relação homem-natureza.

Evidentemente que a preocupação aqui não era com o meio ambiente, mas como os bens do senhor. No primeiro Reinado, a Lei de 1º de outubro de 1828 incluiu, entre os temas objeto das posturas reguladas pelas Câmaras, a possibilidade de disposição “sobre depósitos de imundícies e quanto possa corromper a salubridade da atmosfera, o que denota uma inicial preocupação com o meio ambiente.” (HORTA, 1999, p. 265).

Já sob a égide do Código Civil, de 1916, art. 554 regulou a proibição do mal uso de propriedade vizinha quando esta prejudicasse o sossego, a segurança e a

saúde do proprietário ou inquilino de um prédio.

Posteriormente, editou-se legislação específica sobre questões vinculadas ao meio ambiente, se que este fosse seu principal objetivo, como é o caso dos Códigos: de Águas (Decreto Federal nº. 24.643, de 10 de julho de 1938); o Florestal (Lei Federal nº. 4.471, de 15 de setembro de 1965); de Caça (Lei Federal nº. 5.197, de 03 de janeiro de 1967); de Pesca (Decreto-Lei nº. 221, de 28 de fevereiro de 1967) e o de mineração (Decreto-Lei nº. 227, de 28 de fevereiro de 1967).

No entanto, somente em 1975, com a expedição do Decreto-Lei nº. 1.413, de 14 de agosto de 1975, é que uma lei passa a dar proteção específica ao meio ambiente, dispondo sobre

o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais, institui política de natureza preventiva da poluição e contaminação do meio ambiente, reservada à competência exclusiva do Governo Federal o ato de suspensão do funcionamento de estabelecimento industrial considerado de alto interesse do desenvolvimento e da segurança nacional, etc. (HORTA, 1999, p. 267).

Ao assim legislar, este Decreto-Lei revela uma resultante da *Carta de Estocolmo*, de 1972, da qual o Brasil foi signatário e, nesta condição, viu-se obrigado a regular a matéria objeto daquele tratado, que fixou uma diretriz universal de proteção ao meio ambiente, de modo que o País começa a desenhar uma política neste sentido sendo exemplos, disto, a criação da Secretária Especial do Meio Ambiente, no âmbito do Ministério do interior, e do Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, pelo Ministério da Agricultura. Mas será a Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que estabelecerá a *Política Nacional do Meio Ambiente*, criando o *Sistema Nacional do Meio Ambiente*, prevendo sanções administrativas, civis e penais para o responsável pelo dano ambiental, e

consagrando a responsabilidade civil objetiva para indenização ou reparação do dano causado. Confiou, ainda, ao Ministério Público da União e dos Estados a defesa dos interesses difusos da coletividade, dando-lhe legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente. A esta seguiu-se a Lei Federal nº. 7.347, de 24 de julho de 1983, que disciplinou a ação pública por danos causados ao meio ambiente, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.

Deste modo, como sinala Horta (1999), a legislação federal brasileira, em matéria de defesa do meio ambiente, após a Conferência de Estocolmo, percorreu:

três etapas no período de tratamento autônomo, iniciado em 1975: a primeira, caracterizada, pela política preventiva, exercida por órgãos da administração federal; a segunda, coincide com a formulação da política nacional do meio ambiente, a previsão de sanções e a introdução do princípio da responsabilidade objetiva...; e a terceira representada por dupla inovação: a criação da ação civil pública, de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, sob a jurisdição do Poder Judiciário e a atribuição ao Ministério Público da função de patrono dos direitos difusos da coletividade no domínio do meio ambiente (HORTA, 1999, p. 268)

A constitucionalização dos temas referentes ao meio ambiente, contudo, só ocorrera na Constituição Federal de 1988, que elevou-o à condição de *direito fundamental de terceira geração*. Com relação aos órgãos de controle ambiental, no âmbito da União foi instituído o *Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA*, cuja origem é o CCMA, criado pelo Decreto federal nº. 73.030/73, tendo a finalidade de

assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes e políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar... sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida (LEME, 2000, p. 128).

Cabe-lhe, dentre outras relevantes atribuições nesta matéria, estabelecer os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação do Estudo do Impacto Ambiental - EIA e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.

Com relação aos Estados, cabe a cada um sua auto-organização, o que inclui o exercício de competência material comum e legislativa concorrente para regular a matéria sobre meio ambiente, nos termos dos arts. 23 e 24, inciso VI, e art. 25 da Constituição Federal.

A tutela ambiental no Brasil antes de 1989, concentrava-se nas áreas cíveis e administrativas, tendo no âmbito penal, apenas normas reguladoras. A Constituição Federal, tratou o meio ambiente como direito social, surgindo, assim a necessidade de normas jurídicas que no entender de Ferreira (1995, p. 68) pudessem de forma *“mais eficaz (...) demonstrar a reprovação social incidente sobre os atos de perigo ou de agressão à natureza e aos bens que ela nos concede ou que estão nela contidos”* soma-se à tutela civil e administrativa, a penal como *ultima ratio* da *“garantia e da intimidação que a norma jurídica pode conceber a bens e interesses relevantes da sociedade e à sua violação”*.

A proteção ao meio ambiente foi elevado a categoria constitucional a partir de 1998, onde foi dedicado um capítulo da Carta Magna exclusivamente tratando deste tema. O legislador originário teve a preocupação de tutelar os bens ambientais, tendo em vista a necessidade de construção de uma sociedade sustentável.

Sampaio; Wold e Nardy (2003) ao discorrerem sobre os princípios de Direito Ambiental asseveram quanto ao meio ambiente, aqui empregado, de forma restrita aos espaços e relações ecológicas:

Há um prima principium ambiental: o de desenvolvimento sustentável, que consiste no uso racional e equilibrado dos recursos naturais, se forma a atender às necessidades das gerações presentes, sem prejudicar o seu emprego pelas gerações futuras. Significa, por outra, desenvolvimento econômico com melhoria social das condições de todos os homens e em harmonia com a natureza. (SAMPAIO; WOLD e NARDY 2003, p. 47)

Assim, entende-se o desenvolvimento sustentável como: (i) processo de melhora nas condições de vida das comunidades humanas que respeite, ao mesmo tempo, os limites de capacidade de renovação dos ecossistemas, ou seja, a sua natural regeneração. (ii) processo de mudança em que o uso dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais concretizam o potencial de atendimento das necessidades humanas do presente e do futuro. (iii) conjunto de esforços para integrar procedimentos ambientalmente saudáveis no crescimento econômico, enfatizando a conservação dos recursos naturais.

O vínculo biunívoco e indissolúvel entre desenvolvimento e meio ambiente e o resultante conceito normativo de ecodesenvolvimento, mais tarde rebatizado de desenvolvimento sustentável, foram discutidos na Conferência de Estocolmo, em 1972. Essa discussão prosseguiu no âmbito da ONU – Seminário de Cocoyoc e em vários outros encontros – ate resultar no Relatório de Brundtland, que conduziria, subseqüentemente, à convocação da CNUMAD. Ademais, nesses vinte anos, movimentos civis que exploraram uma grande variedade de caminhos alternativos de desenvolvimento, baseados na democracia participativa, produziram avanços conceituais e tentativas de colocar em prática o ecodesenvolvimento. (SAMPAIO; WOLD e NARDY 2003, p. 47)

A Constituição Federal Brasileira de 1988 deu grande destaque à proteção do meio ambiente, segundo Antunes (1998), soube captar o que é preciso aprender para se conviver harmoniosamente com a natureza, traduzindo em vários dispositivos o que pode ser considerado um dos sistemas mais abrangentes e atuais do mundo sobre a tutela do meio ambiente.

Para Antunes (2000) o Direito Ambiental tem a tarefa de estabelecer normas, que indiquem como verificar as necessidades de uso dos recursos naturais. Não basta a vontade de usar esses bens ou a possibilidade tecnológica de explorá-los. É preciso estabelecer a razoabilidade dessa utilização. Quando esta não for razoável ou necessária, deve-se negar o uso, mesmo que os bens, ainda, não sejam escassos.

Existe uma ordem hierárquica em relação ao acesso aos bens ambientais, na qual a prioridade deve percorrer uma escala que vai do local ao global, passando pela região, pelo país e pela comunidade de países. A equidade no acesso aos recursos ambientais deve ser orientada, não só em relação à localização espacial dos usuários atuais, mas também no que se refere aos usuários potenciais das gerações vindouras. Esse posicionamento equânime não é fácil de encontrar, pois exige considerações de ordem ética, científica e econômica por parte das gerações atuais, além de uma avaliação prospectiva das necessidades futuras, nem sempre possível de se conhecer e medir no presente.

A preservação ambiental, para os presentes e futuras gerações, está ligada diretamente ao espírito de solidariedade que caracteriza o direito a ações positivas do Estado, mas também com o dever de cuidado que cada cidadão deve ter com o meio em que vive, isto remete, novamente, ao princípio do desenvolvimento sustentável que foi reafirmado na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizado no Rio de Janeiro de 1992. Nesta mesma conferência Toppfer citado por Farias (1999), afirmou, em seu discurso, o aspecto da solidariedade entre gerações como segue a transcrição:

Somos um mundo só - eis a mensagem que muitas crianças na Alemanha me encarregaram de transmitir a esta conferência sobre meio ambiente e

desenvolvimento no Rio de Janeiro. Esta mensagem nos impõe uma obrigação. Para garantirmos aos nossos filhos e netos, neste mundo, um futuro que valha a pena ser vivido teremos de agir em termos de uma parceira global. Para tanto, é imprescindível uma mudança de atitude no mundo todo e, especialmente para nós, do Norte, uma mudança de rumo. Sabemos que, como países industrializados, estamos incumbidos de uma particular responsabilidade. Assumimos esta responsabilidade, considerando os danos que nossas sociedades causaram ao meio ambiente global e ainda em função das nossas possibilidades tecnológicas e financeiras. O que não solucionamos hoje deixará uma pesada carga aos nossos filhos e às gerações futuras. Este contrato entre as gerações nos obriga. Portanto, conhecedores dos inúmeros problemas e tarefas, das diversas responsabilidades e interesses, não podemos cair na resignação. Muito pelo contrário, precisamos de otimismo realista para, junto, enfrentarmos os problemas urgente do subdesenvolvimento e da pobreza, da exploração predatória de recursos e da destruição da natureza. (TOPPFER apud FARIAS, 1999, p. 257)

É oportuno salientar decisão quanto à legitimidade das futuras gerações para assegurar o direito constitucional de defesa do meio ambiente:

em 1993, a Corte Suprema das Filipinas julgou que as futuras gerações podem fazer-se representar em juízo. É um fato positivo a assinalar, pois a defesa das futuras gerações acabaria ficando quase irrealizável se não se pudesse efetivar o acesso judicial. Quarenta e Três menores filipinos e seus genitores interpuseram uma ação para assegurar seu direito de autopreservação e de perpetuação diante da intensa devastação das florestas do país. (MACHADO, 2002, p.32.)

No Brasil, a Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto 1981, conhecida como Política Nacional do Meio Ambiente, incluiu como objetivos dessa política pública a compatibilização do desenvolvimento sócio-econômico com a preservação da qualidade do meio ambiente, do equilíbrio ecológico e a preservação dos recursos ambientais. Seu objetivo é a utilização desses recursos de modo racional, para que eles estejam permanentemente disponíveis. Entre seus instrumentos, está a avaliação dos impactos ambientais.

O Direito Ambiental possibilita aos cidadãos saírem do estado de beneficiários e participarem na responsabilidade pela gestão dos interesses da coletividade. O princípio democrático acolhe os mais importantes postulados da

teoria democrática: órgãos representativos, eleições periódicas, pluralismo partidário, separação de poderes. Entretanto, também implica numa democracia participativa, isto é, a estruturação de processos que ofereçam aos cidadãos efetivas possibilidades de aprender a democracia e de participarem nos processos de decisão, além de exercerem o controle crítico, por meio da divergência de opinião.

Segundo Silva (1999):

o meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas O apontado jurista acrescenta que desse conceito surgem três facetas do meio ambiente: a) a artificial, formada pelo espaço urbano fechado (edificações) e aberto (ruas, praças, áreas verdes, espaços livres); b) a cultural, constituída pelo patrimônio histórico, paisagístico e turístico, os quais portam determinado valor específico; c) natural ou física, composta pelo solo, água, ar, flora e fauna, na qual ocorre a inter-relação dos seres vivos com o seu habitat. (SILVA, 1999, p. 25)

O último aspecto retromencionado, atinente ao meio ambiente físico, encontra definição no artigo 3º da Lei Federal nº. 6.938, de 31.08.81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de aplicação, ao preceituar que entende-se por meio ambiente o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

A caracterização do Direito Ambiental como ciência, independente do Direito Administrativo, vem a ser admitida, mormente perante o ordenamento jurídico pátrio, na medida em que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. De outro vórtice, um forte argumento nesse

diapasão se acha no fato de que a Lei Federal nº. 6.938/81 foi recepcionada pela Constituição vigente, sendo que esta estabelece, inclusive, as competências legislativas concorrentes da União, Estados e Distrito Federal quanto às florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição e à responsabilidade por dano ao ambiente (art. 24, CF, VI e VIII CF), procedendo, assim, à continuidade da Política Nacional de Defesa Ambiental.

Os princípios constitucionais do meio ambiente podem ser elencados da seguinte maneira: da obrigatoriedade da intervenção estatal; da prevenção e da precaução; da informação e da notificação ambiental; da educação ambiental; da participação; do poluidor pagador; da responsabilidade da pessoa física ou jurídica; da soberania dos Estados para a fixação de suas políticas ambientais e de desenvolvimento com cooperação internacional; da eliminação dos modos de produção e consumo e da política demográfica pertinente e do desenvolvimento sustentado, a saber, o direito das intergerações.

Os princípios de direito ambiental na dimensão internacional e comparada analisados por Sampaio, Wold e Nardy (2003) são:

- o princípio da soberania permanente sobre os recursos naturais;
- o princípio do direito ao desenvolvimento; o princípio do patrimônio comum da humanidade; o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada;
- o princípio da precaução; o princípio do poluidor pagador; o princípio do dever de não causar dano ambiental e o princípio da responsabilidade estatal.

Sampaio; Wold e Nardy (2003) assinalam que

No plano internacional, tais princípios não são, tecnicamente, considerados obrigatórios, não obstante, por influenciarem a estruturação

do direito ambiental interno e por serem efetivamente empregados pelos formuladores da política ambiental internacional, eles possuem uma importância ímpar para a proteção do meio ambiente em âmbito local e internacional. (WOLD e NARDY, 2003, p. 47)

Sampaio; Wold e Nardy (2003, p. 67) ao discorrerem sobre o princípio da prevenção lembram que a “*prevenção é a forma de antecipar-se aos processos de degradação ambiental, mediante adoção de políticas de gerenciamento e de proteção dos recursos naturais*”.

3 DIREITOS FUNDAMENTAIS E MEIO AMBIENTE

A evolução histórica dos direitos fundamentais encontra-se traços gerais das primeiras declarações de direitos nos *forais* e nas *cartas de franquia* da Idade Média, que continham uma enumeração de direitos.

No século XVII foram feitas conquistas substanciais e definitivas, contudo o surgimento das liberdades públicas tem como ponto de referência duas fontes primordiais: o pensamento iluminista da França do século XVIII e a Independência Americana.

SAMPAIO LEITE, ao discorrer sobre a onda geracional dos direitos humanos nos ensina que:

Em 1979, o francês Karel Vasak apresentou no Instituto Internacional de Direitos do Homem em Estrasburgo uma classificação baseada nas fases de reconhecimento dos direitos humanos, dividida por ele em três gerações, conforme a marca predominante dos eventos históricos e das inspirações axiológicas que a elas deram identidade: a primeira, surgida com as revoluções burguesas dos Séculos XVII e XVIII, valorizava a liberdade; a segunda, decorrente dos movimentos sócias democratas e da Revolução Russa, dava ênfase a igualdade e, finalmente, a terceira geração se nutre das duras experiências passadas pela humanidade durante a Segunda Guerra Mundial e a onda de descolonização que a seguiu refletirá os valores da fraternidade. (SAMPAIO LEITE, 2004, p.259)

Bastos (2002) afirma que:

Esse quadro inicial, contudo, sofreu forte evolução cujas causas dizem respeito à necessidade de enfrentar novas ameaças e novos desafios postos pelos séculos XIX e XX. Os direitos clássicos não desapareceram. Perderam, tão somente, o seu caráter absoluto para ganhar uma dimensão mais relativa surgida da imperiosidade de compatibilizar o direito com outros princípios constitucionais. (BASTOS, 2002, p. 172)

Os direitos individuais, pela sua transcendência, já extrapolaram os limites de cada Estado para se tornar uma questão de interesse internacional, e a via escolhida tem sido a da proclamação de direitos de âmbito transnacional.

Bobbio (1999) escreve:

Somente depois da Declaração Universal é que podemos ter certeza histórica de que a humanidade – toda a humanidade – partilha alguns valores comuns; e podemos finalmente, crer na universalidade dos valores, no único sentido em que tal crença historicamente legítima, ou seja, no sentido em que universal significa não algo dado objetivamente, mas algo subjetivamente acolhido pelo universo dos homens. Esse universalismo foi uma lenta conquista. (BOBBIO, 1999,28/30))

E continua:

A afirmação dos direitos é ao mesmo tempo, universal e positiva, universal no sentido de que os destinatários dos princípios nela contidos não são mais apenas os cidadãos deste ou daquele Estado, mas todos os homens; positiva no sentido de que põe em movimento um processo em cujo final os direitos do homem deverão ser não mais apenas proclamados ou apenas idealmente reconhecidos, porém efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenham violado. (BOBBIO, 1999, p. 28/30)

No Brasil os direitos fundamentais, foram incorporados às Constituições Brasileiras, de modo que dentro do Direito Constitucional Positivo a Constituição elenca os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

Os direitos fundamentais fazem parte das chamadas cláusulas pétreas. A positivação dessas normas-princípios teve a finalidade de proteção dos indivíduos perante o poder político, sendo uma das mais importantes vitórias da democracia.

Canotilho (2000) diz que:

Muitos dos direitos fundamentais são direitos de personalidade, mas nem todos os direitos fundamentais são direitos de personalidade. Os direitos de personalidade abarcam certamente os direitos de estado (por ex.: direito de cidadania), os direitos sobre a própria pessoa (direito à vida, à integridade moral e física, direito à privacidade), os direitos distintivos da personalidade (direito à identidade pessoal, direito à informática) e muitos dos direitos de liberdade (liberdade de expressão). Tradicionalmente,

afastam-se dos direitos de personalidade os direitos fundamentais políticos e os direitos a prestações por não serem atinentes ao ser como pessoa.

Os direitos consagrados e reconhecidos pela constituição designam-se, por vezes, direitos fundamentais formalmente constitucionais, porque eles são enunciados e protegidos por normas com valor constitucional formal (normas que têm a forma constitucional). A Constituição admite (...), porém, outros direitos fundamentais constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional. Em virtude de as normas que os reconhecem e protegem não terem a forma constitucional, estes direitos são chamados direitos materialmente fundamental. (CANOTILHO, 2000, p. 166-167)

Os Direitos Fundamentais estão inseridos dentro daquilo que o *Constitucionalismo* denomina de princípios constitucionais fundamentais, que são os princípios que guardam os valores fundamentais da Ordem Jurídica.

Sem eles a Constituição nada mais seria do que um aglomerado de normas que somente teriam em comum o fato de estarem inseridas num mesmo texto legal; de modo que, onde não existir Constituição não haverá direitos fundamentais.

A Constituição de 1988 reconhece que os direitos fundamentais são elementos integrantes da *identidade* e da *continuidade*, considerando, por isso, ilegítima qualquer reforma constitucional tendente a suprimi-los (art. 60, § 4º).

Os direitos fundamentais são direitos subjetivos e elementos fundamentais da ordem constitucional objetiva. Enquanto direitos subjetivos, os direitos fundamentais outorgam aos titulares a possibilidade de impor os seus interesses em face dos órgãos obrigados.

Na sua dimensão como elemento fundamental da ordem constitucional objetiva, os direitos fundamentais - tanto aqueles que não asseguram, primariamente, um direito subjetivo, quanto aqueles outros, concebidos como garantias individuais - formam a base do ordenamento jurídico de um Estado de Direito Democrático.

Mello (2000, p. 98) classifica os direitos fundamentais, de acordo com seu reconhecimento pela Constituição, da seguinte forma:

- “direitos fundamentais de primeira geração (são os direitos individuais à liberdade e à vida);
- direitos fundamentais de segunda geração (direitos sociais, econômicos e culturais)
- direitos de terceira geração (direitos de fraternidade).”

Para Moraes (1999), o direito fundamental de terceira geração:

Protege-se, constitucionalmente, como ‘direitos de terceira geração’ os chamados ‘direitos de solidariedade ou fraternidade’, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao progresso, a paz, a autodeterminação dos povos e a outros direitos difusos, que são, no dizer de José Marcelo Vigiliar, os interesses de grupos menos determinados de pessoas, sendo que entre elas não há vínculo jurídico ou fático muito preciso. (MORAES, 1999, p. 354)

Na classificação dos direitos humanos, usar-se-á a que foi exposta por Magalhães (1992), uma vez que atende por completo aos interesses deste trabalho. Aqui, cabe esclarecer que para o autor “quando falamos em Direitos Humanos, utilizamos esta expressão como sinônimo de direitos fundamentais”: E assim discorre:

Grupo 1 - Direitos Individuais.

O ponto de convergência dos Direitos Individuais será a liberdade, sendo que estes direitos são relativos à vida, liberdade, propriedade, segurança e igualdade.

Encontramos na doutrina referência a “direitos de personalidade” (vida, liberdade), “direitos da intimidade” (vida privada, inviolabilidade de domicílio), “liberdades públicas” (liberdade de reunião, de associação, etc.), todas estas denominações se incluem dentro dos direitos individuais fundamentais...

Grupo 2 - Direitos Sociais.

Compreendem os Direitos Sociais, os direitos relativos à saúde, educação, previdência e assistência social, lazer, trabalho, segurança e transporte. Estes direitos estão a pedir uma prestação positiva do Estado que deve agir no sentido de oferecer estes direitos que estão a proteger interesses da sociedade, ou sociais propriamente ditos.

Grupo 3 - Direitos Econômicos.

Os Direitos Econômicos são aqueles direitos que estão contidos em normas de conteúdo econômico que viabilizarão uma política econômica. Classificamos entre direitos econômicos, pelas características marcantes destes direitos, o direito ao pleno emprego, transporte integrado à produção, direito ambiental e direitos do consumidor. Estes Direitos Econômicos contêm normas que estão protegendo interesses individuais, coletivos e difusos...

Grupo 4 - Direitos Políticos.

Os Direitos Políticos são o quarto e o último grupo de direitos que compõem os Direitos Humanos. São direitos de participação popular no Poder do Estado, que resguardam a vontade manifestada individualmente por cada eleitor sendo que a sua diferença essencial para os direitos individuais é que, para estes últimos, não se exige nenhum tipo de qualificação em razão da idade e nacionalidade para o seu exercício, enquanto que para os Direitos Políticos, determina a Constituição requisitos que o indivíduo deve preencher... (MAGALHÃES, 1992, p. 20)

Com essa classificação, o autor não deixa escapar à reflexão nenhuma das facetas que contornam o multifário campo de incidência dos direitos fundamentais. Encampa na sobredita classificação as três gerações dos direitos fundamentais: a primeira com os direitos e liberdades individuais, a segunda com os direitos sociais, e a terceira com os direitos econômicos, com especial relevo para a questão ambiental.

O Supremo Tribunal Federal, no mesmo entendimento, destacou que o Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é a consagração constitucional de um típico direito de terceira geração, conforme transcreve-se *in verbis*:

O direito a integridade do meio ambiente - típico direito de terceira geração - constitui prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de

um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, a própria coletividade social. Enquanto os direitos de primeira geração (direitos civis e políticos) - que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais - realçam o princípio da liberdade e os direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais) - que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas - acentuam o princípio da igualdade, os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos, caracterizados, enquanto valores fundamentais indisponíveis, pela nota de uma essencial inexauribilidade. (MS 22.164, Rel. Min. Celso de Mello, 1995). No mesmo sentido: RE 134.297, 1995.

Fernandes (2001) ao discorrer sobre meio ambiente como direito fundamental, discorre:

No magistério de José Eduardo de Oliveira Figueredo Dias, o enorme relevo que assume o meio ambiente como bem jurídico autônomo, a ser tutelado pelo Direito, deve também ser considerado direito subjetivo de todo e qualquer cidadão. (FERNANDES, 2001, p. 11)

O reconhecimento do direito a um meio ambiente sadio configura-se para nós como verdadeiro direito à vida. Portanto houve emprego da palavra sadio para expressar vida, quer sob o enfoque da própria existência física ou mental, como bem ensina Trindade (1993) *in verbis*:

...na I Conferência Européia sobre o Meio Ambiente e os Direitos humanos (Estrasburgo, 1979), ressaltou-se que a humanidade necessitava proteger de suas próprias ameaças ao meio-ambiente, em particular quando tais ameaças tinham repercussões negativas sobre as condições da existência - a própria vida, a saúde física e mental, o bem estar das gerações presentes e futuras. De certo modo, era o próprio direito à vida, em sua ampla dimensão, que acarretava o necessário reconhecimento do direito a um meio-ambiente sadio, este último configura-se como o direito às condições de vida que asseguram a saúde física e saúde dos seres humanos, e a dignidade dessa existência, a qualidade de vida que faz com que valha a pena viver. O direito a um meio ambiente sadio desse modo compreende e amplia o direito à saúde e o direito a um padrão de vida adequado ou suficiente. (TRINDADE 1993, p. 76)

A referência no texto constitucional, que qualifica o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo, o que ressalta é o uso do vocábulo “todos” no início do artigo, pois este termo vem determinar quem seria o titular do correspondente direito que vem a seguir. Logo é de concluir que “povo” é o titular do bem ecologicamente equilibrado, portanto aqui merece as lições de Müller (2000):

Quando o termo “povo” aparece em textos de normas, sobretudo em documentos constitucionais, deve ser compreendido como parte integrante plenamente vigente da formulação da prescrição jurídica (do tipo legal), deve ser levado a sério como conceito jurídico e ser interpretado lege artis. (MÜLLER, 2000, p. 82)

Para esclarecimento maior, sobre o tema, ensinam Fiorillo e Rodrigues (1997):

...a palavra “povo” sinônimo de “todos” no art.225, enquanto se referem à titularidade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e, após encontrar um exemplo da sua importância no artigo 1º da C.F.,descobre o seu conteúdo no art. 5º da C.F., caput quando determina que à ótica da Lei Constitucional, todos são iguais, sejam brasileiros ou estrangeiros residentes no País, para fins de exercício dos direitos ali estabelecidos (direito à vida, igualdade, propriedade, etc.) e assegurar a inviolabilidade dos mesmos.Como o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado é essencial a sadia qualidade de vida, não há outro caminho senão entender que a proteção dos valores ambientais implica na proteção do bem estar maior: a vida. FIORILLO e RODRIGUES (1997, p. 80):

O Direito ao Meio Ambiente saudável, não só para esta como para as próximas gerações, é direito-dever constitucional de todos, como já assentou o Supremo Tribunal Federal para quem a proteção ambiental é

prerrogativa jurídica de titularidade coletiva, refletindo, dentro do processo de afirmação dos direitos humanos, a expressão significativa de um poder atribuído, não ao indivíduo identificado em sua singularidade, mas, num sentido verdadeiramente mais abrangente, à própria coletividade social (MORAES, 2001, p. 651).

4 O TRIBUNAL DE CONTAS NA TUTELA DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL

O Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA é composto por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

O Conselho de Governo assessora o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais. Na esfera do Governo Federal, o órgão encarregado da gestão ambiental no Brasil é o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, competindo-lhe planejar e elaborar a política de meio ambiente no País, acompanhando, supervisionando e controlando as ações a ele relativas, bem como a implementação de acordos internacionais nesta área, cabendo a execução da política e programas ambientais ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Nos termos da legislação vigente, os Estados e Municípios, mediante órgãos ou entidades estaduais e ou municipais, observadas as normas federais, também poderão elaborar normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente observados os estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, que é órgão consultor e deliberativo.

Atualmente, é sabido e comprovado que a mera existência de órgãos responsáveis pela gestão ambiental não é suficiente para a prevenção e precaução de danos ambientais, contudo, para que se garanta a adequada preservação do

meio ambiente, de modo que, como destaca o Ministro Fernando Gonçalves, do Tribunal de Contas da União, é *“imprescindível que tais órgãos tenham suas atuações acompanhadas e fiscalizadas para que uma boa utilização dos meios e recursos a ele confiados, no cumprimento de suas missões institucionais.”* (GONÇALVES, 1997, p. 24).

Constitucionalmente, o controle externo das contas públicas é realizado pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas, que é órgão autônomo e não subordinado hierarquicamente ao Legislativo. Contudo é um órgão técnico, especialmente qualificado e preparado para realizar a fiscalização do patrimônio público.

Aqui, cabe assinalar que o *caput* do art.225 da Constituição Federal considera o meio ambiente como “bem de uso comum do povo”. Portanto, cabe-lhes não só o *poder*, mas o *dever* de realizar a fiscalização ambiental, na medida em que a Constituição Federal, no *caput* do art. 70, especifica que o controle externo da administração pública (que deve obedecer aos princípios constitucionais administrativos elencados no *caput* do art. 37, com destaque, no caso, para a *eficiência*), envolve a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, *operacional e patrimonial*, sob os aspectos da *legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções* e renúncia de receitas, fiscalização que é feita pela apreciação das contas dos Chefes do Poder Executivo nos três planos da Federação, bem como pelo julgamento das contas dos administradores públicos, como determinam os incisos I e II do art. 71 da Constituição Federal.

Fernandes (2002) lembra que o TCU é o paradigma para as unidades da Federação, devendo as normas constitucionais pertinentes ser aplicadas, no que couber, aos Tribunais de Contas do Estados e dos Municípios.

Em matéria ambiental, a competência constitucional dos Tribunais de Contas concentra-se, especialmente, na fiscalização da gestão operacional e patrimonial dos dinheiros, bens e valores públicos, a serem examinados sob os aspectos de *legitimidade e economicidade*, especialmente, porque nestes se contém os conceitos de *eficiência e eficácia*, elencados no *caput* no art. 37 da Constituição da República, de observância indispensável quando se trata de preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Portanto, o atual texto constitucional concede aos Tribunais de Contas a possibilidade de realizarem auditorias de gestão ambiental, outorgando-lhe competência que é não só possibilidade, como dever institucional e de valor inestimável para a concretização das políticas nacionais de proteção ambiental, ainda que esta missão constitucional de atuar na fiscalização ambiental só possa ser efetuada de modo indireto, via controle de contas dos gestores públicos.

Assim, conforme aduzido, os Tribunais de Contas dispõem de competência para exame da variável ambiental, inclusive do instrumental necessário para garantir a eficácia de seus comandos. Destaca-se aqui a competência constitucional prevista nos incisos IV, VIII, IX e X do art. 71 da CF, quais sejam: realização de inspeções e auditorias nas unidades administrativas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como, assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada a ilegalidade, aplicando aos responsáveis, em caso de ilegalidade da despesa, multa proporcional ao dano causado ao erário, além de sustar, se não atendidas as providências exigidas, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão ao Poder Legislativo.

A par da autorização constitucional, as respectivas Leis Orgânicas dos Tribunais de Contas conferem-lhes competência para realizarem análises de contas anuais e auditorias nos órgãos a que esta matéria está afeta, fiscalizando, portanto, o cumprimento das políticas ambientais, a aplicação dos recursos alocados especificamente para essa finalidade, bem como o cumprimento da legislação ambiental pelos gestores e/ou entes auditados.

É certo que os Tribunais de Contas não detêm competência para formularem políticas ambientais, mas poderão, indubitavelmente, apontar a ineficiência e ineficácia destas políticas ou sua má aplicação, recomendado sua modificação ou otimização. Além disto, os relatórios elaborados pelas Cortes de Contas com o resultado de auditorias de gestão ambiental, quer as incluídas nas auditorias ordinárias, quer nas específicas, serão de extrema valia aos órgãos diretamente responsáveis pelas Políticas de Meio Ambiente, servindo de suporte para sua ação preventiva, especialmente, bem como para a repressiva, podendo, exemplificativamente, fornecer elementos materiais de prova irrefutáveis, para fundamentar a propositura de Ação Popular nos termos da Lei Federal n. 4.717, de 29 de junho de 1965; da Ação Civil Pública, pelos órgãos e entidades legitimados conforme dispõe a Lei Federal n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, bem como para substituir esta Ação e o Inquérito Civil, a serem propostos pelo Ministério Público a quem cabe, constitucionalmente, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição da República, sua promoção para a *proteção do meio ambiente*, entre outros.

Cabe salientar a importância da realização da auditoria de gestão ambiental pelos Tribunais de Contas, cuja eficácia será direta sobre o órgão auditado sob sua jurisdição, ou por via indireta mediante o fornecimento de provas aos órgãos

titulados à propositura das competentes ações para a responsabilização daquele que causar dano ao meio ambiente, seja por ação ou omissão, sendo legitimado para afigurar no “*polo passivo da relação jurídica qualquer pessoa, física, jurídica ou ideal cujas atividades impliquem em prejuízo à coletividade*”, de modo que “*tanto o cidadão individualmente considerado, como o próprio Poder Público pode ser responsabilizado pelo dano ambiental*”, como aponta Lucarelli (1994, p. 8).

Ferraz (1979) alerta que a preservação ambiental não é problema que interesse isoladamente a cada um de nós, mas coletivamente a todos e que uma consciência pública e privada é condição *sine qua non* para promoção da tutela do meio ambiente:

O problema é que não basta conscientizar o povo; é preciso que se conscientize, sobretudo, o próprio Poder Público. É preciso que ele não exerça o papel de degradações do ambiente e, infelizmente, ele exerce. E com muito mais força que qualquer cidadão. Eu posso poluir um riacho. O Poder Público pode acabar com a Floresta Amazônica. A desproporção do poder de agressão que tem o Poder Público, em face do particular, realmente é imensa. Não basta promover a consciência privada se também não estiver instaurada a consciência pública. Não basta promover a consciência privada se uma série de organismos estatais, dedicados ao problema, órgãos administrativos e órgãos judiciários. E órgãos, uns e outros, dotados de independência, para que se possa realmente promover uma tutela ambiental. (FERRAZ, 1979, p. 41)

Correa (1996), assinala que:

Neste contexto, se inserem definitivamente as preocupações da sociedade brasileira com a qualidade de vida e proteção do meio ambiente, já que o Poder Público desempenha importante papel na regulação de suas próprias atividades, no planejamento, ordenamento, incentivo e repressão das atividades antrópicas que potencialmente podem afetar os bens ambientais.

De outro lado, não se pode desconsiderar a perspectiva brasileira na comunidade internacional. Como país em desenvolvimento, o Brasil tem recorrido aos órgãos de financiamento internacional, especialmente o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD, para implementação de programas e projetos. Por decorrência das pressões exercidas, notadamente de organizações ambientalistas não governamentais, já fazem parte dos contratos de financiamento a perspectiva ecológica dos projetos financiados e, mais ainda, medidas minimizadoras e compensatórias dos impostos negativos causados.

Enfatiza-se, portanto, o papel do Tribunal de Contas - órgão de controle das atividades governamentais - na proteção ambiental máxima em face da nova perspectiva assumida pelo Estado brasileiro, a partir da Constituição de 1988, que estabeleceu como dever do Poder Público e da Coletividade defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações (art. 225 da CRFB/88). (CORREA, 1996, p. 8)

Quanto ao poder dever das Cortes de Contas, Correa (1996) salienta:

Aos Tribunais de Contas, surge, então, um dever de fiscalizar os entes públicos – assim como todos aqueles que utilizam de recursos públicos-, sob os variados aspectos de sua competência constitucional, visando a perfeita atuação daqueles na proteção ao meio ambiente. Assim, ficam submetidos à este controle específico: a gestão ambiental pública (os órgãos de fiscalização do meio ambiente); os planos e programas governamentais; a Política Nacional do Meio Ambiente, as empresas públicas; e a compatibilização ambiental na gestão dos recursos públicos. (CORREA, 1996, p. 9)

Quanto à tutela ambiental do Tribunal de Contas, Gonçalves (1995) salienta:

os dispositivos da Constituição Federal dedicados ao controle externo do Governo atribuem indiretamente ao TCU competência para proceder à fiscalização ambiental, mediante o julgamento das contas anuais dos gestores públicos e a realização de auditorias nos órgãos federais responsáveis pela gestão ambiental no País. (GONÇALVES, 1995, p. 29)

Moura (2002) ao discorrer sobre a competência constitucional e a realização de Auditoria Ambiental de Contas, aduz:

Configurada a competência legislativa dos Municípios e sua contrapartida é a sua conservação, abre-se um novo campo de fiscalização para o qual os Tribunais de Contas terão de se adaptar: a auditoria ambiental.

Dúvidas não restam quanto a este poder-dever das Cortes de Contas. Esta dedução se dá a partir do momento em que se percebe a conexão entre os preceptivos constitucionais que, de um lado, definem o meio ambiente como bem de uso comum do povo (art. 225) e, de outro, que caberá a esses Tribunais julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos (art. 71, II) este último artigo em seu inciso IV, é expresso em habilitá-los à realização de auditorias patrimoniais, o que, por certo, inclui o meio ambiente. (MOURA, 2002, p. 40).

A gestão administrativa com visão de futuro requer seja o Tribunal de Contas inserido no rol das instituições públicas pro-ativas mediante atuação preventiva e pedagógica, orientando os gestores sobre a maneira de melhor aplicar as verbas; buscando mostrar as falhas administrativas antes e durante as realizações de auditorias e inspeções *in loco*, mediante um controle concomitante, possibilitando-se ao gestor evitar as ocorrências dos gastos incorretos e prejudiciais ao patrimônio público, produzindo com certeza maiores benefícios à população.

Aqui cabe registrar que o Tribunal de Contas da União editou a Portaria TCU nº 383, de 05 de agosto de 1998, sobre a Estratégia de Atuação para o Controle da Gestão Ambiental, resultante da implementação do Projeto de Desenvolvimento da Fiscalização Ambiental - PDFA no âmbito daquela Corte.

Registre-se que fiscalização ambiental, para os fins desta Portaria, engloba as auditorias, inspeções, levantamentos e acompanhamentos que tenham por objeto a análise da gestão ambiental. O art. 3º, assim dispõe:

O controle da gestão ambiental será efetuado

I - por meio da fiscalização ambiental de:

a) ações executadas por órgãos e entidades do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA;

b) políticas e programas de desenvolvimento que potencial ou efetivamente causem degradação ambiental.

II - por meio da inserção do aspecto ambiental na fiscalização de:

a) políticas e programas de desenvolvimento que potencial ou efetivamente causem degradação ambiental;

b) projetos e atividades que potencial ou efetivamente causem impactos negativos diretos ao meio ambiente.

III - por meio da inserção do aspecto ambiental nos processos de tomadas e prestações de contas de órgãos e entidades:

a) integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA;

b) responsáveis pelas políticas, programas, projetos e atividades a que se refere o inciso anterior.

O referido diploma define as ações e atividades relacionadas à gestão ambiental deverão receber tratamento prioritário, tais como: ações que visem a induzir comportamentos compatíveis com o modelo de desenvolvimento

sustentável; fiscalização ambiental; elaboração e aplicação de políticas setoriais relacionadas a proteção ou utilização do meio ambiente; ações que visem à coleta e ao fornecimento de informações sobre o meio ambiente; educação ambiental; coordenação das ações relacionadas a proteção ambiental; ações implementadas com recursos externos.

Sachs (1993, p. 27) ao discorrer 'do conceito à ação' alerta que "*em termos operacionais, precisamos de uma imaginação ecológica que oriente a reflexão sobre o desenvolvimento.*" Ressalta a capacidade de enfatizar a população local a agir de maneira ambientalmente viável, uma vez promovida a educação ambiental e removidos os obstáculos que as impedem de ter uma visão longo prazo da conservação de sua base de recursos.

Cabe destacar dentre as ações, a elaboração de planejamento anual que contemple a fiscalização, o treinamento e outras ações relacionadas ao controle da gestão ambiental.

Destaca-se ainda, que a partir da mudança estratégica de atuação, o TCU, mostra-se mais aberto e em sintonia com a comunidade e o cidadão, neste sentido a necessidade de implementação de uma nova forma de fiscalização utilizando-se do que existe de mais moderno em auditoria - a Auditoria Integrada que visa fiscalizar o cumprimento das leis, as obras e projetos de engenharia, a gestão fiscal, o desempenho da saúde e da educação, a qualidade de vida e o meio ambiente, e finalmente a equidade dos gastos com que os órgãos públicos trabalham com vistas às inclusões sociais e a própria preservação da natureza.

5 AUDITORIAS AMBIENTAIS

No intuito de resgatar as raízes da auditoria, Boynton (2002) afirma que a Auditoria começa em época tão remota quanto à Contabilidade.

Assim, no Egito antigo, autoridades providenciavam verificações independentes nos registros de arrecadação de impostos; na Grécia eram realizadas inspeções nas contas dos funcionários públicos; os romanos comparavam gastos com autorizações de pagamento; e os nobres de castelos medievais ingleses indicavam auditores que revisavam os registros contábeis e relatórios preparados pelos criados. (BOYNTON (2002, p. 34-35)

Ao longo dos anos e com a necessidade de se padronizar as normas de auditorias, tanto pública quanto privada, o autor Boynton (2002) assevera que:

As auditorias públicas podem envolver auditorias contábeis e ou de desempenho e devem seguir às diretrizes do U.S. General Accounting Office – GAO, que estabelece normas para a auditoria de organizações, programas, atividades e funções públicas e auditoria de fundos públicos recebidos por organizações não governamentais. Essas normas são reconhecidas como ‘normas de auditoria pública geralmente aceitas’ e são também denominadas de ‘normas do livro amarelo’. As normas de auditoria pública geralmente aceitas são classificadas em cinco categorias: normas gerais, normas de trabalho de campo de auditorias contábeis, normas de parecer de auditoria contábeis, normas de trabalho de campo de auditorias de desempenho e normas de parecer de auditorias de desempenho. (BOYNTON, 2002, p. 44)

É importante salientar que os relatórios técnicos que abordam esse tipo de auditoria, geralmente contemplam não somente avaliação da eficiência e da eficácia, mas também recomendações para aperfeiçoamento de algumas atividades ou de um programa específico e na definição de Boynton (2002):

Uma auditoria operacional envolve obtenção e avaliação de evidências a respeito da eficiência e eficácia das atividades operacionais de uma

entidade, em comparação com os objetivos estabelecidos. Esse tipo de auditoria às vezes é denominado de auditoria de desempenho ou auditoria gerencial. (BOYNTON, 2002, p. 32)

O trabalho de auditoria já há muito, examina os aspectos econômicos e sociais dos programas e políticas governamentais, surge, então oportunidades para se promover a devida consideração aos efeitos ambientais dos principais gastos governamentais aprimorando as práticas de auditoria.

A relevância da questão ambiental como critério a ser abordado dentro de uma auditoria é relativamente nova. A preocupação com o desenvolvimento sustentável e com a preservação do meio ambiente, fez surgir uma nova categoria de auditoria, denominada por alguns de eco-auditoria ou auditoria ambiental.

Cantarino (2003) ao discorrer sobre a origem da auditoria ambiental, salienta:

As auditorias originaram-se nos Estados Unidos, onde na década de 70 foram realizadas voluntariamente. Nos EUA, os requisitos da Securities and Exchange Commission (SEC) exerceram um peso considerável no desenvolvimento de auditorias como técnica. As auditorias consistiam de análises críticas do desempenho ambiental ou de auditorias de conformidade, uma vez que seu objetivo era reduzir os riscos dos investimentos quanto a ações legais resultantes das operações das empresas.

A partir do final da década de 80, as auditorias ambientais se tornaram uma ferramenta comum de gestão nos países desenvolvidos, e é cada vez maior sua aplicação nos países em desenvolvimento, tanto pelas empresas internacionais quanto pelas nacionais. (CANTARINO, 2003, p. 27)

Quanto a evolução da eco-auditoria Cantarino (2003) salienta:

Mundialmente, os sistemas de avaliação de desempenho atual evoluíram da área da gestão da conformidade, para a área de responsabilidade corporativa. As companhias líderes utilizam atualmente a informação gerada pelos programas de avaliação de desempenho para avaliar os riscos e gerenciar problemas, visando minimizar futuros riscos e passivos ambientais.

Dois diretrizes internacionalmente reconhecidas ressaltam a necessidade de auditorias ambientais: 1 - Princípio de Valdez: "As empresas realizarão

uma auto-avaliação anual, tornarão públicos os resultados e realizarão uma auditoria independente dos resultados”. 2 - Carta de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável do ICC: “Sinceridade sobre impactos e preocupações” “Assegurar a conformidade por meio de avaliação do desempenho, de auditorias e da periódica divulgação de informações aos acionistas. (CANTARINO, 2003, p. 28)

No Brasil, a Lei Federal n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, constituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e criou o Cadastro de Defesa Ambiental, assim, a legislação ambiental brasileira iniciou a regulamentação de normas para cobrir as lacunas existentes, se tornando mais restritiva no tocante ao controle dos impactos.

Nas últimas duas décadas, foram desenvolvidos sistemas públicos de gestão ambiental e um acervo que inclui sistemas gerenciais, metodologias para caracterizar a qualidade do meio ambiente, identificar agentes poluidores, analisar impactos ambientais, licenciar e fiscalizar as atividades produtivas, implantar equipamentos de controle e programas de recuperação ambiental.

No país, a inclusão da variável ambiental na gestão empresarial e a busca pela certificação de acordo com a norma da Organização Nacional para Padronização, NBR ISO¹ 14001, levaram as auditorias ambientais a fazerem parte do cotidiano das empresas. O selo Verde passou a ser não apenas um diferencial competitivo, mas uma questão de sobrevivência dos negócios numa perspectiva de curto e longo prazo.

Na lição de Sales (2001), ao abordar a responsabilidade do profissional do direito, alerta para a necessidade do desenvolvimento global de um esquema jurídico-ambiental, através do qual um número crescente de requisitos legais e um esforço político sistemático para sua implantação e disseminação, objetivando

¹ A abreviatura ISO utilizada em todas as línguas para denominar esta organização, vem do grego “ISOS” que significa igual.

pressionar “a comunidade a estabelecer procedimentos de auto-avaliação ambiental”.

Fernandes (2001, p. 16), aponta o inovador trabalho da lavra de Marcos Valério de Araújo, sob o título “*Auditoria Ambiental - emergente forma de controle do patrimônio público*”, vencedor do concurso de monografia realizado em 1996 pelo Instituto Serzedello Corrêa - Escola do Tribunal de Contas da União, destacando o importante passo para realização de auditoria ambiental na esfera pública. O autor destaca que:

Pioneiro no Brasil apresenta uma proposta de auditorias ambientais, abrangendo auditoria do orçamento ambiental, auditoria de impactos ambientais, auditorias dos resultados de políticas ambientais, auditoria da fiscalização ambiental pública e auditoria de cumprimento dos tratados ambientais internacionais. Após minudente desenvolvimento desses temas, apresenta metodologias para eco-auditorias, detalhando as diversas fases, das quais se destaca a aferição econômica de resultados. (FERNANDES, 2001, p. 16)

Araújo (1996) ao apontar o impacto nas finanças do Estado em nível federal, estadual, distrital e municipal, decorrentes de questões ecológicas mal geridas, usa o exemplo brasileiro e afirma:

em tempos coloniais, a zona da mata nordestina como área fértil e cortada de rios, tanto que a Capitania de Pernambuco, sinônimo de abundante riqueza, foi a grande sede do império brasileiro da Companhia das Índias Ocidentais. Aquela e outras capitanias, não menos atrativas, foram, como nenhum outro ponto do território nacional, alvo de investidas dominadores dos impérios europeus. o desmatamento indiscriminado ocorrido na região tornou-a desértica e pobre. Nenhum outro ponto do país representou neste século ônus mais pesado aos cofres públicos do que a Região Nordeste, com o objetivo governamental de reverter a seca, através de obras artificiais, de amparar moradores famintos e de conter legiões de migrantes, causas do inchaço dos grandes centros urbanos do país e fontes de novos problemas a serem custeados com recursos públicos. (ARAÚJO, 1996, p.43)

O I Concurso Anual da Organización Latino Americana Y Del Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS, realizado em 1998, teve como

vencedor o técnico de controle externo do Tribunal de Contas da União, Mazzaro (1998, p. 23) que discorreu sobre o tema “*Um programa de qualidade e capacitação caminho para um TCU preparado para novos desafios*”. No capítulo 9 abordou o tema denominado ‘um projeto de programa de qualidade e capacitação aplicado ao TCU, abordando as novas vertentes da auditoria e suas relações com a qualidade, destaca a importância da auditoria de meio ambiente:

A inclusão deste tema como aspecto central do XV Congresso da INTOSAI, em 1995, no Egito, mostra bem sua importância para as atividades típicas do TCU. O capítulo especial que o meio ambiente merece na Constituição de 1988 também reforça a atuação do Tribunal nesta área, que também já tem considerável legislação ordinária a ser verificada.

Atos internacionais com força de lei acrescentaram mais um fator que inclui a auditoria ambiental nas atividades do TCU. Entre esses atos podemos citar o Tratado da Antártica (1959), o Tratado de Cooperação com a Amazônia (1978), a Convenção de Viena para a proteção da Camada de Ozônio (1985) e a Declaração do Rio (eco 92).

Projetos de cooperação técnica internacional têm sido efetuados para capacitação do TCU, dentre os quais podemos citar os conduzidos com a Overseas Development Agency, do Reino Unido e com a Auditoria Geral da Noruega, bem os de nível nacional, ressaltando-se o recente com a Universidade do Meio Ambiente, do Paraná.

Os aspectos da qualidade tornaram-se palpáveis a partir de uma análise das recomendações do XV INTOSAI, citado anteriormente. Quando há referência aos aspectos financeiros, legais e de desempenho a serem incluídos na auditoria ambiental, configurando o que se chama de Contabilidade Ambiental (custos, prejuízos e benefícios), verifica-se que pode existir uma medição de Qualidade Total, importante na medida em que pequenos impactos podem causar grandes efeitos a curto, médio ou longo prazo. (MAZZARO, 1998, p. 23)

No âmbito desse contexto o Tribunal de Contas da União editou a Portaria n. 214, de 28 de junho de 2001, aprovando o Manual de Auditoria Ambiental do Tribunal de Contas da União, contendo informações gerais, procedimentos operacionais e estratégias metodológicas visando orientar a execução de auditorias de Meio Ambiente.

De acordo com o referido manual, objetivo da auditoria ambiental de conformidade é “a análise do cumprimento de políticas, diretrizes, regras, procedimentos, etc., estabelecidos por normas, instituídas ou não pelo órgão ou entidade responsável pela ação investigada”.

São elencados também outros tipos de auditoria ambiental, como a de desempenho e avaliação de programas que poderão ser utilizadas de forma a permitir um maior controle sobre a efetividade das ações governamentais sobre o meio ambiente.

Mesmo fazendo uso apenas da auditoria ambiental de conformidade, dos procedimentos adotados no dia-a-dia, com os parâmetros ambientais considerados como aceitáveis pela legislação, especialmente em obras públicas e demais serviços de engenharia, muitos problemas de natureza ambiental poderão ser evitados.

O eminente Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Fernandes (2002), ao abordar auditoria operacional e inspeção, entende que:

Ao estabelecer a competência do Tribunal de Contas da União para efetivar o controle mediante auditoria operacional, o constituinte resguardou com esse poderoso instrumento, de forma inédita na vida jurídica nacional, a possibilidade de concretização dos princípios da eficiência e eficácia. Racionalização e qualidade devem ser, pois, palavras de ordem contra o controle burocrático e a mera regularidade da escrituração contábil; a essência sobre a forma. O exame da relação do custo e a verificação dos benefícios, numa concepção ética e axiológica de função pública. (FERNANDES, 2002, p. 282)

A Resolução CONAMA n. 306, de 05 de julho de 2002, estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais. O inciso II do Anexo I do referido diploma legal define auditoria ambiental como sendo:

processo sistemático e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objetiva, evidências que determinem se as atividades, eventos, sistemas de gestão e condições ambientais especificados ou as informações relacionadas a estes estão em conformidade com os critérios de auditoria estabelecidos nesta Resolução, e para comunicar os resultados desse processo.

Cabe registrar que em Minas Gerais a Lei Estadual nº 10.627, de 16 de janeiro de 1992, tratou da realização de auditorias ambientais. Em seu artigo 1º conceitua auditoria ambiental como sendo a realização de avaliações e estudos destinados a determinar: I - os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental provocados por atividades de pessoas físicas ou jurídicas; II - as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle de poluição; III - as medidas a serem tomadas para restaurar o meio ambiente e proteger a saúde humana; IV - a capacitação dos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas, instalações e equipamentos de proteção do meio ambiente e da saúde dos trabalhadores.

O Professor Fernandes (2002), em apertada síntese, aponta a importância da fiscalização do meio ambiente pelo Tribunal de Contas ressaltando que:

A auditoria ambiental é outro aspecto merecedor de atenção e constitui uma nova fronteira para a ação do controle. Mediante a celebração de convênios com universidades e órgãos de fiscalização ambiental, diversas ações têm sido implementadas no sentido de capacitação de servidores e no estabelecimento de uma estratégia específica de atuação dos tribunais de contas nesta área. (FERNANDES, 2002, p. 285)

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná editou o “*Guia Básico de Auditoria Ambiental no Âmbito dos Tribunais de Contas*”, elaborado por Corrêa (1997), que ao discorrer sobre auditoria ambiental, assim conceitua:

um instrumento, disponível aos setores público e privado, destinado a estudar e avaliar de forma sistêmica, mediante critérios objetivos,

consolidada conforme procedimentos próprio e realizada por profissionais habilitados, os impactos positivos e negativos que determina obra ou atividade, unidade produtiva ou produto causam ao meio ambiente, assim como verificar sua conformidade com a legislação ambiental vigente, a regularidade com o sistema de gestão ambiental específico, bem ainda implicações financeiras de tais aspectos no passivo da unidade avaliada. (CORRÊA, 1997, p. 16-17)

O autor, acima citado, relaciona, inclusive, um roteiro para o procedimento de auditoria ambiental. Retornando ao modelo proposto, verifica-se que é elaborado nos moldes do estabelecido pelo IBAMA, onde são delineadas quatro fases: *Pré-auditoria, Inspeção in loco, Elaboração do Relatório e Pós-auditoria*.

A primeira fase, de “*Pré-auditoria*”, ocorre quando o Tribunal de Contas determina a realização das questões próprias a estas auditorias, com elementos de seu próprio quadro ou recrutando recursos humanos externos, passando a equipe a planejar esta auditoria de acordo com os procedimentos próprios às demais já realizadas pelos Tribunais de Contas.

A segunda fase é a da “*Inspeção in loco*”, quando a equipe conhecerá “*a unidade auditada, o sistema operacional, o sistema de gestão ambiental*” com posterior “*avaliação crítica das evidências constadas, mediante arrolamento das constatações e estabelecimento de padrão mínimo para auditoria.*” (CORRÊA, 1997, p. 16-17)

A terceira fase é a de elaboração do relatório de auditoria, fazendo constar os “*achados de auditoria e recomendações*”, com sua respectiva emissão e remessa ao Presidente do respectivo Tribunal.

A quarta fase recebeu do autor citado o nome de “*pós-auditoria*”, que corresponde ao processamento regular dos procedimentos de auditoria, com intimação e contraditório, com ampla defesa pelo órgão auditado, remessa ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, retorno ao Relator para elaboração

de voto e julgamento final, bem como, medidas cabíveis, tais como o encaminhamento para as autoridades competentes nos casos de evidência de prática de ilícitos, cíveis, administrativos ou penais.

Registra-se que como consequência desta última fase, e por se tratar de fiscalização da gestão do meio ambiente, é indispensável à comunicação dos resultados da auditoria também aos órgãos de controle ambiental respectivos, para que tomem ciência dos fatos levantados e adotem as medidas punitivas próprias, bem como as necessárias ao saneamento do dano ambiental.

É importante salientar que o Tribunal de Contas da União vem desempenhando um papel muito importante no desenvolvimento sustentável por meio de suas auditorias ambientais. Estas auditorias são executadas pela Diretoria de Auditoria Ambiental do TCU e em geral, os auditores fazem um exame das atividades operacionais e administrativas dos entes públicos com enfoque no meio ambiente. Nesse diapasão, assinala-se as ações dessa Diretoria nas seguintes linhas:

- Auditorias Ambientais Piloto: elaborar e testar metodologia para auditorias ambientais a serem usadas por outras unidades do Tribunal e nas auditorias de cooperações internacional.

- Pesquisas Ambientais: coordenar a inserção de pesquisas ambientais nas auditorias executadas por outras unidades do Tribunal com o objetivo de verificar, na fase de planejamento da ação governamental auditada, se há algum tipo de avaliação ambiental, ou algum estudo ecológico análogo. O propósito é de ajudar no processo de tomada de decisão a respeito da política, do programa, projeto ou atividade.

- Auditorias de Avaliação de Custos Ambientais: identificar e avaliar o custo

dos danos ao meio ambiente em relação ao custo de proteção e reabilitação.

- Auditoria Ambiental de Questões Relevantes: manter o foco em questões ambientais que estão sendo discutidas atualmente pela mídia ou na agenda do Congresso Nacional.

- Auditoria Ambiental em cooperação com outras instituições brasileiras de auditoria e com outras entidades fiscalizadoras superiores (EFS).

Cabe ressaltar o caráter preventivo da auditoria ambiental, recentemente, o Ministro Benjamin Zymler foi o relator do processo TC- 010.341/2005-4, onde o Tribunal de Contas da União, em levantamento feito no Projeto de integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, evitou uma perda de mais de R\$ 400 milhões aos cofres públicos em análise dos orçamentos relativos à supervisão e obras de engenharia. Foi detectado pelo TCU um grande quantitativo de irregularidades. Entretanto, o Ministério da Integração Nacional - MIN procedeu à correção no edital e no orçamento da obra de todos os pontos questionados pela equipe técnica. Segundo os auditores do tribunal, o MIN seguiu as orientações do TCU e adotou, em um dos itens do edital de contratação, a cláusula de aceitabilidade de preços unitário e global (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), na qual foi acrescido o subitem que desclassifica as propostas comerciais das empresas concorrentes da licitação que apresentarem o preço superior ao valor global orçado pelo Ministério da Integração Nacional para cada lote da obra. (TCU)

Atualmente, além do Tribunal de Contas da União, no Brasil existem vários Tribunais Estaduais e Municipais que realizam auditorias ambientais, por exemplo: o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Tribunal de

Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso e Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Fernandes (2002) lembra que o TCU é o paradigma para as unidades da Federação, devendo as normas constitucionais pertinentes ser aplicadas, no que couber, aos Tribunais de Contas dos Estados.

Moura (2002), em artigo intitulado *A responsabilidade ambiental dos Municípios*, ressalta:

A implantação definitiva de auditoria ambiental é emergencial. O crescimento anormal e descontrolada de algumas regiões tem ocasionado graves danos ao meio ambiente decorrentes, por exemplo de loteamentos clandestinos em áreas de mananciais ou reservas, aterros sanitários fora dos padrões e emissão de gases e resíduos sem tratamento adequado. O mais grave disso tudo é que não constata punições pela omissão da autoridade. Este quadro deve mudar em breve. (MOURA, 2002, p. 40)

Em Minas Gerais o Tribunal de Contas do Estado, ainda não efetua auditorias operacionais com o foco na gestão ambiental e ou auditorias ambientais propriamente ditas. Cabe registrar que o Planejamento Estratégico dessa Corte, que contempla as metas para serem cumpridas e observadas no período compreendido entre 2004 a 2008, dentre elas, as atividades de controle externo, não prevê a realização de auditorias ambientais.

Contudo, é importante registrar que o Conselheiro Flávio Régis de Moura e Castro, representando o Tribunal mineiro, apresentou no XXIII Congresso dos Tribunais de Contas dos Estados, realizado no Paraná em novembro de 2005, trabalho intitulado “A fiscalização ambiental pelos Tribunais de Contas”.

No referido trabalho, Moura e Castro ressalta a importância de inclusão da variável ambiental na análise dos gastos públicos e de como a fiscalização exercida pelos órgãos públicos de controle externo pode contribuir para o enfrentamento dos

problemas e até coibir danos ao meio ambiente.

Ressalta ainda a evolução das auditorias nas últimas décadas, abandonando seu caráter fiscal e punitivo para se afirmar na moderna concepção de prestar um serviço essencial à sociedade e, mais diretamente, às administrações, por meio de identificação de falhas e fragilidades de sistema de controle e de operações, recomendando medidas para sua melhoria e aperfeiçoamento. Nesse sentido, Moura e Castro (2005), alertam:

Os meios de controle ambiental convencionais, executados, isoladamente, por órgãos tradicionais do governo, não têm sido capazes de enfrentar este tormentoso momento histórico de luta pela preservação da natureza. Daí a relevância do papel dos Tribunais de Contas no controle fiscal do meio ambiente. (MOURA e CASTRO, 2005, p. 1)

Moura e Castro (2005) lembram a importância de conscientizar de que os bens naturais não são inesgotáveis. Registra que a principal reserva subterrânea de água doce da América Latina, o Aquífero Guarani, não tem recebido das autoridades brasileiras atenção necessária, tendo sido sugerido pela UNESCO que fosse transformado em patrimônio da humanidade. Além disso, alertam para a importância da elaboração de um projeto de preservação e gerenciamento adequados, evitando a degradação ambiental e sinalizam:

A fiscalização exercida pelos órgãos de controle externo sobre o manejo dos resíduos sólidos e o uso da água potável, poderá contribuir, a partir da troca de experiências entre os diversos agentes fiscalizadores, para o equacionamento dos problemas atinentes à complexa questão ambiental. A inclusão da variável ambiental na análise dos gastos públicos pode coibir sobremaneira os danos ao meio ambiente. MOURA e CASTRO, 2005, p. 1)

Em nível mundial dentre as entidades de controle externo, destaca-se o trabalho realizado pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras

Superiores - INTOSAI, que possui grupos de trabalho regionais no mundo ocidental e oriental, que já incluíram a variável ambiental dentre os aspectos a serem verificados numa auditoria, quais sejam: African Organization of Supreme Audit Institutions - AFROSAI; Arab Organization of Supreme Audit Institutions - ARABOSAI; Asian Organization of Supreme Audit Institutions - ASOSAI; Caribbean Organization of Supreme Audit Institutions - AROSAI; European Organization of Supreme Audit Institutions - EUROSAI; South Pacific Association of Supreme Audit Institutions - SPASAI e Organization of Latin American and Caribbean Supreme Audit Institutions - OLACEFS.

Na segunda metade do século XX, como resultado da maior conscientização social acerca das pressões exercidas pelo homem sobre o meio ambiente, grande parte dos governos do mundo passou a dedicar maior atenção à proteção ambiental. Nesse contexto, diversas Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) ao redor do globo, voltaram-se também ao controle dos atos governamentais, que causam impactos sobre o meio ambiente. De um lado, é avaliado o impacto das ações que objetivam protegê-lo. De outro, fiscalizam-se ações que potencial ou efetivamente, resultem em degradação ambiental, no sentido de garantir que sejam tomadas as medidas necessárias para preveni-la ou mitiga-la.

Para proporcionar o aperfeiçoamento do controle externo da gestão ambiental, em 1992, 32 (trinta e duas) EFS membros da INTOSAI, se reuniram e formaram o Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental, que no Brasil, é representado por técnicos do TCU.

Cabe registrar que o Tribunal de Contas da União exerce papel relevante na OLACEFS e há dois anos realizou em Brasília, Conferência Internacional de Auditoria Ambiental - Contribuições do Controle Externo para o desenvolvimento

sustentável e a IX Reunião do Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental da INTOSAI, que em muito contribuiu para a troca de experiências, o aperfeiçoamento e desenvolvimento da auditoria ambiental, possibilitando o fomento da gestão fiscal ambiental em nível nacional e internacional.

Para implementação de uma auditoria de gestão ambiental no âmbito dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, o que parece a forma mais adequada e eficiente para a consecução dos fins pretendidos, não necessita de grandes investimentos. Em princípio, faz-se necessário à formação de uma equipe multidisciplinar, composta por técnicos de controle externo com formação em direito, engenharia, economia, administração de empresas, contabilidade, que já integram o corpo funcional das Cortes de Contas; e profissionais ligados à área de ciências biológicas, que poderão ser obtidos por cedência (temporária) de órgãos públicos, especialmente daqueles encarregados das políticas de meio ambiente, sem prejuízo, de criação do cargo de biólogo junto aos TCs e da realização de concurso público para preenchimento de vagas.

Essa equipe multidisciplinar deverá receber, a seguir, treinamento específico para a realização de auditoria ambiental, ministrado por profissionais desta área, o que poderá ser realizado mediante cursos proferidos via convênio com entidades de ensino, sociedade civil, organizações não governamentais, bem como, órgãos públicos que atuam especificamente na área ambiental.

Conforme demonstrado, parece, pois, indispensável e urgente à realização, pelos Tribunais de Contas, de auditorias ambientais, que poderão ser, em um primeiro momento, incluídas nas auditorias ordinárias por eles já realizadas, ou, preferencialmente, através de auditorias específicas. A seguir alguns tópicos que deverão ser contemplados na análise da variável ambiental.

5.1 ASPECTOS A SEREM ABORDADOS NA AUDITORIA AMBIENTAL

Para a realização de auditoria ambiental pelos Tribunais de Contas, a equipe técnica multidisciplinar, composta por profissionais com formação em diversas áreas afeta à gestão ambiental, deverá verificar, dentre outros itens arrolados de forma exemplificativa, os elencados a seguir:

- Exigência de Licenciamento Ambiental;
- A Lei de Licitação e a questão ambiental;
- Auditoria de Obras de Saneamento;
- Sistema de gerenciamento de resíduos;
- Controle de Materiais provenientes de jazidas;
- Recomendações e linhas gerais de avaliação.

5.1.1 Exigência de Licenciamento Ambiental

A Constituição da República, no inciso IV do artigo 225, impõe ao poder público a obrigação de exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

A Lei Federal nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e o Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990, regulamentou totalmente a referida Lei Federal.

Conforme legislação vigente considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

As definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação do Estudo de Impacto Ambiental - EIA estão regulamentados na Resolução CONAMA nº. 001/86.

Em nível federal a matéria é tratada na Resolução CONAMA nº. 237, de 19 de dezembro de 1997, que regulamenta os aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente e sua definição consta do artigo 1º inciso I como:

procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

O art. 8º do mesmo diploma legal, estabelece que o Poder Público, no exercício de sua competência de controle, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo

determinante;

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Cabe salientar que caso o empreendimento seja potencialmente causador de significativa degradação ambiental, exige-se o estudo de impacto ambiental - EIA para a concessão da Licença Prévia, nos termos com o art. 3º da Resolução CONAMA 237/97.

É importante registrar que a Resolução CONAMA nº. 02, de 18 de abril de 1996, determina que o licenciamento de atividades de relevante impacto ambiental terão como um dos requisitos, a implantação de uma Unidade de Conservação, a fim de minimizar os danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas.

A licença ambiental é fornecida pelo Órgão Ambiental Federal, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - IBAMA, ou pelo Órgão Ambiental Estadual e ou Municipal. Nesse último caso, devem ser ouvidos, quando couber, os órgãos competentes da União e do Estado/ DF onde se situa o município em que se localiza o empreendimento.

A Constituição do Estado de Minas Gerais determina que:

Art. 214 - Todos têm direito a meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, e ao Estado e à coletividade é imposto o dever de defendê-lo e conservá-lo para as gerações presentes e futuras.

.....

§ 2º - O licenciamento de que trata o inciso IV do parágrafo anterior (IV - exigir, na forma da lei, prévia anuência do órgão estadual de controle e política ambiental, para início, ampliação ou desenvolvimento de atividades, construção ou reforma de instalações capazes de causar, sob qualquer forma, degradação do meio ambiente, sem prejuízo de outros requisitos legais, preservado o sigilo industrial) dependerá, nos casos de atividade ou obra potencialmente causadora de significativa degradação

do meio ambiente, de estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

A Lei Estadual n. 7.772, de 08 de setembro de 1980, dispõe sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente em Minas Gerais e determina que:

Art. 8º - A instalação, construção, ampliação ou o funcionamento de fonte de poluição indicada no Regulamento desta lei ficam sujeitos a autorização da Conselho de Política Ambiental - COPAM, mediante licença de instalação e de funcionamento, após exame do impacto ambiental e de acordo com o respectivo relatório conclusivo.

As normas que regulamentam a matéria no Estado de Minas Gerais estão elencadas a seguir, de forma exemplificativa e não exaustiva:

- Decreto Estadual n.º 39.424, de 05 de fevereiro de 1998, define as licenças a serem expedidas pelo COPAM;

- Deliberação Normativa COPAM n.º 05, de 29 de setembro de 1981 estabelece o processo de elaboração e exame do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA;

- Deliberação Normativa COPAM n.º 09, de 10 de dezembro de 1981, delega padrões às Câmaras especializadas para aprovar Relatório de Impacto Ambiental - RIA e autorizar a concessão de Licença de Instalação - LI e de Licença de Funcionamento - LF;

- Deliberação Normativa COPAM n.º 13, de 24 de outubro de 1995, dispõe sobre a publicação do pedido, da concessão e da renovação de licenças ambientais, e

- Deliberação Normativa COPAM n.º 29, de 9 de setembro de 1998, estabelece diretrizes para a cooperação técnica e administrativa com os órgãos municipais de meio ambiente, visando ao licenciamento e à fiscalização de

atividades de impacto ambiental local.

É bom lembrar que de acordo com as normas vigentes, os municípios mineiros que disponham de sistema de gestão ambiental poderão celebrar com o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, com a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM, com o Instituto Estadual de Florestas - IEF e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, convênio de cooperação técnica e administrativa, visando ao licenciamento ambiental das atividades de impacto local, determinando as classes das atividades a serem licenciadas e a correspondente fiscalização pela esfera municipal, bem como a interação com o sistema de outorga do direito de uso das águas, em harmonia com as normas e princípios que regem o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, instituído pela Lei Federal nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Cabe registrar que de acordo com o art. 2º da DN COPAM n. 29/98, o sistema de gestão ambiental caracteriza-se pela existência de:

I - política municipal de meio ambiente prevista em lei orgânica ou legislação específica;

II - instância normativa, colegiada, consultiva e deliberativa de gestão ambiental, com representação da sociedade civil organizada paritária à do Poder Público;

III - órgão técnico-administrativo na estrutura do Poder Executivo Municipal, com atribuições específicas ou compartilhadas na área de meio ambiente, dotado de corpo técnico multidisciplinar para a análise de avaliações de impactos ambientais;

IV - sistema de licenciamento ambiental que preveja:

a) a análise técnica pelo órgão descrito no inciso III;

b) a concessão das licenças ambientais pela instância colegiada prevista no inciso II;

c) a indenização dos custos de análise ambiental, nos moldes do sistema adotado pelo COPAM.

V - sistema de fiscalização ambiental legalmente estabelecido que preveja

multas para o descumprimento de obrigações de natureza ambiental;

VI - destinação ao sistema ambiental municipal das receitas geradas pelas ações previstas nos incisos IV, "c" e V.

A equipe técnica de auditoria deverá proceder à verificação da documentação referente ao licenciamento ambiental quando da análise de obras, atividades e empreendimentos que necessitam de licença ambiental conforme disposto na legislação federal, estadual e ou municipal, conforme o caso.

5.1.2 A Lei de licitação e a questão ambiental

A Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe sobre normas gerais de licitação e contratos da Administração Pública, em seu artigo 7º, §2º, inciso II, determina que as obras e serviços somente poderão ser licitados *“quando houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório”*. O §6º estabelece ainda que *“a infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa”*.

Por sua vez, o projeto básico é considerado pelo mesmo diploma legal em seu artigo 6º inciso IX como um:

*conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou o complexo das obras ou serviços objeto de licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o **adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento**, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.. (grifo nosso)*

No artigo 12 da Lei Federal nº. 8.666/93, estão previstos os requisitos a serem considerados na elaboração do projeto básico e do projeto executivo de obras e serviços, dentre eles, o impacto do meio ambiente, mediante um Estudo de Impacto Ambiental - EIA e ou o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Aqui cabe registrar que na definição do artigo 1º, inciso III da Resolução CONAMA n.º 237, de 19 de dezembro de 1997, estudos ambientais são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

Os auditores ao analisarem os editais de licitação de obras públicas e serviços de engenharia, deverão verificar o cumprimento dessas determinações.

5.1.3 O sistema de gerenciamento de resíduos

A Resolução CONAMA n.º 307, de 05 de julho de 2002, alterada pela Resolução CONAMA n. 348, de 16 de agosto de 2004, estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos na construção civil, disciplinando as ações de forma a minimizar os impactos ambientais.

O sistema de gerenciamento de resíduos visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver e implementar as ações necessárias ao cumprimento

das etapas previstas em programas e planos.

Por esta mesma Resolução são considerados como resíduos da construção civil os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

As pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades ou empreendimentos que gerem os resíduos definidos nesta Resolução são denominadas geradores. Estes deverão ter como objetivo prioritário a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final; e os provenientes da construção civil não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, em áreas de "bota fora", em encostas, corpos d'água, lotes vagos, bem como em áreas protegidas por Lei.

O referido diploma legal estabeleceu para cada Município e o Distrito Federal data limite até 02 de janeiro de 2004, para elaborar seu Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. O Plano deve conter o Programa Municipal e os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil.

No Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil serão estabelecidos procedimentos e diretrizes técnicas para o exercício das responsabilidades dos pequenos geradores, em conformidade com os critérios técnicos do sistema de limpeza urbana local.

Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil serão elaborados e implementados pelos geradores de maior potencial poluidor, e terão

como objetivo estabelecer os procedimentos necessários para o manejo e destinação adequados dos resíduos. Conforme a necessidade ou não de licenciamento ambiental, deverão os mesmos ser analisados, respectivamente, pelo órgão ambiental competente ou pelo Poder Público Municipal.

Em Minas Gerais a Lei Estadual n.º 14.128, de 19 de dezembro de 2001, dispõe sobre a Política Estadual de Reciclagem de Materiais e tem o objetivo de incentivar o uso, a comercialização e a industrialização de materiais recicláveis, tais como: papel usado, aparas de papel e papelão; sucatas de metais ferrosos e não ferrosos; plásticos, garrafas plásticas e vidros; entulhos de construção civil; resíduos sólidos e líquidos, urbanos e industriais, passíveis de reciclagem e produtos resultantes do reaproveitamento, da industrialização e do acondicionamento dos materiais retromencionados.

Os Tribunais de Contas poderão averiguar tanto a formulação quanto a execução do Programa Municipal e dos Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil. Com relação à auditoria ambiental, tanto nas obras públicas quanto na análise de editais e contratos, devem ser criados controles e documentação adequados para garantir o cumprimento das normas legais pertinentes à matéria.

5.1.4 Controle de materiais provenientes de jazidas

A exploração de minerais de classe II, de acordo com a Resolução CONAMA nº. 010, de 06 de dezembro de 1990, está sujeita ao licenciamento ambiental,

visando o melhor controle dessa atividade conforme preconiza as Leis nº. 6.567/76, 6.938/81, 7.804/89 e 7.805/89, bem como o Decreto-Lei nº. 227, de 28 de fevereiro de 1967.

No Estado de Minas Gerais, a Deliberação Normativa COPAM n. 03, de 31 de agosto de 1990, estabelece normas para o licenciamento ambiental das atividades de extração mineral da classe II.

As usinas de asfalto, assim como as usinas de produção de concreto também deverão ter suas respectivas licenças ambientais, conforme pode ser observado no Anexo I da Resolução CONAMA n.º 237/97.

A verificação destes tipos de licença proporcionará o controle sobre a condição ambiental da produção e do transporte de parte dos materiais consumidos em obras públicas. Desta forma, poderá ser evitado que a Administração Pública cause danos ambientais indiretos, em decorrência da aquisição de materiais provenientes de explorações não regularizadas.

5.1.5 Auditoria de obras de saneamento

O Estatuto da Cidade, Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana, normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Trata-se de lei de caráter nacional, dirigida a todos os entes políticos - União, Estados, Distrito Federal e Municípios -, objetivando a edição de normas gerais

sobre e assuntos correlatos. Sua função é dar aplicabilidade à norma constitucional, cuja redação original assim exigia.

O Estatuto da Cidade inaugura uma nova era na legislação brasileira, onde a garantia do direito de um ideal para que se possa “viver”, “sonhar” ‘poeticamente’, numa “cidade sustentável”, nas palavras do Mestre Paulo Neves de Carvalho, e é positivado nos termos do artigo 2º, inciso I, que assegura:

*garantia do direito a **idades sustentáveis**, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. (grifo nosso)*

A Lei Federal nº. 5.318, de 26 de setembro de 1967, instituiu a Política Nacional de Saneamento Básico, visando estabelecer normas gerais para assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade ambiental urbana e rural. A Lei Estadual n. 11.720, de 29/12/94, trata da matéria no âmbito do Estado de Minas Gerais.

É importante ressaltar que para efeitos conceituais, considera-se salubridade ambiental o conjunto de condições propícias à saúde da população urbana e rural, quanto à prevenção de doenças veiculadas pelo meio ambiente e à promoção de condições mesológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem-estar.

A Lei Estadual nº. 13.317, de 24 de setembro de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais, define saneamento como:

o conjunto de ações, serviços e obras que visam a garantir a salubridade ambiental por meio de: a) abastecimento de água de qualidade compatível com os padrões de potabilidade e em quantidade suficiente para assegurar higiene e conforto; b) coleta, tratamento e disposição adequada dos esgotamentos sanitários; c) coleta, transporte, tratamento e disposição adequada dos resíduos sólidos, líquidos e gasosos; d) coleta e disposição ambientalmente adequadas dos resíduos provenientes do tratamento de água e do tratamento de esgotamentos sanitários; e) coleta, transporte e

disposição final dos resíduos sólidos urbanos; f) drenagem de águas pluviais; g) controle de animais vetores, hospedeiros, reservatórios e sinantrópicos.

O auditor deve verificar no caso do Estado de Minas Gerais, além da legislação já citada, o cumprimento das normas elencadas a seguir:

- DN COPAM nº. 07, de 29 de setembro de 1981, fixa normas para disposição de resíduos sólidos;

- Deliberação Normativa COPAM nº. 009, de 26 de janeiro de 1993, e DN COPAM n. 02, de 01/11/91, que dispõe sobre licenciamento ambiental de Obras de Saneamento.

A equipe técnica analisará também, o Relatório de Controle Ambiental - RCA - com informações relativas ao empreendimento; Diagnóstico Ambiental da Área de Influência; Identificação dos Impactos Ambientais; Definição e Descrição das Medidas Mitigadoras e Programa de Acompanhamento e Monitoramento dos Impactos Ambientais Verificará ainda, o Plano de Controle Ambiental - PCA - contendo a descrição detalhada do empreendimento e projeto relativo à execução das ações mitigadoras dos impactos ambientais, bem como, seu cronograma. Poderá ser exigido o projeto básico, observados os critérios de porte e a listagem exemplificativa de áreas de interesse ambiental indicados respectivamente nos Anexos II e III da referida Deliberação.

Vale lembrar que durante a execução da obra ou por meio de documentação técnica, deve ser verificado se os lançamentos finais dos sistemas públicos de coletas de esgotos sanitários estão precedidos de um tratamento primário completo e, também, se não há coleta conjunta de águas pluviais e esgotos domésticos ou industriais.

5.1.6 Recomendações e linhas gerais de avaliação

Por fim, a equipe técnica designada para a realização da auditoria, poderá contemplar na análise da variável ambiental a verificação dos seguintes tópicos:

- gestão da questão ambiental pelo órgão auditado de acordo com as disposições constitucionais específicas conforme disposto no art. 225 e parágrafos da Constituição Federal; bem como as regulamentações da legislação ambiental em nível federal, Leis n.º 6.938/81, 7.802/89, 9.974/2000 e Decreto n.º 98.816/90, dentre outros - quanto a estadual e municipal;

- planos e programas ambientais regulamentados e aplicados pelo órgão auditado e verificação de sua compatibilidade com os planos e programas governamentais federais, estaduais e municipais, referentes ao meio ambiente;

- verificação, com relação às empresas públicas, de sua política de meio ambiente, bem como os impactos decorrentes de sua atividade, a existência de licenciamentos e a efetiva adequação destes para a proteção ambiental;

- controle e avaliação dos licenciamentos ambientais, com verificação da relação meios/ fins desejados e os efetivamente decorridos; o custo-benefício dos licenciamentos solicitados, o grau de risco ambiental da atividade a ser licenciada;

- políticas de ocupação de solo, cuja ausência têm provocado o cenário caótico dos centros urbanos, hoje, em decorrência da migração rural intensa, a que se acrescenta a explosão populacional nas cidades brasileiras, atualmente, como demonstra o último censo realizado, resultado da ausência de uma política de controle populacional, bem como do estado de abandono das populações rurais, sob todos os aspectos, fomentadora das intensas massas migratórias campo-

cidade.

- preservação da cobertura vegetal, através de um eficiente plano diretor; políticas de educação ambiental, não só em escolas mas, também, com destinação de recursos para treinamento de profissionais especializados em questões ambientais; - recursos financeiros efetivamente empregados na área ambiental;

- avaliação das vantagens e desvantagens de grandes projetos, realizados com recursos ou incentivos públicos e que afetem o meio ambiente (eficiência e economicidade);

- apontar o impacto nas finanças do estado, decorrentes de questões ecológicas mal geridas;

- verificação e aponte dos responsáveis pelos danos ambientais, quantificando os valores envolvidos e documentando-os, possibilitando seu aponte e glosa, quando do respectivo julgamento.

Quanto à aplicação de sanção, Carvalho (1940, p. 220), adverte: *“Ditar uma norma de vida e não fixar a coerção para o seu fiel cumprimento, é o mesmo que não legislar, e talvez pior do que legislar.”*

Cabe lembrar que, na esfera de competência dos Tribunais de Contas, a única sanção possível a ser aplicada, àqueles que infringem as normas de um meio ambiente sadio, é aquela prevista nas respectivas leis orgânicas, que usualmente implicam em glosa de valores e determinação da devida restituição, bem como aplicação de *multa, proporcional ao dano causado ao erário*, nos termos do inciso VIII, do art. 71 da Constituição Federal, cuja graduação está prevista, também, nas leis de organização das Cortes de Contas. Penso também, que o Tribunal poderá preventivamente decretar a paralisação de procedimento licitatório, em caráter emergencial, caso o edital não esteja contemplando variáveis ambientais

necessárias ao tipo de empreendimento licitado.

No próximo capítulo será abordado como o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, poderá auxiliar no desenvolvimento da política ambiental, tendo em vista que conforme legislação estadual, o governo mineiro destina parcela do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações, conhecida como ICMS Ecológico, aos Municípios que promovem a preservação dos recursos naturais como a proteção legal de reservas ambientais e o tratamento de seu lixo e esgotos sanitários.

6 A EXPERIÊNCIA DE MINAS GERAIS QUANTO AO ICMS/ ECOLÓGICO

A competência para instituir esse tributo está disciplinada no inciso II do art.155 da Carta Magna, que estabelece *in verbis*:

Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações se iniciem no exterior.

O ICMS é um tributo estadual ou distrital que representa parte considerável da receita tributária do Estado e constitui importante fonte de renda para os Municípios. A Constituição da República nos termos do inciso IV do art.158 dispõe que 75% (setenta e cinco por cento) da arrecadação desse imposto, sejam destinados ao Estado para a sua manutenção e investimentos, e 25% (vinte e cinco por cento) dessa parcela da receita tributária, sejam distribuídos aos Municípios situados em seu território.

O parágrafo único do art. 158, IV da Constituição da República estabelece que “até 25% do ICMS da parte que pertencer aos Municípios será distribuído de acordo com a lei estadual”. Registre-se que os Estados têm autonomia para fixar os critérios de distribuição da fração deste imposto e será efetuada, nos termos do parágrafo único do art. 158, incisos I e II, que assim determina:

Art.158 (...)

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I- três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas

operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço, realizadas em seus territórios.
II- até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

O ICMS é um imposto, de caráter indireto, incidente sobre o consumo, similar aos tributos sobre o valor agregado. É um tributo eminentemente arrecadador de fundos para os Estados da Federação, diferente, portanto, das taxas e Contribuições de Melhoria, estes decorrentes do exercício do Poder de Polícia e prestação de serviço pelo Estado.

6.1 ICMS ECOLÓGICO: UM INSTRUMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL

O Objeto do estudo é a aplicação desse tributo no estado de Minas Gerais, que é uma das 27 unidades da República (o Brasil possui 26 Estados, 1 Distrito Federal e aproximadamente 5.000 Municípios), com uma população estimada em 18,9 milhões de habitantes (MINAS GERAIS: um panorama da história, economia, cultura e turismo, 2004). Mas, apenas para melhor elucidação, o Estado possui 853 municípios numa área territorial de 588,4 mil quilômetros quadrados, representado 6,9% da área territorial brasileira (8,5 milhões de quilômetros quadrados) e 63,4% da região Sudeste. Tem como estados limítrofes: Bahia (norte e nordeste), Espírito Santo (leste), Rio de Janeiro (sudeste), São Paulo (sul e sudeste), Mato Grosso do Sul (oeste) e Goiás e Distrito Federal (noroeste).

Em Minas Gerais até 1995, o repasse do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS se dava segundo dois

critérios econômicos básicos: valor adicionado fiscal - VAF (94%) e produção mineraria (5,6%).

A Lei Estadual n. 12.040, de 28 de dezembro de 1995, denominada Lei "Robin Hood", inovou e regulamentou a distribuição da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios, que passou a ser feita também segundo critérios sociais: saúde; educação; produção de alimentos; patrimônio histórico; meio ambiente; população.

Atualmente a matéria é regulamentada pela Lei nº. 13.803, de 27 de dezembro de 2000, assim, visando atenuar os graves desequilíbrios regionais e mitigar os efeitos sócio-econômicos diferenças nos municípios, a lei mineira estabeleceu além dos critérios usuais, mais treze critérios diferenciados para o rateio dos recursos do ICMS pertencentes aos municípios, enumerados no art.1º, incisos I a XIII, quais sejam: Valor Adicional Fiscal (VAF), área geográfica, população; população dos 50 municípios mais populosos; educação: mediante número de alunos matriculados na rede de ensino pública; produção de alimentos; índices do município em preservação do patrimônio cultural; **índices obtidos pela preservação ambiental mediante a criação e manutenção de unidades de conservação e tratamentos de lixo e esgoto**; investimentos na saúde; esforço na geração de recursos próprios; cota mínima distribuída em igual valor para todos os municípios; municípios mineradores; compensação financeira por emancipação de município. (grifo nosso).

O critério Meio Ambiente foi institucionalizado no Estado de Minas Gerais, com o objetivo de incentivar a preservação e conservação dos recursos naturais em nível municipal.

Para efeito dessa pesquisa, dado à questão ambiental, cabe assinalar que conforme a referida lei, o critério meio ambiente é subdividido nos seguintes termos: 50% (cinquenta por cento) destinados aos Municípios que possuem Unidades de Conservação cadastradas no Instituto Estadual de Florestas - IEF e até 50% (cinquenta por cento) distribuídos para aqueles que investem em saneamento ambiental.

6.1.1 Unidades de conservação

A Lei Federal n. 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e regulamentou o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal. O art. 2º, inciso I, da referida lei, conceituando unidade de conservação como:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais.

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, a saber:

- Unidades de Proteção Integral - que têm como objetivo preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei, tais como: pesquisa científica autorizada e visitação pública com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico.

- Unidades de Uso Sustentável - objetivando compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Nos termos da legislação ambiental em vigor, que disciplina o cadastramento das unidades de conservação da natureza e outras áreas protegidas, bem como a divulgação periódica de informações básicas pertinentes às categorias de manejo e fator de conservação, estabelece os seguintes tipos e índices:

- Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica (1,0); Reserva Biológica (1,0); Monumento Natural (1,0); Refúgio da Vida Silvestre (1,0); Parque Nacional, Estadual e Natural Municipal (0,9);

- Unidades de uso sustentável: Reserva Particular do Patrimônio Natural (0,9); Reserva Extrativista (0,5); Reserva de Desenvolvimento Sustentável (0,7); Floresta Nacional, Estadual e Municipal (0,7); Reserva de Fauna (0,3); Área de Relevante Interesse Ecológico (0,3); Áreas de Proteção Ambiental I com zoneamento ecológico econômico, a saber: Zonas de Vida Silvestre (1,0) e demais Zonas (0,01); Áreas de Proteção Ambiental II, federais ou estaduais, sem zoneamento ecológico-econômico (0,025); Reserva de Particular de Recomposição Ambiental (0,9); e Áreas de Proteção Especial, estaduais, relativas a mananciais, patrimônio paisagístico ou arqueológico o fator de conservação é de (0,1), por fim às Áreas Indígenas com fator de conservação de (0,5).

Registre-se que para cada unidade de conservação cadastrada é calculado o índice de restrição territorial do Município: relação entre a área da unidade e a superfície do município, ponderada pelo fator de conservação, relacionado à categoria de manejo da unidade. O índice de participação, por Município, resulta da relação percentual entre somatório dos índices das unidades nele situadas e o somatório dos índices das unidades situadas em todo o Estado.

Como uma forma de compensação, o incentivo dado aos municípios que possuem unidades de conservação se faz necessário devido àquelas porções de seu território comprometidas com a preservação da área ambiental protegida e que implicam em restrições de uso do solo.

6.1.2 Unidades de conservação no estado de Minas Gerais

Em Minas Gerais, as Resoluções SEMAD de n.318/2005 e 329/2005, disciplinam o cadastramento das unidades de conservação da natureza e outras áreas protegidas, bem como a divulgação periódica de informações básicas pertinentes às categorias de manejo e fator de conservação.

É bem verdade que as unidades de conservação ajudam a consolidar a política de proteção de ecossistemas e no caso do estado mineiro o Município deverá requerer o cadastramento junto ao Instituto Estadual de Florestas - IEF e após avaliação técnica do Instituto, cabe à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável - SEMAD a atualização do cadastro.

Nesse encaminhar, cabe registrar a relação completa das unidades de conservação dentro do território do Estado de Minas Gerais. Segundo dados apontados no Anexo II da Resolução SEMAD n. 407/05, existem 435 (quatrocentos e trinta e cinco) Unidades de Conservação cadastradas no Instituto Estadual de Florestas - IEF, a saber:

- Unidades de Conservação Nacionais: (1) Estação Ecológica Federal - EEF; (7) Parques Nacionais - PAQF; (3) Florestas Nacionais - FLONA; (4) Áreas Indígenas - AI; (1) Reserva Biológica Federal - RBF; (4) Áreas de Proteção Ambiental Federal - APAF.

- Unidades de Conservação Estaduais: (9) Estações Ecológicas Estaduais - EEE; (2) Florestas Estaduais - FLOE; (2) Reservas Biológicas Estaduais - RBE; (23) Parques Estaduais - PAQE; (12) Áreas de Proteção Ambiental Estadual - APAE; (20) Áreas de Proteção Especial Estadual - APÉE.

- Unidades de Conservação Municipais: (16) Reservas Biológicas Municipais - RBM; (41) Parques Municipais - PAQM; (156) Áreas de Proteção Ambiental Municipal - APAM; (2) Áreas de Proteção Especial Municipal - APEM; (1) Estação Ecológica Municipal - EEM; (1) Floresta Municipal - FLOM.

- Unidades de Conservação Particulares: (62) Reservas Particular do Patrimônio Natural Federal - RPPNF; (67) Reservas Particular do Patrimônio Natural Estadual - RPPNE; (1) Refúgio Estadual da Vida Silvestre.

6.2 SANEAMENTO BÁSICO

O ICMS Ecológico Marrom é referente ao saneamento ambiental e de acordo com a legislação vigente, para se habilitar a recebê-lo, o Município deverá cumprir pelo menos um dos requisitos básicos, a saber: possuir sistema de tratamento ou disposição final de resíduos sólidos urbanos - lixo, que atenda a pelo menos 70% (setenta por cento) da população urbana, com licença de operação deferida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM; ou possuir sistema de tratamento de esgotos sanitários que atenda a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da população urbana do Município, com operação licenciada pelo COPAM.

No que tange ao saneamento ambiental, a lei determina que a parcela destinada aos Municípios cadastrados no ICMS Ecológico, é de até 50% (cinquenta por cento) do total dos recursos a serem repassados sob o critério Meio Ambiente. Cabe ressaltar que o valor máximo anual destinado ao Município não poderá ultrapassar o valor do investimento realizado na implantação do sistema de tratamento de esgotos sanitários ou disposição final do lixo.

Convém assinalar que, a estimativa desse investimento é determinada considerando a população atendida pelo sistema de saneamento cadastrado e o custo médio *per capita*, fixado pelo COPAM, dependendo do investimento que pode ser referente à implantação do aterro sanitário, unidade de reciclagem e compostagem do lixo ou de estação de tratamento de esgotos sanitários.

Conforme consta do Anexo I da Resolução SEMAD n.º. 407/05, que até junho de 2005, 83 (oitenta e três) municípios mineiros foram cadastrados para receber a parcela do ICMS ecológico referente ao subcritério saneamento básico

que é dividido em três categorias: aterro sanitário, usina de compostagem de lixo e estação de tratamento de esgotos. Registre-se que esses municípios obtiveram sistema licenciado junto ao COPAM e foram cadastrados na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais.

Analisando os dados apontados pela Fundação Estadual de Meio Ambiente, verifica-se que a população atendida quanto ao tratamento de resíduos sólidos e disposição final de lixo, foi de 4.404.590 (quatro milhões, quatrocentos e quatro mil e quinhentos e noventa) habitantes e 907.338 (novecentos e sete mil trezentos e trinta e oito) quanto a esgoto (RESOLUÇÃO SEMAD n. 407/05, jul./2005.)

6.3 ICMS ECOLÓGICO: UM INSTRUMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL PARA BENEFICIAR OS MUNICÍPIOS QUE PRIORIZAM SANEAMENTO BÁSICO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Moura (2002, p. 40), ao tratar da responsabilidade ambiental dos municípios afirma: *“O meio ambiente é um patrimônio que, se bem gerenciado, poderá se converter, inclusive, em considerável fonte de recursos”*.

Convém destacar que além de despertar a atenção das administrações locais e provocar suas iniciativas em relação à necessidade de investir na implantação e manutenção de sistemas de saneamento e de unidades de conservação, a Lei Robin Hood, beneficia os que limpam e preservam o ambiente, sejam eles municípios de grande ou pequeno porte, mostrando assim que as soluções ambientalmente saudáveis, objetivo a ser alcançado com a participação

de todos. Hoje, a partir do melhor esclarecimento dos municípios quanto ao ICMS Ecológico já foi possível, no último trimestre, beneficiar 12 municípios no subcritério Saneamento Ambiental por seus sistemas de tratamento de resíduos sólidos urbanos e esgotos sanitários, licenciados pelo COPAM e 193 municípios por abrigarem em seu território Unidades de Conservação, sendo 50% para cada um dos sub-critérios (SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2005).

A Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM divulgou lista no seu site na internet com a situação dos depósitos de lixo nos 853 municípios de Minas Gerais, que foram vistoriados no período de 2004 a outubro de 2005, pela equipe da Divisão de Saneamento da FEAM. A equipe técnica constatou que, estão em operação no Estado: 15 aterros sanitários licenciados que atendem 24 municípios, 117 aterros controlados e 54 usinas de triagem e compostagem. (Ver Anexo I).

Como resultado das fiscalizações realizadas pela FEAM nos municípios mineiros, verificou-se que 496 cidades foram autuadas por disposição inadequada dos resíduos sólidos urbanos. Restou comprovado que grande parte dos municípios em situação irregular é de pequeno porte, com população urbana inferior a 10 mil habitantes. Em função dessa constatação, a FEAM e os Núcleos Regionais têm desenvolvido trabalho de orientação aos municípios quanto às medidas a serem tomadas para atendimento às determinações da Deliberação Normativa COPAM nº. 52/01 que trata da política de disposição adequada dos resíduos sólidos urbanos e determina o fim dos lixões.

Desse modo, os Tribunais de Contas podem auxiliar e muito nessa tarefa de fiscalização e de orientação de normas ambientais a serem seguidas. Dentre as funções atribuídas às Cortes de Contas pela Constituição da República, a didática e

orientadora são essenciais para o aprimoramento das Administrações Públicas. Quando das inspeções ordinárias *in loco* que os TCs realizam, os técnicos poderão recomendar essa postura ambiental necessária à Administração Municipal.

Moura e Castro (2005) ao discorrer sobre a questão da auditoria ambiental nos aterros sanitários ressalta que:

Nesse contexto, vale registrar a importância da auditoria nos aterros sanitários, uma vez que a destinação final dos resíduos sólidos, gerados nas áreas urbanas, constitui-se num dos grandes problemas da gestão pública em todo o mundo, não apenas devido à quantidade diária de lixo acumulada, mas também ao impacto que causa ao meio ambiente.

No Brasil, compete aos municípios organizar e prestar (por eles próprios ou mediante terceirização) os serviços públicos de limpeza urbana e de disposição final dos resíduos sólidos. O gerenciamento eficiente desses resíduos é ponto fundamental para o estabelecimento de uso mais racional e sustentável do solo e do meio ambiente.

A solução para o problema da destinação final do lixo precisa ser tratada com muita seriedade. Muitas vezes, os sistemas de gerenciamento dos resíduos são ineficazes, sob o ponto de vista ambiental, ineficientes, sob o prisma técnico e também não econômicos.

Os órgãos de controle, quer sejam da área ambiental, quer sejam de auditoria, como é o caso dos Tribunais de Contas, Controladorias e Contadorias, têm papel preponderante na garantia do bom desempenho desses sistemas e precisam contar com ferramentas para combater o problema.

Daí por que órgãos de controle externo precisam preparar as suas equipes para realizarem corretamente os procedimentos de auditorias em aterros sanitários, destinados ao tratamento de resíduos sólidos, valendo-se de parâmetros que se fundamentam na análise da concepção e dos dados técnicos do projeto executivo, bem como dos aspectos funcionais e ambientais, dos equipamentos utilizados em seu sistema operacional e no rendimento deles na operação diária para o tratamento dos resíduos. Além desses aspectos, deve ser analisado o plano proposto para o processo de encerramento do aterro, sua desativação, reabilitação e a reutilização da área. Em todas as fases, há que se considerar, ainda, a análise dos custos.

Deve-se conhecer, por fim, o sistema operacional do aterro sanitário, sua funcionalidade, os custos e benefícios que o empreendimento representa para a população e meio ambiente, tendo em vista os aspectos inerentes a uma auditoria operacional, que consistem na análise da eficiência, eficácia e economicidade.

Quando se objetiva realizar uma auditoria completa em um aterro sanitário, deve-se utilizar uma seqüência lógica de procedimentos. Uma metodologia que pode ser adotada, observada a fase do planejamento, refere-se ao inventário documental do empreendimento, análise do projeto e da evolução cronológica do empreendimento e dos desembolsos financeiros,

vistoria para verificação da operação e adequações físicas, análises técnicas conclusivas, elaboração, revisão e entrega do relatório, o qual subsidiará o pronunciamento dos órgãos de controle externo, viabilizando as recomendações e os acompanhamentos a serem feitos pelos Tribunais de Contas. (MOURA e CASTRO, 2005, p. 1)

Conforme aduzido anteriormente, a questão do meio ambiente sadio e da cidade sustentável preconizado no Estatuto da Cidade, requer uma postura de parceria entre as instituições públicas e privadas. O saneamento básico, disposição de lixo e tratamento do esgoto são questões fundamentais para a saúde pública e que devem ser colocadas na ordem do dia das instituições. Surge aqui uma possibilidade no caso do Estado, se o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais quiser na expressão de Osborne e Gaebler (1994, p. 350) “*reinventar o governo e transformar o setor público*”, poderá tomar para si também o desafio do desenvolvimento sustentável e firmar convênios técnicos e científicos, utilizar de todos os instrumentos ao seu alcance para efetivamente proteger o meio ambiente.

Em Minas Gerais a FEAM desenvolveu o programa Minas sem Lixões, com o objetivo de auxiliar na implementação das normas do COPAM. A Fundação Estadual do Meio Ambiente integra o projeto estruturador do governo minério quanto a Gestão Ambiental no Século XXI, quem sabe os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais não aceitam esse desafio?

Como resultado do Minas sem Lixões, a FEAM contabiliza, entre dezembro de 2002 a outubro de 2005, uma ampliação de 80% do número de pessoas atendidas com sistemas tecnicamente adequados de disposição final de lixo.

A atualização dos dados referentes ao ICMS Ecológico e índices dos Municípios é realizada trimestralmente nos termos da alínea “c”, inciso VIII do art. 1º da Lei Estadual n. 13.803, de 27.12.2000.

A Resolução SEMAD n.º. 407, de 26.09.2005, divulgou os dados cadastrais apurados no 2º trimestre, referentes aos sistemas de saneamento ambiental com Licença de Operação do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM (Ver Anexo I) e às unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares situadas no Estado de Minas Gerais (Ver Anexo II) para fins de repasse do ICMS, critério meio ambiente, referente ao 4º trimestre de 2005.

O Governo de Minas passou a estimular municípios que investem em conservação e preservação da natureza por meio da criação e manutenção de unidades de conservação, parques ecológicos, reservas, áreas de proteção ambiental, bem como programas de educação ambiental, ações de saneamento, tratamento de água e esgoto, bem como a coleta e o tratamento de lixo, e ainda a instalação de usinas de compostagem de lixo e de reciclagem de material, enfim todas as ações voltadas para a melhoria de qualidade de vida que promovam o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável.

O ICMS Ecológico introduziu um importante instrumento econômico na gestão ambiental, reduzindo a poluição gerada pelos esgotos domésticos e lixo dos municípios, além dos instrumentos convencionais de fiscalização e multas ambientais, através de dois critérios definidos para o repasse: existência de Unidade de Conservação e Saneamento Ambiental (tratamento e disposição final adequada de lixo e esgoto).

Os critérios de saneamento básico e reciclagem de lixo são fundamentais a uma política de proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos hídricos. Os Municípios por meio do repasse financeiro do ICMS podem promover educação ambiental junto à população, convencendo-a da importância da separação e coleta seletiva dos resíduos sólidos e sua reciclagem. Aqui cabe ressaltar que a

reciclagem de material plástico como garrafas 'pet', latinhas de refrigerante e papéis, podem se tornar uma eficaz fonte de renda e de geração de empregos, bem como, preservação dos recursos naturais por meio da reciclagem de material.

Note-se, que no caso do Estado de Minas Gerais, com 853 (oitocentos e cinquenta e três) municípios, o ICMS Ecológico mostrou-se um instrumento eficaz na conservação e preservação do meio ambiente, fomentando a atuação da Administração Municipal nas ações de saneamento básico, sistema de tratamento e de disposição final de resíduos sólidos. Registre-se que essas ações, esse tipo de postura dentro da Administração Pública promovem o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável.

Conforme demonstrado, essa parcela denominada ICMS Ecológico trata-se de um importante instrumento econômico na gestão ambiental que traz benefícios aos municípios que preservam o ambiente, através do repasse de recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, alcançando, com isso, resultados importantes no fomento da gestão ambiental: aumento da superfície de área verde protegida, evolução da qualidade da gestão das unidades de conservação, construção de corredores de biodiversidade, aumento da receita do município, além da geração de trabalho e renda, otimizando os recursos financeiros, bem como os recursos naturais, levando a um desenvolvimento sustentável.

7 CONCLUSÃO

Nosso estudo pretendeu demonstrar que a Constituição Federal de 1988, destinou aos Tribunais de Contas além do extenso rol de competências enumeradas no art. 71, o dever institucional de exercerem a tutela do meio ambiente, mediante a realização de auditorias ambientais.

Aqui, cabe destacar que a Corte de Contas é órgão técnico-especializado em controle externo, e sua função precípua é a fiscalização dos Poderes da República, tarefa que é fundamental em um Estado Democrático de Direito. Ocorre que, a problemática suscitada pelos novos tempos demanda uma nova forma de conceber a fiscalização, e o controle do patrimônio público, aqui inserido também o de proteção da natureza e dos recursos naturais.

As diferenças fundamentais aportadas por esta nova compreensão ecológica no paradigma do Estado Democrático de Direito demonstram um profundo questionamento da visão antropocentrista do direito, a releitura dos conceitos de direito público e direito privado e a releitura dos conceitos de direito interno e direito internacional, tendo em vista que público não é estatal e privado não é sinônimo de egoísmo e que meio ambiente é vida e para vida não existe fronteiras, somos todos cidadãos do mundo e responsáveis pelo ambiente ecologicamente equilibrado.

Hoje restou comprovado que as antigas formas de tutela do meio ambiente propiciadas pelo Direito Público ou pelo Direito Privado são insuficientes. Urge a necessidade de parcerias, a publicização do privado e a privatização do espaço público.

Este processo é, por vezes, lento. A mudança de mentalidade e de postura da sociedade requer esforços conjuntos com intuito de despertar a responsabilidade social para com o meio ambiente. E essa responsabilidade é tanto dos cidadãos, como também dos servidores públicos e dos agentes políticos. Para tanto, nós destacamos dentre os instrumentos utilizados na política de preservação do meio ambiente, a importância da educação ambiental para a conscientização da importância de cada um nessa arena.

Ao longo desse trabalho, objetivamos demonstrar também, que apenas aquele controle formal da legalidade das contas públicas não é suficiente. Hoje se faz necessário, o controle, a verificação e a análise de estratégias, planos e projetos e a execução das políticas governamentais, bem como, seus resultados, sua eficiência, eficácia e efetividade.

Não é admissível o desperdício de recursos públicos, sejam eles financeiros, orçamentários e ou patrimonial. Ao Tribunal de Contas, como fiscal da coisa pública, cabe certificar a sociedade de que o meio ambiente, bem de uso comum do povo, está sendo tutelado, protegido e preservado para as presentes e gerações futuras.

Coube destaque, a legislação do Estado de Minas Gerais, que destina parcela do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações, conhecida como ICMS Ecológico, aos Municípios que promovem a preservação dos recursos naturais como a proteção legal de reservas ambientais e o tratamento de seu lixo e esgotos sanitários.

A auditoria de gestão ambiental, bem mais do que limitar-se a verificar a efetiva proteção, conservação, preservação e restauração do meio ambiente,

poderá, também, cooperar para a não depauperação das finanças públicas, o que se evidencia se nos conscientizarmos que muitas doenças da população, representando gastos públicos consideráveis, são decorrentes da falta de saneamento básico e da poluição ambiental.

Ao realizarem auditorias de gestão ambiental estarão os Tribunais de Contas exercendo, via direta ou indireta, seus deveres constitucionais e, muito mais do que isto, como instituição, serão a referência para a otimização dos recursos públicos voltados para a proteção e desenvolvimento ecologicamente correto do meio ambiente, alertando para o dever da administração pública (e dos entes privados, por fiscalização desta), de construção de um habitat natural sadio, o que significa defendê-lo e preservá-lo, porque este é direito constitucional fundamental inquestionável não só da presente geração, mas especialmente, das que se seguirão.

O que se pretende prestigiar na tutela ambiental e na proteção do patrimônio público exercidas pelos Tribunais de Contas Estaduais e ou Municipais, não são as ações isoladas, mas medidas institucionais, sistêmicas e de integração com a sociedade, ações essas que permitam a integração e participação comunitária. E para a consecução deste vital objetivo os Tribunais de Contas devem – e deverão ser - parceiros fundamentais.

Em Minas Gerais, no enfrentamento das questões ambientais que surgem em nível regional e local e quanto a superação das condições adversas para implantação de uma política de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável, cabe destaque a ação que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais poderá exercer numa gestão compartilhada entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, Fundação Estadual do

Meio Ambiente - FEAM, Instituto Estadual de Florestas - IEF, Instituto Gestão das Águas - IGAM, Polícia Militar Florestal, instituições de ensino, organizações não governamentais e a sociedade como um todo.

Para concretização da fiscalização da gestão do meio ambiente no âmbito dos Tribunais de Contas, se faz necessário a implementação e realização de auditoria ambiental. Aqui, gostaria de sugerir como projeto-piloto a revitalização e recuperação da Lagoa da Pampulha em Belo Horizonte. Numa gestão compartilhada o TCEMG e a Prefeitura de Belo Horizonte e Contagem, bem como, os órgãos de fiscalização ambiental, poderiam monitorar e estabelecer uma adequada definição das ações a serem tomadas, caracterizando-lhe os métodos, o objeto jurídico tutelado, a extensão e os limites de seu campo de incidência.

A minha preocupação, ao longo de todo o presente trabalho, é a demonstrar que a tutela ambiental nos Tribunais de Contas pode e deve contribuir para uma melhor gestão ambiental e a otimização dos recursos públicos.

Quanto ao desenvolvimento sustentável e a questão das instituições públicas voltadas à proteção do meio ambiente, temos que ter em mente que as obrigações são diversas, mas os objetivos devem ser convergentes e sinérgicos.

8 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

ARAÚJO, Marcos Valério de. **Auditoria Ambiental**: emergente forma de controle do patrimônio público. 1996. Monografias Vencedoras - Prêmio Sergedello Corrêa São Paulo, 1995-1996

ARAUJO, Rosalina Corrêa de. **Direito da natureza no Brasil**. São Paulo: Líber Juris.1992.p.230.

BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. **Responsabilidade Civil por dano ao meio ambiente**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2000. p. 23-168.

BARACHO JÚNIOR, José Alfredo de Oliveira. **Processo Constitucional**. Rio de Janeiro: editora Forense, 1984. p.4

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Celso Bastos Editora, 2002.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992. p. 28-30.

BOYNTON, William C. JOHNSON, Raymond N. KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Editora Atlas, 2002. p. 32-944.

BRASIL. MINAS GERAIS. Lei nº. 13.803, de 27 de dezembro de 2000. Diário do Executivo. Belo Horizonte, 28 dez.2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <[http://www.feam.br/Feam Interativa/Noticias/Disposicao lixo.xls](http://www.feam.br/Feam%20Interativa/Noticias/Disposicao%20lixo.xls)> Acesso em 29 nov. 2005.

CANOTILHO, Joaquim Jose Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2000. p.166-167.

CANTARINO, Anderson A. A. Auditoria Ambiental e Gestão Empresarial. **Revista Eco 21**, ano XII, n. 74, jan., p. 27-28, 2003.

CARVALHO NETTO, Menelick de. A revisão constitucional e a cidadania: a legitimidade do poder constituinte que deu origem à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e as potencialidades do poder revisional nela previsto. **Revista Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 1, n. 7, p. 882-889, 2001.

CARVALHO NETTO, Menelick de. **Administração Municipal**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1940. p.220.

CARVALHO NETTO, Menelick de. In: Maues (org.) **Constituição e Democracia**. São Paulo: Max Limond, 2001. p. 217-218.

CARVALHO NETTO, Menelick de. Da Responsabilidade da Administração pela situação falimentar de empresa privada economicamente viável por inadimplência ou retardo indevido da satisfação dos valores contratados. Brasília, **Revista da Ordem dos Advogados do Brasil Conselho Federal**. Ano XXVI, n. 63, p. 127, Jul./dez.1996.

CARVALHO NETTO, Menelick de. **Paradigmas Constitucionais, mudanças nas corrupções e práticas da relação entre o público e o privado e natureza: O marco de inserção do direito ambiental na Constituição da República de 1998**. São Paulo: Brasiliense, p.4.

CARVALHO NETTO, Menelick de. **Requisitos pragmáticos da interpretação jurídica sob o paradigma do Estado Democrático de Direito**. São Paulo: Max Limond, 1999. p.478.

CORREA, Eliseu de Moraes. **Manual de Auditoria Ambiental: guia básico no âmbito dos Tribunais de Contas**. Curitiba: 1997, p.8-17

DERZI, Mizabel. O princípio da igualdade e o direito tributário. Belo Horizonte, **Revista da Faculdade de Direito Milton Campos**, v.1, n. 1, 1994, p. 193.

FARIAS, Paulo José Leite. **A Competência Federativa e Proteção ambiental**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1999. p.257

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Lixo: Limpeza Pública Urbana**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2001, p. 11-16

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Tribunais de Contas do Brasil: Jurisdição e Competência**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2002, p. 281-582.

FERRAZ, Sérgio. Responsabilidade civil por dano ecológico. **Revista de Direito Público**, São Paulo, v. 49-50, p. 34-41 1979.

FERREIRA, Ivette Senise. **Tutela penal do patrimônio cultural**. São Paulo: RT, 1995, p.68.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco, RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Manual de Direito Ambiental e Legislação Aplicável**. São Paulo: Max Limond, 1997. p.80

GONÇALVES, Fernando. Papel e responsabilidades do Tribunal de Contas da União na auditoria do meio ambiente. Brasília, **Revista do Tribunal de Contas da União** n. 66, p. 24-29, 1997.

HORTA, Raul Machado. **Direito Constitucional**. 2.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. p. 265.

SEMAD. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<http://www.semad.mg.gov.br/semad.asp>> Acesso em: 17 dez. 2005.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998. p. 13

LEME Machado, Paulo Affonso. **Direito Ambiental Brasileiro**. 8.ed. São Paulo: Malheiros, 2000. p. 128.

LUCARELLI, Fábio Dutra. **Responsabilidade Civil por Dano Ecológico**, em RT, 700, fev. 1994, p.8.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Parecer jurídico. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/parecer_saude_direito_ambiental.pdf>> Acesso em: 15 set. 2005.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Rio + 10/ Estocolmo + 30. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL, 3, 2002, Brasília. **Anais...**Brasília, Cadernos do Conselho de Justiça Federal - Centro de Estudos Judiciários, 2002, p.

p.32.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direitos humanos na ordem jurídica interna**. Belo Horizonte: Interlivros de Minas Gerais, 1992. p. 20

MAZZARO, Luís Wagner. **I Concurso Anual de Investigación da Organización Latino Americana Y Del Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores - OLACEFS**. 1998. p. 23.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 19. ed. rev. e atual. até a Emenda Constitucional São Paulo: Malheiros, 2005. 1016p.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 78-79.

MINAS GERAIS: um panorama da história, economia, cultura e turismo. Disponível em: <http://www.mg.gov.br/portalmg/do/minas> Acesso em 3 fev. 2005. p. 2.

MONTESQUIEU, Charles Louis Secondat, Barão de. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 170.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 9.ed. rev., ampl. e atual com a EC nº. 31/00 São Paulo: Atlas, 2001. 804p. p. 651.

MOURA E CASTRO, Flávio Régis de. A fiscalização ambiental pelos Tribunais de Contas. In: XXIII CONGRESSO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS, 2005, Paraná. **Anais...**Paraná: 2005, realizado no Paraná em novembro de 2005. p.1

MOURA, Carlos Eduardo de. A responsabilidade ambiental dos Municípios. **Revista do Tribunal de Contas do Estado do Paraná**. Curitiba, n. 142, abr.maio.jun. p. 40, 2002.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o povo?** A questão fundamental da Democracia. São Paulo: Max Limond, 1998/2000. p. 82-92

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. **Direito Constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002, p. 55.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo**: como o espírito empreendedor esta transformando o setor publico. 2.ed. Brasília, D.F.: MH Comunicação, 1994. 436p. p. 350.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Direito adquirido e ordem pública**: segurança jurídica e transformação democrática. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. 990p.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos,teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte, 2006. Disponível em <http://www.pucminas.br/biblioteca/> . Acesso em: 12 dez. 2005.

RESOLUÇÃO SEMAD n. 407/05, jul./2005.

SACHS, Ignacy. **Do crescimento econômico ao eco-desenvolvimento**. Belo Horizonte: Fundação Estadual do Meio Ambiente. 1997. p. 163.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 27-55.

SACHS, Ignacy. **O desenvolvimento sustentável**: do conceito à ação - De Estocolmo à Joanesburgo. Curitiba: TCU, 2004. Palestra proferida na Conferência Internacional de Auditoria Ambiental, patrocinada pelo Tribunal de Contas da União, em Brasília, em 03/06/ 2004.

SACHS, Ignacy. **Os resultados da cúpula da terra**: promovendo o processo. In: SEMINÁRIO “SÃO PAULO APÓS A ECO 92”, 1979, São Paulo. Anais...São Paulo: FUNDAP, 1979. p.60.

SALES, Rodrigo. **Auditoria Ambiental**: aspectos Jurídicos. São Paulo: LTR, 2001.

SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Cris, NARDY, Afrânio José Fonseca. **Os princípios de direito ambiental na dimensão internacional e comparada**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p.47.

SAMPAIO LEITE, José Adércio. **Direitos Fundamentais**. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2004. p.259.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. **Direito Ambiental Internacional: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial.** Rio de Janeiro: Thex Editora, 1999. p. 25.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 5. ed., São Paulo: Cortez Editora, 1999. p.345.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos Humanos e Meio Ambiente-Paralelo dos Sistemas de Proteção Internacional.** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1993. p.76

VAZ, Isabel Viana. **Direito econômico da concorrência.** Rio de Janeiro: Forense, 1993. p. 94

VESENTINI, Jose William. **Brasil Sociedade e Espaço.** São Paulo: Atica,1999, p.284

ANEXOS

ANEXO I DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MG - 2005

Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos em MG - 2005

Aterro Sanitário (25)	UTC Licenciada (54)		UTC não Licenciada (26)	Outro estado (1)
Arcos	Alterosa	Itaú de Minas	Bom Jardim de Minas	Claraval*
Bela Vista de Minas ²	Canápolis	Jacuí	Carai	
Belo Horizonte	Candeias	Malacacheta	Carmo de Minas	
Belo Oriente ¹	Carbonita	Maripá de Minas	Carmo do Rio Claro	
Betim	Carmo da Cachoeira	Matutina	Dom Silvério	
Campo Belo	Carmo da Mata	Nova Rezende	Ervália	
Contagem	Catas Altas	Piedade de Caratinga	Itambé do Mato Dentro	
Coronel Fabriciano ¹	Coimbra	Pingo-d'Água	Jaguaraçu	
Extrema	Conceição da Barra de Minas	Pirapetinga	Juruiaia	
Ingaí ³	Coronel Xavier Chaves	Pratápolis	Madre de Deus de Minas	
Ipatinga ¹	Cristais	Presidente Kubitschek	Mathias Lobato	
Ituiutaba	Cristália	Presidente Olegário	Nova Era	
João Monlevade ²	Delfinópolis	Prudente de Moraes	Oratórios	
Juiz de Fora	Delta	Rio Doce	Padre Paraíso	
Lima Duarte	Dionísio	Rio Preto	Pedralva	
Paracatu	Entre-Rios de Minas	Rubelita	Pequi	
Rio Piracicaba ²	Eugenópolis	Santa Margarida	Piracema	
Sabará	Florestal	Santo Antônio do Retiro	Rio Pomba	
Santana do Paraíso ¹	Fortaleza de Minas	São Domingos do Prata	Santa Cruz do Escalvado	
São Bento Abade ³	Goiana	São João da Lagoa	Santo Antônio do Rio Abaixo	
Timóteo ¹	Guapé	São Joaquim de Bicas	São Brás do Suaçuí	
Três Corações ³	Guarani	São José do Goiabal	São João Batista do Glória	
Uberaba	Guarda-Mor	Senador Modestino Gonçalves	São João do Paraíso	
Uberlândia	Guidoval	Tabuleiro	São Roque de Minas	
Visconde do Rio Branco	Guiricema	Turvolândia	Silvianópolis	
	Iguatama	Varjão de Minas	Virgolândia	
	Illicínea	Virginópolis		

¹ Consórcio

Santana do Paraíso

² Consórcio - João Monlevade

³ Consórcio - Três Corações

* Dispõe no Aterro Sanitário de Guará SP

Aterro Controlado (198)

Açucena	Conselheiro Pena	Luisburgo	Presidente Juscelino	Três Pontas
Aguanil	Coqueiral	Luminárias	Quartel Geral	Ubá
Aimorés	Corinto	Machado	Raposos	Uruana de Minas
Alfredo Vasconcelos	Coronel Murta	Mantena	Resende Costa	Vargem Bonita
Andradas	Córrego Fundo	Mar de Espanha	Ribeirão das Neves	Varginha
Araçaí	Cuparaque	Maria da Fé	Rio Acima	Várzea da Palma
Araguari	Curvelo	Mário Campos	Rio Casca	Vazante
Araújos	Desterro de Entre Rios	Marmelópolis	Rosário da Limeira	Vermelho Novo
Areado	Diamantina	Martinho Campos	Sabinópolis	Vespasiano
Baependi	Diogo Vasconcelos	Materlândia	Santa Juliana	Viçosa
Bambuí	Divinésia	Minduri	Santa Luzia	
Bandeira do Sul	Dom Bosco	Miradouro	Santa Maria de Itabira	
Barão do Monte Alto	Dom Viçoso	Miraí	Santa Maria do Suaçuí	
Barbacena	Doresópolis	Montalvânia	Santa Rita de Caldas	
Boa Esperança	Engenheiro Navarro	Monte Santo de Minas	Santa Rita do Sapucaí	
Bom Despacho	Esmeraldas	Montes Claros	Santana da Vargem	
Bom Jesus da Penha	Estrela do Indaiá	Munhoz	Santana do Guarambéu	
Bom Jesus do Amparo	Felício dos Santos	Muriaé	Santo Antônio do Amparo	
Bom Sucesso	Formiga	Naque	Santo Antônio do Monte	
Botelhos	Gonçalves	Nepomuceno	São Gonçalo do Abaeté	
Brás Pires	Governador Valadares	Nova Lima	São Gonçalo do Pará	
Brasópolis	Guaraciaba	Nova Ponte	São Gonçalo do Rio Preto	
Braúnas	Heliodora	Nova Porteirinha	São Gonçalo do Sapucaí	
Brumadinho	Ibiraci	Olhos-d'Água	São João da Mata	
Cachoeira de Minas	Ibirité	Olímpio Noronha	São João da Ponte	
Cachoeira Dourada	Ibitiúra de Minas	Ouro Preto	São José da Lapa	
Caetanópolis	Igaratinga	Paineiras	São José do Jacuri	
Cambuí	Imbé de Minas	Papagaios	São Pedro da União	
Campo do Meio	Inimutaba	Pará de Minas	São Sebastião do Paraíso	
Canaã	Ipuiúna	Paraguaçu	São Sebastião do Rio Verde	
Capela Nova	Itabira	Passa-Vinte	Sarzedo	
Capinópolis	Itabirinha de Mantena	Passos	Senador José Bento	
Carandaí	Itabirito	Patos de Minas	Senhora de Oliveira	

Carangola	Itacarambi	Patrocínio	Senhora dos Remédios
Careaçu	Itamoji	Paulistas	Seritinga
Carmésia	Itanhandu	Pedra Azul	Serra da Saudade
Carmópolis de Minas	Itapecerica	Pedra do Anta	Serrania
Carneirinho	Itaúna	Pedro Leopoldo	Serranos
Carvalhos	Itaverava	Perdizes	Serro
Cássia	Jaboticatubas	Piranga	Sete Lagoas
Catas Altas da Noruega	Joaíma	Pirapora	Silveirânia
Caxambu	José Gonçalves de Minas	Piumhi	Soledade de Minas
Cedro do Abaeté	José Raydan	Poço Fundo	Taiobeiras
Cláudio	Lamim	Poços de Caldas	Teófilo Otoni
Conceição da Aparecida	Laranjal	Pompeu	Tiros
Conceição do Mato Dentro	Lassance	Prados	Tombos
Confins	Lavras	Presidente Bernardes	Três Marias

Em Minas Gerais (853)

Aterros Sanitários = 16 que atendem 25 municípios

Aterros Controlados = 117 e Aterros Controlados Com Pendências = 81; totalizando 198

Usinas de Triagem e Compostagem Licenciadas = 54

Usinas de Triagem e Compostagem não Licenciadas = 26

Município que dispõe em outro estado = 1

Lixões = 549

Lixão (549)

Abadia dos Dourados	Caranaíba	Fronteira	Manhuaçu	Ponto Chique	São Tomé das Letras
Abaeté	Caratinga	Fronteira dos Vales	Manhumirim	Ponto dos Volantes	São Vicente de Minas
Abre-Campo	Carlos Chagas	Fruta de Leite	Maravilhas	Porteirinha	Sapucai-Mirim
Acaiaca	Carmo do Cajuru	Frutal	Mariana	Porto Firme	Sardoá
Água Boa	Carmo do Paranaíba	Funilândia	Marilac	Poté	Sem-Peixe
Água Comprida	Carrancas	Galléia	Marliéria	Pouso Alegre	Senador Amaral
Águas Formosas	Carvalhópolis	Gemeleiras	Martins Soares	Pouso Alto	Senador Côrtes
Águas Vermelhas	Casa Grande	Glaucilândia	Mata Verde	Prata	Senador Firmino
Aiuruoca	Cascalho Rico	Goiabeira	Mateus Leme	Pratinha	Senhora do Porto
Alagoa	Cataguases	Gonzaga	Matias Barbosa	Queluzito	Sericita
Albertina	Catuji	Gouveia	Matias Cardoso	Raul Soares	Serra Azul de Minas
Além Paraíba	Catuti	Grão Mogol	Matipó	Recreio	Serra do Salitre
Alfenas	Central de Minas	Grupiara	Mato Verde	Reduto	Serra dos Aimorés
Almenara	Centralina	Guanhães	Matozinhos	Resplendor	Serranópolis de Minas
Alpercata	Chácara	Guaraciama	Medeiros	Ressaquinha	Setubinha
Alpinópolis	Chalé	Guaranésia	Medina	Riachinho	Simão Pereira
Alto Caparaó	Chapada do Norte	Guarará	Mendes Pimentel	Riacho dos Machados	Simonésia
Alto Jequitibá	Chapada Gaúcha	Guaxupé	Mercês	Ribeirão Vermelho	Sobralia
Alto Rio Doce	Chiador	Guimaránia	Mesquita	Rio do Prado	Taparuba
Alvarenga	Cipotânea	Gurinhata	Minas Novas	Rio Espera	Tapira
Alvinópolis	Claro dos Poções	Iapu	Mirabela	Rio Manso	Tapiraí
Alvorada de Minas	Coluna	Ibertioga	Miravânia	Rio Novo	Taquaraçu de Minas
Amparo da Serra	Comendador Gomes	Ibiá	Moeda	Rio Paranaíba	Tarumirim
Andrelândia	Comercinho	Ibiaí	Moema	Rio Pardo de Minas	Teixeiras
Angelândia	Conceição das Alagoas	Ibiracatu	Monjolos	Rio Vermelho	Tiradentes
Antônio Carlos	Conceição das Pedras	Ibituruna	Monsenhor Paulo	Ritópolis	Tocantins
Antônio Dias	Conceição de Ipanema	Icaraí de Minas	Monte Alegre de Minas	Rochedo de Minas	Tocos do Moji
Antônio Prado de Minas	Conceição do Pará	Igarapé	Monte Azul	Rodeiro	Toledo
Aracitaba	Conceição do Rio Verde	Ijací	Monte Belo	Romaria	Tumiritinga
Araçuaí	Conceição dos Ouros	Inconfidentes	Monte Carmelo	Rubim	Tupaciguara
Arantina	Cônego Marinho	Indaiabira	Monte Formoso	Sacramento	Turmalina
Araponga	Congonhal	Indianópolis	Monte Sião	Salinas	Ubaí
Araporã	Congonhas	Inhapim	Montezuma	Salto da Divisa	Ubaporanga
Arapuá	Congonhas do Norte	Inhaúma	Morada Nova de Minas	Santa Bárbara	Umburatiba
Araxá	Conquista	Ipaba	Morro da Garça	Santa Bárbara do Leste	Unaí
Arceburgo	Conselheiro Lafaiete	Ipanema	Morro do Pilar	Santa Bárbara do Monte Verde	União de Minas

Argirita	Consolação	Ipiaçu	Mutum	Santa Bárbara do Tugúrio	Urucânia
Aricanduva	Coração de Jesus	Iraí de Minas	Muzambinho	Santa Cruz de Minas	Urucuia
Arinos	Cordisburgo	Itacambira	Nacip Raydan	Santa Cruz de Salinas	Vargem Alegre
Astolfo Dutra	Cordislândia	Itaguara	Nanuque	Santa Efigênia de Minas	Vargem Grande do Rio Pardo
Ataléia	Coroaci	Itaipé	Natalândia	Santa Fé de Minas	Varzelândia
Augusto de Lima	Coromandel	Itajubá	Natércia	Santa Helena de Minas	Verdelândia
Baldim	Coronel Pacheco	Itamarandiba	Nazareno	Santa Maria do Salto	Veredinha
Bandeira	Córrego Danta	Itamarati de Minas	Ninheira	Santa Rita de Minas	Veríssimo
Barão de Cocais	Córrego do Bom Jesus	Itambacuri	Nova Belém	Santa Rita do Ibitipoca	Vieiras
Barra Longa	Córrego Novo	Itamonte	Nova Módica	Santa Rita do Itueto	Virgem da Lapa
Barroso	Couto de Magalhães de Minas	Itanhomi	Nova Serrana	Santa Rita do Jacutinga	Virgínia
Belmiro Braga	Crisólita	Itaobim	Nova União	Santa Rosa da Serra	Volta Grande
Belo Vale	Cristiano Ottoni	Itapajipe	Novo Cruzeiro	Santa Vitória	Wenceslau Brás
Berilo	Cristina	Itapeva	Novo Oriente de Minas	Santana de Cataguases	
Berizal	Crucilândia	Itatiaiuçu	Novorizonte	Santana de Pirapama	
Bertópolis	Cruzeiro da Fortaleza	Itinga	Olaria	Santana do Deserto	
Bias Fortes	Cruzília	Itueta	Oliveira	Santana do Jacaré	
Bicas	Curral de Dentro	Itumirim	Oliveira Fortes	Santana do Manhuaçu	
Biquinhas	Datas	Iturama	Onça de Pitangui	Santana do Riacho	
Bocaina de Minas	Delfim Moreira	Itutinga	Orizânia	Santana dos Montes	
Bocaiúva	Descoberto	Jacinto	Ouro Branco	Santo Antônio do Aventureiro	
Bom Jesus do Galho	Desterro do Melo	Jacutinga	Ouro Fino	Santo Antônio do Grama	
Bom Repouso	Divino	Jaíba	Ouro Verde de Minas	Santo Antônio do Itambé	
Bonfim	Divino das Laranjeiras	Jampruca	Padre Carvalho	Santo Antônio do Jacinto	
Bonfinópolis de Minas	Divinolândia de Minas	Janaúba	Pai Pedro	Santo Hipólito	
Bonito de Minas	Divinópolis	Januária	Pains	Santos Dumont	
Borda da Mata	Divisa Alegre	Japaraíba	Paiva	São Domingos das Dores	
Botumirim	Divisa Nova	Japonvar	Palma	São Félix de Minas	
Brasilândia de Minas	Divisópolis	Jeceaba	Palmópolis	São Francisco	
Brasília de Minas	Dom Cavati	Jenipapo de Minas	Paraisópolis	São Francisco de Paula	
Bueno Brandão	Dom Joaquim	Jequeri	Paraopeba	São Francisco de Sales	
Buenópolis	Dona Eusébia	Jequitaí	Passa Quatro	São Francisco do Glória	
Bugre	Dores de Campos	Jequitibá	Passa Tempo	São Geraldo	
Buritís	Dores de Guanhões	Jequitinhonha	Passabém	São Geraldo da Piedade	
Buritizeiro	Dores do Indaiá	Jesuânia	Patis	São Geraldo do Baixo	
Cabeceira Grande	Dores do Turvo	Joanésia	Patrocínio do Muriaé	São Gonçalo do Rio Abaixo	
Cabo Verde	Douradoquara	João Pinheiro	Paula Cândido	São Gotardo	
Cachoeira da Prata	Durandé	Joaquim Felício	Pavão	São João das Missões	

Cachoeira de Pajeú	Elói Mendes	Jordânia	Peçanha	São João Del Rei
Caeté	Engenheiro Caldas	Josenópolis	Pedra Bonita	São João do Manhuaçu
Caiana	Entre Folhas	Juatuba	Pedra do Indaiá	São João do Manteninha
Cajuri	Espera Feliz	Juramento	Pedra Dourada	São João do Oriente
Caldas	Espinosa	Juvenília	Pedras de Maria da Cruz	São João do Pacuí
Camacho	Espírito Santo do Dourado	Ladainha	Pedrinópolis	São João Evangelista
Camanducaia	Estiva	Lagamar	Pedro Teixeira	São João Nepomuceno
Cambuquira	Estrela D'Alva	Lagoa da Prata	Pequeri	São José da Barra
Campanário	Estrela do Sul	Lagoa dos Patos	Perdigão	São José da Safira
Campanha	Ewbank da Câmara	Lagoa Dourada	Perdões	São José da Varginha
Campestre	Fama	Lagoa Formosa	Periquito	São José do Alegre
Campina Verde	Faria Lemos	Lagoa Grande	Pescador	São José do Divino
Campo Azul	Felisburgo	Lagoa Santa	Piau	São José do Mantimento
Campo Florido	Felixlândia	Lajinha	Piedade de Ponte Nova	São Lourenço
Campos Altos	Fernandes Tourinho	Lambari	Piedade do Rio Grande	São Miguel do Anta
Campos Gerais	Ferros	Leandro Ferreira	Piedade dos Gerais	São Pedro do Suaçuí
Cana Verde	Fervedouro	Leme do Prado	Pimenta	São Pedro dos Ferros
Cantagalo	Formoso	Leopoldina	Pintópolis	São Romão
Caparaó	Fortuna de Minas	Liberdade	Pirajuba	São Sebastião da Vargem Alegre
Capelinha	Francisco Badaró	Limeira do Oeste	Piranguçu	São Sebastião da Bela Vista
Capetinga	Francisco Dumont	Lontra	Piranguinho	São Sebastião do Anta
Capim Branco	Francisco Sá	Luislândia	Piraúba	São Sebastião do Maranhão
Capitão Andrade	Franciscópolis	Luz	Pitangui	São Sebastião do Oeste
Capitão Enéas	Frei Gaspar	Machacalis	Planura	São Sebastião do Rio Preto
Capitório	Frei Inocêncio	Mamonas	Pocrane	São Tiago
Caputira	Frei Lagonegro	Manga	Ponte Nova	São Tomás de Aquino

Fonte: Brasil. Ministério do Meio Ambiente, 2005.

ANEXO II RELAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CADASTRADAS NO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS (IEF) - SETEMBRO/2005

Unidades de Conservação Cadastradas no Instituto Estadual de Florestas (IEF) até setembro/2005
Art. 1º da Resolução SEMAD n.º 234, de 25 de dezembro de 2003

ITEM		Unidade de Conservação						Município	
IDG	IDE	Denominação	Legislação De Criação	Dados do Cadastro	Área Total (ha)	Área da UC (ha)	Área de Uso Direto (ha)	Nome	Área do Município (ha)

- 1) Estações Ecológica – EEF (Fator de Conservação (FC) = 1,0)

1	1	Pirapitinga	Decreto nº 94.656, de 20/07/87		1.090	1.090	1.090	Morada Nova de Minas	208.158
---	---	-------------	--------------------------------	--	-------	-------	-------	----------------------	---------

I – 2) Parques – PAQF (Fator de Conservação (FC) = 0,9)

2	1	Itatiaia	Decreto nº 1.713, de 14/06/37, e Decreto nº 87.586, de 20/09/82		30.000 (BR) e	5.645	5.645	Bocaina de Minas	50.279
					15.463 (MG)	9.818	9.818	Itamonte	43.099
3	2	Caparaó	Decreto nº 50.646, de 24/05/61		26.000 (BR) E	4.350	4.350	Alto Caparaó	10.458
					7.235 (MG)	293	293	Alto Jequitibá	15.147
						292	292	Caparaó	13.073
						2.300	2.300	Espera Feliz	32.560
4	3	Serra da Canastra	Decreto nº 70.355, de 03/04/72		200.000	55.695,15	55.695,15	Delfinópolis	138.032
						7.589,09	7.589,09	Sacramento	307.078
						86.647,11	86.647,11	São Roque de Minas	209.899
						9.828,92	9.828,92	Capitólio	52.089
						25.643,41	25.643,41	São João Batista do Glória	54.877
						12.974,39	12.974,39	Vargem Bonita	40.896
5	4	Serra do Cipó	Decreto nº 19.278, de 03/07/77, e Decreto nº 90.223, de 25/09/84		31.010	1.350	1.350	Itambé do Mato Dentro	38.065
						21.190	21.190	Jaboticatubas	111.677
						5.700	5.700	Morro do Pilar	47.662
						2.770	2.770	Santana do Riacho	67.730
6	5	Cavernas do Peruaçu	Decreto s/nº de 21/09/99		56.800	24.675	24.675	Itacarambi	122.498
						27.146	27.146	Januária	667.041
						4.829	4.829	São João das Missões	67.989
7	6	Grande Sertão Veredas	Decreto nº 97.658, de 12/04/89		83.363	16.800	16.800	Arinos	527.347
						58.800	58.800	Formoso	388.085
						8.400	8.400	Chapada Gaúcha	325.263
8	7	Sempre-Vivas	Decreto s/nº de 13/12/02		124.554,73	31.904,96	31.904,36	Bocaiúva	323.156
						33.595,77	33.595,77	Buenópolis	160.185
						31.155,64	31.155,64	Diamantina	389.362
						27.898,36	27.898,36	Olhos D'Água	209.143

I – 3) Florestas Nacionais – FLONA (Fator de Conservação (FC) = 0,7)

9	1	Passa Quatro	Portaria IBDF nº 562, de 25/10/68		335	335	335	Passa Quatro	27.544
10	2	Paraopeba	Portaria MMA nº 248 de 18/07/01		200	200	200	Paraopeba	62.406
11	3	Ritópolis	Decreto , de 21/09/99		89,50	89,50	89,50	Ritópolis	40.438

I – 4) Áreas Indígenas – AI (Fator de Conservação (FC) = 0,5)

12	1	Krenac	Decreto Estadual nº 5.462, de 10/12/70		3.983	3.983	3.983	Resplendor	108.384
13	2	Xacriabá (3)	Decreto nº 94.608, de 14/07/87		46.800	6.300	6.300	Itacarambi	122.498
						40.500	40.500	São João das Missões	67.989
14	3	Fazenda Guarani	Decreto nº 270,		3.270	3.270	3.270	Carmésia	25.932

			de 29/10/91						
15	4	Maxacalis	Port. Min. da Justiça nº 37, de 14/08/93		5.306	2.106	2.106	Bertópolis	42.738
						3.200	3.200	Santa Helena de Minas	27.676

I – 5) Reserva Biológica – RB Federal (Fator de Conservação (FC) = 1,0)

16	1	Mata Escura	Decreto S/Nº, de 05/06/03		50.892,13	723,86	723,86	Almenara	229.140
						50.168,27	50.168,27	Jequitinhonha	351.096

OBS.: (1) - A área TOTAL da UC AI Xacriabá (FC=0,5) inclui área em comum com a APA Cavernas do Peruaçu (FC=0,025) – menos restritiva, por isso a sua área de uso direto é de 46.800 ha., que é IGUAL a área TOTAL da UC - 46.800 ha.

I – 5) Áreas de Proteção Ambiental Federais – APAF

(Fatores de Conservação variáveis - FC= 0,025 (APA's SEM ZONEAMENTO), FC=0,1 (APA's COM ZONEAMENTO SIMPLES) e FC=1,0 (APA's COM ZONEAMENTO DE VIDA SILVESTRE)

ITEM		Unidade de Conservação				Município			
IDG	IDE	Denominação	Legislação De Criação	Dados do Cadastro	Área Total (ha)	Área da UC (ha)	Área de Uso Direto (ha)	Nome	Área do Município (ha)
					422.517 (BR)	22.877	22.877	Aiuruoca	64.949
						16.117	16.117	Alagoa	16.196
						44.831	44.831	Baependi	75.105
						50.020	44.375	Bocaina de Minas	50.279
						140	140	Bom Jardim de Minas	41.187
						40.665	40.665	Delfim Moreira	40.850
						32.166	22.348	Itamonte	43.099
						3.035	3.035	Itanhadú	14.358
						16.832	16.832	Liberdade	40.270
						10.740	10.740	Marmelópolis	10.784
						11.755	11.420	Passa Quatro	27.544
						10.223	10.223	Passa Vinte	24.691
						13.693	13.693	Pirangaçu	20.187
						5.271	5.271	Pouso Alto	26.202
						10.113	10.113	Venceslau Brás	10.217
						8.185	8.185	Virgínia	32.727
						17.667	17.667	Bonito de Minas	391.142
						47.521	47.521	Cônego Marinho	164.020
						20.451	20.451	Itacarambi	122.498
						29.597	29.597	Januária	667.041
						4.167	4.167	Confins	4.167
						930	930	Funilândia	20.066
						8.085	8.085	Lagoa Santa	22.945
						16.750	16.750	Matozinhos	25.311
						8.027	8.027	Pedro Leopoldo	29.256
						155	155	Vespaziano	7.098
						12.540	12.540	Itabira	125.449
						13.150	11.800	Itambé do Mato Dentro	38.065
						35.117	13.927	Jaboticatubas	111.677
						15.790	7.896,23	Morro do Pilar	47.662
						5.485	5.485	Nova União	17.178
						44.130	41.360	Santana do Riacho	67.730
						4.160	4.160	Taquaraçu de Minas	32.901

OBS.: (2) – A área TOTAL da UC APAF Serra da Mantiqueira (FC=0,025) inclui áreas em comum com as UC's – PAQF de Itatiaia (FC=0,9) e FLONA Passa Quatro (FC=0,7), MAIS RESTRITIVAS, por isso a sua área de uso direto é de 280.864 ha., enquanto a área TOTAL da UC é de 296.662 ha.

(3) – A área TOTAL da UC APAF Cavernas do Peruaçu (FC=0,025) inclui áreas em comum com as UC's – AI Xacriabá (FC=0,5) e PAQE Veredas do Peruaçu (FC=0,9), MAIS RESTRITIVAS, por isso a sua área de uso direto é de 122.478 ha., enquanto a área TOTAL da UC é de 155.910 ha.

(4) – A área TOTAL da UC APAF Morro da Pedreira (FC=0,025) inclui área em comum com o PAQF Serra do Cipó (FC=0,9), e APAM Rio Picão (FC de 1,0 e 0,1) MAIS RESTRITIVAS, por isso a sua área de uso direto é de 97.168,23 ha., enquanto a área TOTAL da UC é de 130.372 ha.

II- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS CADASTRADAS

II – 1) Estações Ecológicas – EEE (Fator de Conservação (FC) = 1,0)

21	1	Tripuí	Decreto nº 9.157, de 24/04/78, e Decreto nº 21.340, de 04/06/81	Proc. s/n 24/04/78	337	337	337	Ouro Preto	124.653
22	2	Mar de Espanha	Decreto nº 16.580, de 23/09/74, Decreto nº 36.069, de 27/09/94, e Lei nº 11.731, de 30/12/94	Proc. s/n 23/09/74 27/09/94	220	220	220	Mar de Espanha	37.176
23	3	Mata dos Ausentes	Decreto nº 16.580, de 23/09/74, Decreto nº 36.585, de 28/12/94, e Lei nº 11.731, de 30/12/94	Proc. s/n 23/09/74 28/12/94	490	490	490	Senador Modestino Gonçalves	95.151
24	4	Acauã	Decreto nº 16.580, de 23/09/74, Decreto nº 36.585, de 28/12/94, e Lei nº 11.731, de 30/12/94	Proc. s/n 23/09/74 28/12/94	5.196	3.118	3.118	Leme do Prado	28.092
						2.078	2.078	Turmalina	115.263
25	5	Água Limpa	Dec. Nº 36.072, de 27/09/94, e Lei nº 11.731, de 30/12/94	Proc. s/n 27/09/94	70	70	70	Cataguases	49.136
26	6	Fechos	Decreto nº 36.073, de 27/09/94	Proc. s/n 27/09/94	603	603	603	Nova Lima	42.845
27	7	Corumbá	Decreto nº 16.580, de 23/09/74, e Decreto nº 37.826, de 14/03/96	Proc. s/n 23/09/74 14/03/96	304	304	304	Arcos	50.979
28	8	Mata do Cedro	Decreto nº 41.514 de 28/12/2000	Proc. s/n 28/12/00	1.087	1.087	1.087	Carmópolis de Minas	40.090
29	9	Sagarana	Decreto S/Nº de 21/10/03	Proc. s/n 21/10/03	2.340.12	2.340.12	2.340.12	Arimos	527.347

II – 2) Florestas Estaduais – FLOE (Fator de Conservação (FC) = 0,7)

30	1	Floresta Estadual São Judas Tadeu	Decreto nº 41.809, de 07/08/01	Proc. s/n 08/08/01	141	141	141	Betim	34.599
31	2	Floresta Estadual do Uaimii	Dec. S/Nº de 21/10/03	Proc. s/n 21/10/03	4.398.16	4.398.16	4.398.13	Ouro Preto	124.653

II – 3) Reservas Biológicas – RBE (Fator de Conservação (FC) = 1,0)

32	1	Jaíba	Lei nº 6.126, de 04/07/77, e Lei nº 11.731, de 30/12/94	Proc. s/n 04/07/73 30/12/94	6.210	6.210	6.210	Matias Cardoso	195.201
33	2	Serra Azul	Decreto nº 39.950 De 08/10/98	Proc. s/n 08/10/98	7.285	7.285	7.285	Jaíba	262.594

II – 4) Parques – PAQE (Fator de Conservação (FC) = 0,9)

34	1	Rio Doce	Decreto nº 1.119 de 14/07/44 e Decreto nº 5.831, de 06/07/60	Proc. s/n 14/07/44 06/07/60	35.970	1.200	1.200	Dionísio	34.533
						29.540	29.540	Marliéria	54.368
35	2	Itacolomi	Lei nº 4.495, de 14/06/67	Proc. s/n 14/06/64	7.543	5.230	5.230	Timóteo	14.399
						5.274	5.274	Mariana	119.386
36	3	Ibitipoca	Lei nº 6.126, de 04/07/73	Proc. s/n 04/07/73	1.488	2.269	2.269	Ouro Preto	124.653
						1.317	1.317	Lima Duarte	84.804
37	4	Serra do Rola Moça	Decreto nº 36.071, De 27/09/94	Proc. s/n 27/09/94	3.940	171	171	Santa Rita do Ibitipoca	32.320
						1.330	1.330	Belo Horizonte	33.023
38	5	Veredas do Peruaçu	Decreto nº 36.070, de 27/09/94	Proc. s/n 27/09/94	30.702	891	891	Brumadinho	64.008
						945	945	Ibirité	7.366
39	6	Rio Preto	Lei nº 11.172, de 27/09/93	Proc. s/n 01/06/94	10.750	774	774	Nova Lima	42.845
						6.482	6.482	Januária	667.041
			Decreto nº 16.580,	Proc. s/n				São Gonçalo do Rio Preto	31.449

40	7	Nova Baden	de 23/09/74, Decreto nº 36.069, de 27/09/94, e Lei nº 11.731, de 30/12/94	23/09/74 27/09/94	214	214	214	Lambari	21.334
41	8	Baleia	Decreto nº 26.162, de 06/07/88	Proc. s/n	102	102	102	Belo Horizonte	33.023
42	9	Serra do Brigadeiro	Decreto nº 38.319, de 27/09/96	Proc. s/n 27/09/96	13.210	5.420	5.420	Araponga	30.368
						97	97	Divino	33.763
						1.158	1.158	Ervália	35.687
						3.525	3.525	Fervedouro	35.752
						1.628	1.628	Miradouro	30.152
						319	319	Muriáé	84.215
						372	372	Pedra Bonita	17.379
43	10	Pico do Itambé	Decreto nº 39.398, de 21/01/98	Proc. s/n 21/01/98	4.696	691	691	Sericita	16.598
						2.926	2.926	Santo Antônio do Itambé	30.497
						840	840	Serra Azul de Minas	21.867
44	11	Serra das Araras	Decreto nº 39.400, de 21/01/98	Proc. s/n 21/01/98	11.137	930	930	Serro	121.494
						11.137	11.137	Chapada Gaúcha	325.263
45	12	Serra do Papagaio	Decreto nº 39.793 de 05/08/98	Proc. s/n 05/08/98	22.917	3.983	3.983	Aiuruoca	64.949
						1.291	1.291	Alagoa	16.196
						10.030	10.030	Baependi	75.105
						6.481	6.481	Itamonte	43.099
						1.132	1.132	Pouso Alto	26.202
46	13	Grão Mogol	Decreto nº 39.906 de 22/09/98	Proc. s/n 22/09/98	33.325	33.325	33.325	Grão Mogol	388.859
47	14	Serra Negra	Decreto nº 39.907 de 22/09/98	Proc. s/n 22/09/98	13.654	13.654	13.654	Itamarandiba	273.556
48	15	Sete Salões	Decreto nº 39.908 de 22/09/98	Proc. s/n 22/09/98	12.521	4.835	4.835	Conselheiro Pena	148.429
						297	297	Itueta	45.403
						4.201	4.201	Resplendor	108.384
						3.188	3.188	Santa Rita do Itueto	48.691
49	16	Biribiri	Decreto nº 39.909 de 22/09/98	Proc. s/n 22/09/98	16.999	16.999	16.999	Diamantina	389.362
50	17	Verde Grande	Decreto nº 39.953 De 08/10/98	Proc. s/n 08/10/98	25.570	25.570	25.570	Matias Cardoso	195.201
51	18	Lagoa do Cajueiro	Decreto nº 39.954 De 08/10/98	Proc. s/n 08/10/98	20.500	20.500	20.500	Matias Cardoso	195.201
52	19	Serra da Candonga	Decreto nº 40.170, de 17/12/98	Proc. s/n 17/12/98	3.302,66	3.302,66	3.302,66	Guanhães	107.682
53	20	Rio Corrente	Decreto nº 40.168, de 17/12/98	Proc. s/n 17/12/98	5.065	5.065	5.065	Açucena	81.159
54	21	Mata Seca	Decreto nº 41.479, de 20/12/2000	Proc. s/n 20/12/00	10.281,4 4	10.281,44	10.281,44	Manga	194.969
55	22	Serra Nova	Decreto S/Nº de 21/10/03	Proc. s/n 21/10/03	12.658,2 9	12.658,29	12.658,29	Rio Pardo de Minas	312.133
56	23	Campos Altos	Decreto nº 43.910 de 05/11/04	Proc. s/n 05/11/04	782,67,0 7	782,67,07	782,67,07	Campos Altos	70.884

II- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS CADASTRADAS

II – 5) Áreas de Proteção Ambiental – APAE

(Fatores de Conservação variáveis – FC= 0,025 (APA's SEM ZONEAMENTO), FC=0,1 (APA's COM ZONEAMENTO SIMPLES) e FC=1,0 (APA's COM ZONEAMENTO DE VIDA SILVESTRE)

ITEM		Unidade de Conservação						Município	
IDG	IDE	Denominação	Legislação De Criação	Dados do Cadastro	Área Total (ha)	Área da UC (ha)	Área de Uso Direto (ha)	Nome	Área do Município (ha)
57	1	Seminário Menor de Mariana (FC=0,025)	Decreto nº 23.564, de 11/05/84	Proc. s/n 11/05/84	350	350	350	Mariana	119.386
58	2	Cachoeira das Andorinhas (FC=0,025)	Decreto nº 20.264, de 16/10/89	Proc. s/n 19/10/89	18.700	18.700	18.700	Ouro Preto	124.653
59	3	São José (FC=0,025)	Decreto nº 21.308, de 19/05/81, e Decreto nº 30.934, de 16/02/90	Proc. s/n 19/05/81 16/02/90	4.758	1.038	1.038	Coronel Xavier Chaves	14.036
						1.592	1.592	Prados	26.398
						110	110	Santa Cruz de Minas	311
						209	209	São João Del Rei	146.578
60	4	Fernão Dias (FC = 0,025)	Decreto nº 38.925, de 17/07/97	Proc. s/n 17/07/97	180.373	1.809	1.809	Tiradentes	8.325
						11.500	11.500	Brasópolis	36.109
						52.796	52.796	Camanducaia	52.796
						24.190	24.190	Extrema	24.190
						18.937	18.937	Gonçalves	18.937
						17.779	17.779	Itapeva	17.779
						13.000	13.000	Paraisópolis	33.066
						28.585	28.585	Sapucaí-Mirim	28.585
13.586	13.586	Toledo	13.586						
61	5	Mata do Krambeck (FC=0,025)	Lei nº 10.943, de 27/11/92	Proc. s/n 27/11/92	293	293	293	Juiz de Fora	143.387
62	6	Águas Vertentes (FC=0,025)	Decreto nº 39.399, de 21/01/98	Proc. s/n 21/01/98	76.310	8.275	8.275	Couto de Magalhães de Minas	48.596
						2.889	2.889	Diamantina	389.362
						1.410	1.410	Felício dos Santos	35.684
						2.309	2.309	Rio Vermelho	98.620
						11.870	11.870	Santo Antônio do Itambé	30.497
						8.627	8.627	Serra Azul de Minas	21.867
40.930	40.930	Serro	121.494						
63	7	APA SUL RMBH (FC=0,025)	Decreto nº 35.624, de 08/06/94	Proc. s/n 08/06/94	165.260	390	390	Barão de Cocais	34.056
						3.433	3.433	Belo Horizonte	33.023
						18.249	18.249	Brumadinho	64.008
						3.922	3.922	Caeté	54.224
						7.454	7.454	Catas Altas	23.821
						1.768	1.768	Ibirité	7.366
						26.064	26.064	Itabirito	54.193
						1.142	1.142	Mário Campos	3.506
						39.894	39.894	Nova Lima	42.845
						3.941	3.941	Raposos	7.159
						22.784	22.784	Rio Acima	23.006
33.865	33.865	Santa Bárbara	68.471						
2.254	2.254	Sarzedo	6.217						
64	8	Lajedão (FC=0,025)	Decreto nº 39.951 De 08/10/98	Proc. s/n 08/10/98	12.000	12.000	12.000	Matias Cardoso	195.201
65	9	Rio Pandeiros (FC=0,025)	Decreto nº 11.901, de 09/02/95	Proc. s/n 01/09/95	210.000	117.000	117.000	Januária	667.041
						93.000	93.000	Bonito de Minas	391.142
66	10	Serra do Sabonetal (FC=0,025)	Decreto nº 39.952, De 08/10/99	Proc. s/n 08/10/98	82.500	56.030	56.030	Itacarambi	122.498
						23.950	23.950	Jaíba	262.594
						2.520	2.520	Pedras de Maria da Cruz	152.543
67	11	Fazenda Capitão Eduardo (FC = 0,025)	Lei nº 13.958 de 26/07/01	Proc. s/n 26/07/01	260	260	260	Belo Horizonte	33.023
68	12	Cochá e Gibão (FC = 0,025)	Decreto nº 43.911 De 05/11/04	Proc. s/n 05/11/04	284.468,29	76.664,91	76.664,91	Januária	667.041
						207.803,38	207.803,38	Bonito de Minas	391.142

II – 6) Áreas de Proteção Especial – APEE – (Fator de Conservação (FC) = 0,1)

69	1	Serra Azul	Decreto nº 20.792, de 08/07/80	Proc. s/n 08/07/80	26.058	7.000	7.000	Igarapé	11.008
						3.184	3.184	Itauna	49.575
						457	457	Juatuba	9.714
						15.417	15.417	Mateus Leme	30.313
70	2	Várzea das Flores	Decreto nº 20.793, de 08/07/80	Proc. s/n 08/09/80	12.300	1.709	1.709	Betim	34.599
						10.591	10.591	Contagem	19.438
71	3	Mutuca	Decreto nº 21.372, de 01/07/81	Proc. s/n 01/07/81	250	250	250	Nova Lima	42.845
72	4	Veríssimo	Decreto nº 22.055, de 05/05/82	Proc. s/n 05/05/82	2.000	2.000	2.000	Ouro Branco	25.879
73	5	Barreiro	Decreto nº 22.091, de 08/06/82	Proc. s/n 08/06/82	1.327	1.327	80	Belo Horizonte	33.023
74	6	Rola-Moça e Balsamo	Decreto nº 22.110, de 14/06/82	Proc. s/n 14/06/82	738	738	300	Ibirité	7.366
75	7	Taboão	Decreto nº 22.109, de 14/06/82	Proc. s/n 14/06/82	Uso direto: 400 Total : 890	795	305	Ibirité	7.366
						95	95	Sarzedo	6.217
76	8	Catarina	Decreto nº 22.096, de 14/06/82	Proc. s/n 14/06/82	180	180	180	Brumadinho	64.008
77	9	Fechos	Decreto nº 22.327, de 03/09/82	Proc. s/n 03/09/82	476	476	476	Nova Lima	42.845
78	10	Rio Manso	Decreto nº 27.928, de 15/03/88	Proc. s/n 15/03/88	65.778	3.455	3.455	Bonfim	30.031
						9.256	9.256	Brumadinho	64.008
						14.776	14.776	Crucilândia	16.685
						15.175	15.175	Itatiaiuçu	29.564
						23.116	23.116	Rio Manso	23.145
79	11	Córrego Feio, Fundo e Areia	Decreto nº 29.586, de 08/06/89	Proc. s/n 08/06/89	14.800	14.800	14.800	Araxá	116.696
80	12	Santa Izael e Espalha	Decreto nº 29.587, de 08/06/89	Proc. s/n 08/06/89	21.600	21.600	21.600	Paracatu	822.911
81	13	Soberbo	Decreto nº 29.588, De 08/06/89	Proc. s/n 08/06/89	10.440	5.655	5.655	Cachoeira do Pajeú	69.417
						4.785	4.785	Pedra Azul	159.279
82	14	Todos os Santos	Decreto nº 29.589, De 08/06/89	Proc. s/n 08/06/89	25.890	11.935	11.935	Poté	62.522
						13.955	13.955	Teófilo Otoni	324.720
83	15	Cercadinho	Decreto nº 22.327, de 03/09/82	Proc. s/n 03/09/82	247	247	247	Belo Horizonte	33.023
84	16	Confusão	Decreto nº 31.095, de 11/10/90	Proc. s/n 11/10/90	2.768	2.768	2.768	São Gotardo	86.781
85	17	Pico do Ibituruna	Decreto nº 22.662, de 14/01/83	Proc. s/n 14/01/83	6.000	6.000	6.000	Governador Valadares	234.890
86	18	Gruta Rei do Mato	Decreto nº 8.670, de 27/09/84	Proc. s/n 27/09/84	160	160	160	Sete Lagoas	53.955
87	19	Lapa Nova de Vazante	Decreto nº 30.936, de 20/02/90	Proc. s/n 20/02/90	75	75	75	Vazante	190.855
88	20	Áreas Adjacentes ao PAQE do Rio Doce	Decreto nº 38.155, de 24/07/96	Proc. s/n 24/07/96	5.950	3.247	3.247	Marliéria	54.368
						2.703	2.703	Timóteo	14.399

II – 7) Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável – REDES – (Fator de Conservação (FC)=0,7)

89	1	Veredas do Acari	Decreto S/Nº de 21/10/03	Proc. s/n 21/10/03	60.975,31	55.414,90	55.414,90	Chapada Gaúcha	325263
						5.405,43	5.405,43	Urucuia	208139

III – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS CADASTRADAS

III – 1) Reservas Biológicas – RBM (Fator de Conservação (FC) = 1,0)

90	1	Pinheiro Grosso	Lei nº 2.250, de 30/11/87	Proc. s/n	467	467	467	Barbacena	75.837
91	2	Vila Betânia	Decreto nº 2.939 de 27/09/76	Proc. s/n	47	47	47	Belo Horizonte	33.023
92	3	Santa Clara	Lei nº 959, de 26/11/76	Proc. s/n	266	266	266	Cambuquira	24.544
93	4	Engenho Velho	Lei nº 1.062, de 14/11/94, Lei nº 1.942, de 16/08/97	Proc. s/n	181	181	181	Campanha	33.524
94	5	Mata do Bispo	Lei nº 3.783 de 16/07/03	Proc. s/n	601,87	601,87	601,87	Itabira	125.449
95	6	Serra dos Toledos	Lei nº 1.211, de 05/06/79, Lei nº 2.088/96,	Proc. s/n 07/01/1998	1.072	1.072	1.072	Itajubá	29.520
96	7	Poços d'Antas	Decreto nº 2.794, de 21/09/82	Proc. s/n 01/09/1997	277	277	277	Juiz de Fora	143.387
97	8	Serra Pedra do Coração	Decreto nº 327, de 06/12/88	Proc. s/n 27/11/1998	5,12	5,12	5,12	Caldas	71.210
98	9	Mata do Céu	Lei nº 1.679, De 07/05/97 Lei nº 1.739, De 12/08/98	Proc. s/n	163,88	163,88	163,88	Pitangui	56.323
99	10	Mata da Rocinha	Lei nº 1.683, De 07/05/97 Lei nº 1.738, De 12/08/98	Proc. s/n 16/03/1999	84,45	84,45	84,45	Pitangui	56.323
100	11	Pouso Alegre	Lei nº 3.412, De 13/03/98	Proc. s/n 29/01/1999	186	186	186	Pouso Alegre	54.346
101	12	Rução	Lei nº 038 de 30/04/02	Proc. s/n 30/04/2003	757,73	757,73	757,73	Santo Antônio do Retiro	79.604
102	13	Canabrava	Lei nº 041 de 30/04/02	Proc. s/n 30/04/2003	181,18	181,18	181,18	Santo Antônio do Retiro	79.604
103	14	Mata	Lei nº 043 de 30/04/02	Proc. s/n 30/04/2003	572,61	572,61	572,61	Santo Antônio do Retiro	79.604
104	15	Palmital	Lei nº 040 de 30/04/02	Proc. s/n 30/04/2003	765,38	765,38	765,38	Santo Antônio do Retiro	79.604
105	16	Capão Santo Antônio	Lei nº 042	Proc. s/n 30/04/2003	494,73	494,73	494,73	Santo Antônio do Retiro	79.604

III – 2) Parques – PAQM (Fator de Conservação (FC) = 0,9)

106	1	Parque Municipal Manoel Pedro Rodrigues	Lei nº 1.574 de 13/10/80	Proc. s/n 10/03/2004	13,31	13,31	13,31	Alfenas	85.133
107	2	Mangabeiras	Decreto nº 1.466, de 14/10/66	Proc. s/n	236	236	236	Belo Horizonte	33.023
108	3	AGGEO Pio Sobrinho	Lei nº 5.755, de 24/07/90	Proc. s/n 23/07/1998	27	27	27	Belo Horizonte	33.023
109	4	Ursulina de Andrade Melo	Decreto nº 3.338, de 23/09/78	Proc. s/n 21/07/1998	24	24	24	Belo Horizonte	33.023
110	5	Matinha	Decreto nº 6.780, de 27/02/91	Proc. s/n 24/07/1998	1	1	1	Belo Horizonte	33.023
111	6	Roberto Burle Marx	Lei nº 6.804 de 29/12/94 e Decreto nº 2.939, de 27/09/76	Proc. s/n 24/07/1998	18	18	18	Belo Horizonte	33.023
112	7	Mata das Borboletas	Decreto nº 7.278, de 14/07/92	Proc. s/n 22/07/1998	3	3	3	Belo Horizonte	33.023
113	8	Fazenda Lagoa do Nado	Decreto nº 3.568, de 14/09/79 e Decreto nº 7.173 de 23/03/92	Proc. s/n 22/07/1998	30	30	30	Belo Horizonte	33.023
114	9	Serra Verde	Decreto nº 7.514, de 30/12/92	Proc. s/n 22/07/1998	40	40	40	Belo Horizonte	33.023
115	10	Parque Florestal Municipal da Sucupira	Lei nº 2.382 de 28/05/99	Proc. s/n 13/02/2003	11,35	11,35	11,35	Boa Esperança	86.109
116	11	Parque Municipal da Mata da Bica	Lei nº 828 de 23/06/04	Proc. s/n	12,81	12,81	12,81	Bom Jesus da Penha	20.802
117	12	Cachoeira Dourada	Lei nº 832 de 28/06/01	Proc. s/n 05/06/2002	97	97	97	Cachoeira Dourada	20.283
118	13	Conselheiro Pena	Lei nº 1.174, De 24/04/98	Proc. s/n 24/03/1999	12,63	12,63	12,63	Conselheiro Pena	148.429
119	14	Caratinga	Lei nº 002434, de 23/12/97	Proc. s/n 31/03/1998	402	402	402	Caratinga	125.869
120	15	Água Santa	Lei nº 4.027, de 19/07/89		1	1	1	Itabira	125.449
121	16	Campestre	Lei nº 2.770, de 27/12/91		22	22	22	Itabira	125.449
122	17	Ribeirão São José	Lei nº 3.465 de 10/12/98	Proc. s/n 06/05/2003	54,12	54,12	54,12	Itabira	125.449
123	18	Goiabal	Lei nº 1.826, de 24/08/77		32	32	32	Ituiutaba	259.668

124	19	Parque Ecológico Francisco Assis Rezende	Lei nº 810 de 12/12/97	Proc. S/N	74	74	74	Lagoa da Prata	44.226
125	20	Parque Ecológico M Sagui da Serra	Decreto nº1545 de 05/06/99		399	399	399	Manhumirim	17.634
126	21	Ladeira do Diamante	Decreto nº 1.114, de 15/07/82		289	289	289	Oliveira	89.696
127	22	Clarimundo Xavier da Silva	Lei nº 2.093, de 02/07/96	Proc. s/n 18/03/1998	75	75	75	Paracatu	822.911
128	23	Brejo Grande	Lei nº 907, de 06/08/80		218	218	218	Paraisópolis	33.066
129	24	Dr. Emílio Piantino	Lei nº 1.741, De 16/10/97 Lei nº 2.111, De 30/09/98	Proc. s/n 23/03/1999	6,26	6,26	6,26	Passos	133.752
130	25	Mirante do Alto da Colina	Lei nº 2.872, de 03/10/91		14	14	14	Patos de Minas	318.753
131	26	Mocambo	Lei nº 2.586, de 30/03/90		6	6	6	Patos de Minas	318.753
132	27	Patrocínio	Lei nº 1.664, de 04.08.82		179	179	179	Patrocínio	287.501
133	28	Parque Municipal Mãe D'Água	Lei nº 1.364 de 24/12/67	Proc. s/n 13/12/2002	12,47	12,47	12,47	Peçanha	99.605
134	29	Florestal Municipal da Mata da Pedreira	Lei nº 764, de 06/08/78 Lei nº 332, de 26/11/83 Lei nº 1.740, De 12/08/98	Proc. s/n 16/03/1999	62	62	62	Pitangui	56.323
135	30	Serra de São Domingos	Lei nº 4.197 de 19/0588		253	253	253	Poços de Caldas	54.087
136	31	Pouso Alegre	Lei nº 3.411, De 13/03/98		204	204	204	Pouso Alegre	54.346
137	32	Pq. Florestal Mun. Chácara do Lessa	Lei nº 856 de 14/06/99	Proc. s/n 26/07/200	113	113	113	Sabará	30.254
138	33	Pq. Munic. Elci Rolla Guerra	Lei nº 219, de 05/10/98	Proc. s/n 31/12/1999	54,75	54,75	54,75	São Domingos do Prata	74.637
139	34	Pq. Mun. Ecol. Verde Vida	Lei nº 283, de 21/09/82, Lei nº 300, de 07/11/97		6	6	6	São Sebastião do Oeste	40.789
140	35	Pq. Ecol. Mun. Da Cachoeira do Vígia	Lei nº 1.393, de 23/04/98	Proc. s/n 28/04/1998	3	3	3	São Tiago	57.233
141	36	Vale do Sol	Decreto nº 2.301, de 25/09/97	Proc. s/n 31/12/1997	8	8	8	Três Pontas	68.962
142	37	Pq. Florestal Municipal de Ubá	Lei nº 1.198, de 11/01/76	Proc. s/n 26/03/1998	42	42	42	Ubá	40.744
143	38	São Francisco de Assis	Lei nº 1.280, de 14/05/82, Lei nº 222, de 01/04/95	Proc. s/n 27/01/1998	110	110	110	Varginha	39.535
144	39	Mata do Carrinho	Lei nº 6.599 De 27/03/98	Proc. s/n 16/10/1998	13	13	13	Uberaba	454.051
145	40	Pq. Mun. Do Sabiá	Dec. 7.452, de 27/11/97	Proc. s/n 03/08/199	187.07.48	187.07.48	187.07.48	Uberlândia	411.731
146	41	Pq. Mun. Luizote de Freitas	Dec. Nº 7452, de 27/11/97	Proc. s/n 03/08/200	5,312	5,312	5,312	Uberlândia	411.731
147	42	Pq. Mun. Victório Siquierolli	Dec. Nº 8.166, de 05/05/2000	Proc. s/n 27/11/200	23,7	23,7	23,7	Uberlândia	411.731

III – 3) Áreas de Proteção Ambiental - APAM

(Fatores de Conservação variáveis – FC= 0,025 (APA's SEM ZONEAMENTO), FC=0,1 (APA's COM ZONEAMENTO SIMPLÉS) e FC=1,0 (APA's COM ZONEAMENTO DE VIDA SILVESTRE))

ITEM		Unidade de Conservação						Município	
IDG	IDE	Denominação	Legislação De Criação	Dados do Cadastro	Área Total (ha)	Área da UC (ha)	Área de Uso Direto (ha)	Nome	Área do Município (ha)
148	1	Município de Açucena FC=1,0-ZVS- 19.474,50 FC=0,1-DZ - 22.261,20	Dec. Nº 070, de 05/11/99	Proc. nº s/n 06/07/200 3	41.735,70	41.735,7 0	22.261,20	Açucena	81.159
149	2	Surubi FC=1,0 - ZVS-13.410 h FC= 0,1 - DZ - 12.143 h	Lei Nº 692 de 29/03/01	Proc. nº s/n 16/08/200 1	25.553	25.553	12.143	Água Boa	132.231
150	3	Cachoeira FC=1,0-ZVS- 3.210 ha FC=0,1- DZ- 2.822 ha	Lei nº 136 de 13/08/01	Proc. nº s/n 16/05/200 2	6.032	6.032	2.822	Aguanil	23.261
151	4	APA I de Alto Jequitibá FC=1,0 -ZVS -1.827 FC=0,1 - DZ - 3.003	Decreto nº 024 de 05/06/02	Proc. s/n	4.830	4.830	3.003	Alto Jequitibá	15.147
152	5	Alto Rio Doce FC=1,0 ZVS- 8.716,87 FC=0,1-DZ- 14.756,40	Lei nº 351 de 02/09/02	Proc. s/n 17/12/200 2	23.473,27	23.473,2 7	14.756,40	Alto Rio Doce	51.709
153	6	Carvão de Pedra FC=1,0-ZVS- 8.060,95 FC=0,1 - DZ - 9.992,92	Lei nº 1.620 de 26/11/02	Proc. s/n 14/01/200 3	18.053,87	18.053,8 7	9.992,92	Alvinópolis	59.979
154	7	Ipê Amarelo FC=1,0- ZVS- 3.698ha FC=0,1 - DZ - 3.189 ha	Lei nº 91 de 20/09/01	Proc. s/n 16/04/200 2	6.887	6.887	3.189	Angelândia	18.416
155	8	Antônio Dias FC=1,0 - ZVS- 3.468,48 FC=0,1 - DZ- 8.424,03	Lei nº1.291 de 14/06/02	Proc. s/n 12/12/200 2	11.892,51	11.892,5 1	8.424,03	Antônio Dias	78.707
156	9	Hematita FC=1,0-ZVS - 5.794,75 FC= 0,1-DZ- 14.551,33	Lei nº 1.325 de 20/08/03	Proc. s/n 23/12/200 3	20.346,08	20.346,0 8	14.551,33	Antônio Dias	88.040
157	10	Araponga FC=1,0-ZVS -7.878 ha FC=0,1 - DZ - 7.113 ha	Lei nº 490 16/01/98 Lei nº 496 27/03/98	Proc. s/n 15/06/199 8	14.991	14.991	7.878	Araponga	29.512
158	11	São Lourenço FC= 1,0 - ZVS - 2.946 FC= 0,1 - DZ - 4.989	Lei nº 278, de 13/12/02	Proc. s/n 03/10/200 3	7.935	7.935	4.989	Aricanduva	24.386
159	12	Serra do Cabral FC=1,0-ZVS- 7.698,43h FC=0,1-DZ- 22.354,21h	Lei Nº 588 de 25/04/00	Proc. s/n 26/03/200 2	30.052,65	30.052,6 5	22.354,21	Augusto de Lima	125.035
160	13	Barra Longa FC=1,0 - ZVS- 475 ha FC= 0,1-DZ-3.846 ha	Lei nº 961 de 27/12/01	Proc. s/n 13/06/200 2	4.321	4.321	3.846	Barra Longa	38.397
161	14	Belo Oriente FC= 1,0 - ZVS - 8.246 FC= 0,1 - DZ - 10.063	Decreto nº 67 de 20/03/02	Proc. s/n 25/09/200 2	18.309	18.309	10.063	Belo Oriente	33.531
162	15	Serra Mineira FC=1,0 -ZVS - 37.991 h FC= 0,1 -DZ -17.557 há	Lei Nº 2.281 de 30/01/01	Proc. s/n 02/10/200 1	55.548	55.548	17.557	Bocaiuva	323.153
163	16	Bom Jesus do Galho FC=1,0 -ZVS- 8.805 ha FC= 0,1- DZ- 20.426 há	Lei nº 968 de 29/04/02	Proc. s/n 13/12/200 2	29.231	29.231	20.426	Bom Jesus do Galho	59.312
164	17	Pitanga (FC= 1,0 - ZVS - 4.181 FC= 0,1 - DZ - 7.028	Lei nº 096 de 04/12/01	Proc. s/n 23/09/200 2	11.209	11.209	7.028	Braúnas	37.623
165	18	Serra de Minas FC=1,0-ZVS- 33.995 ha FC=0,1-DZ -22.814 ha	Decreto nº 1099 de 29/12/99	Proc. s/n 26/06/200 0	55.808,17	55.808,1 7	22.814	Buenópolis	160.185
166	19	Serra do Cabral FC=1,0-ZVS-13.843 ha FC=0,1-DZ-16.705 ha	Lei nº 10.092, de 08/11/99	Proc. s/n 27/12/199 9	30.548	30.548	16.705	Buenópolis	160.185
167	21	Canaã	Lei Nº 477 de	Proc. s/n	10.962	10.962	7.807	Canaã	17.584

		FC=1,0 –ZVS – 3.155 ha FC=0,1 –DZ – 7.808 ha	26/03/01	12/09/2001						
168	22	APAMun. de Caiana FC=1,0-ZVS-1.183,15 FC=0,1 –DZ -3.492,91	Decreto nº 003 de 15/01/04	Proc. s/n	4.676,06	4.676,06	3.492,91	Caiana	10.707	
169	23	Nô da Silva FC=1,0 – ZVS – 875,96 FC= 0,1 – DZ – 947,89	Lei nº 415, de 18/02/03	Proc. s/n 06/08/2003	1.823,85	1.823,85	947,89	Cajuri	8.300	
170	24	Boa Esperança FC=1,0 –ZVS- 1.246ha FC=0,1 –DZ – 3.740 ha	Dec. nº 17, de 21/06/00	Proc. s/n 17/08/2001	4.986	4.986	3.740	Cantagalo	14.188	
171	25	Caparaó FC=1,0-ZVS –1.324 ha FC=0,1 - DZ –3.914 ha	Lei nº 961 de 05/11/99	Proc. s/n 27/07/2000	5.238,2	5.238,2	3.914	Caparaó	13.073	
172	26	Alto da Conceição FC=1,0-ZVS - 1.360 ha FC=0,1– DZ- 2.790 ha	Lei nº 2.559, de 14/10/91, Lei nº 3.092, de 03/09/98	Proc.s/n 20/11/1998	4.150	4.150	2.790	Carangola	35.344	
173	27	Morro da Torre FC=1,0 – ZVS- 77 ha FC=0,1-DZ- 78 ha	Lei nº 2.875, de 09/11/94 e Lei nº 3.093 de 03/09/98	Proc. s/n 20/11/1998	155	155	78	Carangola	35.344	
174	28	Alto do Barroso FC=1,0-ZVS – 275 ha FC=0,1-DZ – 413 ha	Lei nº 2.560 de 14/10/91 e Lei nº 3.091 de 03/09/98	Proc. s/n 20/11/1998	687,50	687,50	413	Carangola	35.344	
175	29	Lagoa Silvana FC=0,025	Lei nº 2.447, de 27/02/98	Proc. s/n 06/03/1998	5.793	5.793	5.793	Caratinga	125.869	
176	30	Pedra Itaúna FC=0,025	Lei nº 2.433, de 23/12/97	Proc. s/n 31/03/1998	534	534	534	Caratinga	125.869	
177	31	Renascença FC=1,0 – ZVS- 5.992 FC= 0,1 –DZ - 4.003	Lei nº 502 de 03/09/01	Proc. s/n	9.995	9.995	4.003	Carmésia	25.932	
178	32	Francês FC=1,0 – ZV – 9.700,92 FC=0,1 – DZ – 8.608,32	Lei nº 1.041 de 29/10/01	Proc. s/n 10/12/2002	18.309,24	18.309,24	8.608,32	Carvalhos	28.232	
179	33	Água Limpa FC=1,0–ZVS–10.456 ha FC=0,1– DZ – 3.485 ha	Decreto nº 20 de 17/09/99	Proc. s/n 22/05/2000	13.941,65	13.941,65	3.485	Coluna	34.828	
180	34	Serra do Intendente FC=1,0-ZVS– 11.093ha FC=0,1-DZ- 2.317 ha	Decreto nº 109, de 12/11/99	Proc. s/n 31/12/1999	13.410	13.410	2.317	Conceição do Mato Dentro	172.556	
181	35	Serra Talhada FC=1,0–ZVS – 8.100,77 FC=0,1 – DZ – 1.938,85	Decreto nº 002 de 02/02/02	Proc. s/n 18/02/2003	20.039,63	20.039,63	11.938,85	Congonhas do Norte	39.952	
182	36	APA Mun. de Coqueiral FC=1,0 – ZVS- 4.564,50 FC= 0,1 –DZ – 2.273,00	Lei nº 1.457 de 13/05/02	Proc. s/n 31/03/2004	6.837,50	6.837,50	2.273,00	Coqueiral	29.641	
183	37	APA Tronqueiras FC= 1,0 – ZVS – 4.124 FC=0,1 – DZ – 10.501	Lei nº 1.072 de 24/12/03	Proc. s/n 02/04/2004	14.625	14.625	10.501	Coroaci	57.666	
184	38	Córrego Novo FC=1,0-ZVS- 3.687 ha FC=0,1-DZ- 8.055 ha	Lei nº 695 de 25/02/03	Proc. s/n 26/06/2003	11.742	11.742	8.055	Córrego Novo	20.645	
185	39	Rio Manso FC=1,0 –ZVS–6.600 ha FC=0,1 – DZ – 2.333 ha	Lei nº 503 de 10/09/01	Proc. s/n 22/04/2002	8.933	8.933	2.333	Couto de Magalhães de Minas	48.596	
186	40	Alto Xopotó FC=1,0 –ZVS - 955,49 FC= 0,1 -DZ – 2.694,89	Decreto nº 100, de 23/10/03	Proc. s/n 23/07/2003	3.650,38	3.650,38	2.694,89	Desterro do Melo	14.305	
187	41	Gualaxo do Sul FC= 1,0 – ZVS – 2.955 FC= 0,1 – DZ – 4.727	Lei nº 465 de 10/05/02	Proc. s/n 04/09/2002	7.682	7.682	4.727	Diogo de Vasconcelos	16.523	
188	42	Dionísio FC=1,0 ZVS- 7.741,15ha FC=0,1 DZ- 15.168,22ha	Lei nº 244 de 01/02/2000	Proc. s/n 06/10/2001	22.909,37	22.909,37	15.168,22	Dionísio	34.533	
189	43	Rio Mombaça FC=1,0 –ZVS – 2.090 ha	Lei Nº 268 de 09/04/01	Proc. s/n 06/10/2001	4.931	4.931	2.841	Dionísio	34.533	

		FC=0,1 – DZ – 2.841 ha							
190	44	Serrana FC=1,0-ZVS – 1.623,04 FC= 0,1 DZ – 6.610,23	Lei nº 064 de 20/08/01	Proc. s/n 06/03/2002	8.233,27	8.233,27	6.610,23	Divinésia	11.735
191	45	Bom Jesus FC=1,0-ZVS- 1.614,26 FC=0,1 – DZ – 2.919,99	Lei nº 1.535 de 20/12/02	Proc. s/n 31/03/2003	4.534,25	4.534,25	4.534,25	Divino	33.763
192	46	Árvore Bonita FC=1,0 -ZVS-4.347,71 FC=0,1 –DZ -4.527,03	Lei nº 1557 de 28/11/03	Proc. s/n	8.874,74	8.874,74	8.874,74	Divino	33.763
193	47	Divino FC= 1,0 – ZVS – 5.982 FC= 0,1 – DZ – 5.188	Decreto nº 008 de 01/09/03	Proc. s/n 21/01/2004	11.170	11.170	5.188	Divino das Laranjeiras	34.113
194	48	Divinolândia FC=1,0-ZVS-2.015 ha FC=0,1-DZ-1.749 ha	Lei nº 59, de 24/08/99	Proc. s/n 31/12/1999	3.764	3.764	1.749	Divinolândia de Minas	13.200
195	49	Macuco FC=1,0-ZVS - 1.599,08 FC=0,1 –DZ – 2.325,36	Lei nº 031 de 22/10/02	Proc. s/n 22/04/2003	3.924,44	3.924,44	3.924,44	Divinolândia de Minas	13.200
196	50	Gameleira FC=1,0- ZVS – 8.625 ha FC= 0,1 DZ – 4.241 ha	Lei Nº 725 de 14/05/01	Proc. s/n 26/10/2001	12.866	12.866	4.241	Dom Joaquim	39.871
197	51	Bom Retiro FC= 1,0 – ZVS – 6.143 FC= 0,1 – DZ – 6.324	Lei nº 521 de 17/12/01	Proc. s/n 08/07/2002	12.467	12.467	6.324	Dores de Guanhões	38.173
198	52	APA de Ervália FC=1,0 – ZVS-5.566 ha FC=0,1 – DZ-16.213 ha	Lei nº 1.088 de 26/04/2000	Proc. s/n 08/03/2001	21.779	21.779	16.213	Ervália	35.687
199	53	Alto Taboão FC=1,0-ZVS-393,80 ha FC=0,1 DZ- 2.056,20 ha	Lei nº 321 de 04/11/97 Lei nº 337 de 02/01/98	Proc. s/n 18/08/1999	2.450	2.450	2.056,20	Espera Feliz	32.560
200	54	Serra da Vargem Alegre FC=1,0-ZVS- 282,50 ha FC=0,1 DZ-1.542,50 ha	Lei nº 322 de 04/11/97 Lei nº 336 de 02/01/98	Proc. s/n 18/08/1999	1.825	1.825	1.542,50	Espera Feliz	32.560
201	55	Gavião FC= 1,0 – ZVS – 3.676 FC= 0,1 – DZ – 7.500	Lei nº 895 de 22/04/03	Proc. s/n 23/12/2003	11.176	11.176	7.500	Eugenópolis	30.972
202	56	Felício FC=1.0 – ZVS – 3.623 FC= 0.1 – DZ – 7.853	Lei nº 502, de 24/03/03	Proc. s/n 03/10/2003	11.476	11.476	7.853	Felício dos Santos	35.684
203	57	Fortaleza de Ferros FC= 1,0 –ZVS – 24.541 FC= 0,1 – DZ – 14.537	Lei nº 291 de 22/04/02	Proc. s/n 11/11/2002	39.078	39.078	14.537	Ferros	109.424
204	58	Fervedouro FC=1,0 – ZVS-5.508 ha FC=0,1, DZ-8.821 ha	Decreto nº 250 de 15/12/98	Proc. s/n 10/04/2000	14.329,84	14.329,84	8.821	Fervedouro	35.752
205	59	Chapada do Pequiheiro FC=1,0-ZVS-2.570 ha FC=0,1- DZ-3.680 ha	Lei nº 659, de 20/01/03	Proc. s/n	6.250,00	6.250,00	3.680	Francisco Badaro	45.888
206	60	Serra do Cabral FC=1,0-ZVS- 32.528,88 FC= 0,1-DZ- 52.451,36	Lei nº 759 de 12/09/01	Proc. s/n 09/01/2004	84.980,24	84.980,24	52.451,36	Francisco Dumont	157.710
207	61	Córrego das Flores FC=1,0 – ZVS– 2.796 ha FC=0,1 DZ – 2.423 há	Lei Nº 075 de 18/06/01	Proc. s/n 22/10/2001	5.219	5.219	2.423	Frei Lagonegro	16.710
208	62	Gonzaga FC=1-ZVS-4.929 ha FC=0,1-DZ- 7.107 ha	Lei nº 047, de 18/11/99	Proc. s/n 31/12/1999	12.036	12.036	7.107	Gonzaga	20.896
209	63	Barão e Capivara FC=1,0 -ZVS- 32.350 ha FC= 0,1- DZ - 3.530 ha	Lei nº 969 de 11/11/02	Proc. s/n 11/06/2003	35.880	35.880	3.530	Gouvea	86.477
210	64	Pedra da Gaforina FC=1- ZVS- 18.820 ha FC= 0,1 DZ – 16.690 ha	Lei Nº 1.931, de 12/06/01	Proc. s/n 06/12/2001	35.510	35.510	16.690	Guanhões	107.682
211	65	Brecha FC=1,0-ZVS 970,60 ha FC=0,1-DZ- 5.421,20ha	Decreto nº 849 de 18/11/99	Proc. s/n 15/05/2000	6.391,80	6.391,80	5.421	Guaraciaba	34.866

212	66	Matinha FC=1,0 ZVS- 5.720,49 FC= 0,1 – DZ – 10.868,58	Lei nº 892, de 27/08/01	Proc. s/n 06/03/200 2	16.589	16.589	10.868,58	Guaraciaba	34.866
213	67	Cachoeiras Guarda Mor FC= 1,0 – ZVS – 9.655 FC= 0,1 DZ – 7.445	Lei nº 781 de 14/09/01	Proc. s/n 16/10/200 2	17.100	17.100	7.445	Guarda Mor	206.308
214	68	Serra das Pedras FC=1,0 – ZVS– 1.250,59 FC=0,1 – DZ – 3.285,35	Lei nº 358 de 1912/03 ALTERAÇÃO	Proc. s/n 31/03/200 4	4.535,94	4.535,94	3.285,35	Guidoval	15.873
215	69	Montanha Santa FC=1,0-ZVS- 957,20 ha FC=0,1-DZ –1.502,80 há	Lei nº 229 01/09/97 Lei nº 240 17/11/97	Proc. s/n 15/06/199 8	2.460	2.460	1.502,80	Guiricema	29.422
216	70	Serra das Pedras FC=1,0 – ZVS – 338 ha FC=0,1 – DZ – 285 ha	Lei nº 230 01/09/97 Lei nº 240 17/11/97	Proc. s/n 22/10/199 9	623	623	285	Guiricema	29.422
217	71	Município de Inhaúma FC=1,0 – ZVS – 1.890 FC=0,1 – DZ – 1.035	Lei nº 1.194 de 24/06/02	Proc. s/n 16/12/200 2	2.925	2.925	1.035	Inhaúma	24.551
218	72	Igarapé FC=1,0 - ZVS- 345,80 FC= 0,1 - DZ - 477,54	Lei nº 1.036 de 16/05/03	Proc. s/n	823,35	823,35	477,54	Igarapé	11.008
219	73	Ipanema FC=0,025	Lei nº 1.535, de 26/08/97	Proc. s/n 29/01/199 8	7.400	7.400	7.400	Ipatinga	16.656
220	74	Itabirinha FC=1,0-ZVS- 3.386 ha FC=0,1 – DZ – 6.285 há	Decreto nº 246 de 08/05/00	Proc. s/n 30/07/200 1	9.671	9.671	6.285	Itabirinha	20.984
221	75	Itacuru FC=1,0– ZVS – 10.154,7 FC=0,1 –DZ – 14.436,94	Lei nº 429 de 28/09/01	Proc. s/n 23/07/200 4	24.591,64	24.591,6 4	14.436,94	Itambé do Mato Dentro	38.065
222	76	Jaguaraçu FC=1,0–ZVS– 5.247 ha FC= 0,1–DZ - 2.572 há	Lei 555, de 01/12/98	Proc. s/n 11/12/199 8	7.819	7.819	2.572	Jaguaraçu	16.317
223	77	Jequeri FC=1,0 –ZVS-5.659 ha FC=0,1–DZ– 16.655 há	Lei nº 2.457 de 15/06/01	Proc. s/n 04/04/200 2	22.314	22.314	16.655	Jequeri	54.845
224	78	Labirinto FC= 1,0 – ZVS – 2.200 FC= 0,1 – DZ – 2.400	Lei nº 1.278 de 12/12/01	Proc. s/n 28/08/200 2	4.600	4.600	2.400	Jequitinhonha	351.096
225	79	Serra de Minas FC=1,0-ZVS-17.203 ha FC=0,1– DZ – 6.981 ha	Lei nº 984 de 03/03/2000	Proc. s/n 26/06/200	24.184	24.184	6.981	Joaquim Felício	78.794
226	80	Pedra Branca FC=1,0–ZVS- 4.234 FC=0,1 –DZ – 2.444	Decreto nº 001 de 13/02/01	Proc. s/n 26/06/200 1	6.678	6.678	2.444	José Raydan	18.081
227	81	Mirante FC= 1,0 – ZVS – 250 FC=0,1– DZ– 447,50	Lei nº 863 de 07/11/03	Proc. s/n	697,50	697,50	447,50	Juruáia	22.069
228	82	Serra do Cabral FC=1,0- ZVS- 39,61 ha FC= 0,1–DZ – 41,48 há	Lei nº 827 de 29/05/02	Proc. s/n 31/03/200 3	81,09	81,09	81,09	Lassance	320,790
229	83	Poeira D'Água FC=1,0 – ZVS – 6.760 FC= 0,1 – DZ – 7.959	Lei nº 3527 de 21/08/03	Proc. s/n	14.719	14.719	7.959	Leopoldina	94.274
230	84	Apa de Manhumirim FC=1,0- ZVS –1.006 ha FC=0,1–DZ– 2.065 ha	Decreto nº1.544 de 05/06/99	Proc. s/n 13/03/200 1	3.071	3.071	2.065	Manhumirim	17.634
231	85	Serra do Turvo (FC=0,025)	Lei nº 901, de 30/03/98	Proc. s/n 31/05/199 8	14.200	14.200	14.200	Mantena	68.645
232	86	Belém FC=1,0 –ZVS – 816,45 FC=0,1 –DZ – 2.430,67	Lei nº 782 de 20/06/02	Proc. s/n 13/12/200 2	3.247,12	3.247,12	2.430,67	Mariéira	54.368
233	87	Jacróá FC=1,0 –ZVS – 1.747 ha FC= 0,1 –DZ – 3.655 ha	Lei Nº 761 de 28/03/01	Proc. s/n 02/10/200 1	5.402	5.402	3.655	Mariéira	54.368
234	88	Martins Soares FC= 1,0 – ZVS – 3.113 FC= 0,1 – DZ – 2.416	Decreto nº 022 de 19/09/03	Proc. s/n 19/12/200 3	5.529	5.529	2.416	Martins Soares	11.369

235	89	Jacutinga FC=1,0 –ZVS- 4.470 ha FC=0,1 – DZ – 3.566 ha	Lei nº 463 de 18/05/01	Proc. s/n 29/07/200 2	8.036	8.036	3.566	Materlândia	28.092
236	90	Nascentes do Rio Capivari FC=1,0-ZVS- 19.677 ha FC=0,1 – DZ 11.945 há	Lei nº 1.329 de 10/03/03	Proc. s/n 13/03/200 1	31.622	31.622	11.945	Minas Novas	181.593
237	91	Mirai FC= 1,0–ZVS– 3.620,84 FC=0,1 – DZ – 3.629,76	Lei nº 1.262 de 25/10/02	Proc. s/n 27/12/200 2	7.250,60	7.250,60	3.629,76	Mirai	32.092
238	92	Água Limpa FC=1,0 – ZVS-262 ha FC=0,1 DZ- 133 ha	Lei nº 1.099, de 28/05/97, Lei nº 1.145, de 30/03/98	Proc. s/n 15/04/199 8	395	395	133	Mirai	32.092
239	93	Jacutinga FC=1,0 – ZVS- 175 ha FC=0,1 DZ – 137 ha	Lei nº 1.101, de 28/05/97, Lei nº 1.147, de 30/03/98	Proc. s/n 15/04/199 8	312	312	137	Mirai	32.092
240	94	Santa Helena FC=1,0 – ZVS – 112 ha FC=0,1 DZ – 51 ha	Lei nº 1.102, de 28/05/97, Lei nº 1.148, de 30/03/98	Proc. s/n 15/04/199 8	163	163	51	Mirai	32.092
241	95	Serra das Pedras FC=1,0 – ZVS- 508 ha FC=0,1 DZ- 802 ha	Lei nº 1.100, de 28/05/97, Lei nº 1.146, de 30/03/98	Proc. s/n 15/04/199 8	1.310	1.310	802	Mirai	32.092
242	96	Quebra Pé FC=1,0 –ZVS– 2.284 ha FC=0,1 – DZ –37.077 ha	Lei Nº 628, de 22/08/01	Proc. s/n 22/01/200 2	39.362	39.362	37.077	Monjolos	65.553
243	97	Rio Picão FC=1-ZVS –5.999,75 ha FC=0,1-DZ-- 1.003,20 ha	Lei nº 402, de 23/08/99	Proc. s/n 17/11/199 9	7.002,95	7.002,95	1.003,20	Morro do Pilar	47.662
244	98	Pico do Itajurú FC=1 –ZVS- 865 ha FC=0,1–DZ– 3.353 há	Lei nº 1.586, de 26/08/91, Lei nº 2.590, de 19/02/02	Proc. s/n	4.818	4.818	3.353	Muriae	84.215
245	99	Pontão FC=1,0 –ZVS – 454 ha FC=0,1–DZ – 7.496 há	Lei nº 2.543 de 21/08/01	Proc. s/n	7.950	7.950	7.496	Muriae	84.215
246	100	Ninho das Garças FC=1,0–ZVS-2.366,20 FC= 0,1-DZ –5.913,17	Lei nº 540 de 09/12/03	Proc. s/n	8.279,37	8.279,37	5.913,17	Muriae	84.215
247	101	Serra Bom Sucesso FC= 1,0 – ZVS – 3.548 FC= 0,1 – DZ – 4.283	Lei nº 88 de 08/02/02	Proc. s/n 10/07/200 2	7.831	7.831	4.283	Nacip Raydan	23.261
248	102	Nova Era FC=1 – ZVS – 6.026 ha FC=0,1– DZ – 5.474 ha	Dec. Nº 1012, de 13/11/98 e Dec. Nº 1016, de 04/12/98	Proc. s/n 22/09/199 9	11.500	11.500	5.474	Nova Era	36.001
249	103	Serra do Pito Acesso FC= 1,0 – ZVS – 2.731 FC= 0,1 – DZ – 589	Lei nº 631 de 28/08/03	Proc. s/n 19/12/200 3	3.320	3.320	589	Oliveira Fortes	11.097
250	104	Oratórios FC=1,0 –ZVS– 2.175,24 FC=0,1 – DZ – 2.548,14	Decreto nº 344 de 11/11/02	Proc. s/n 27/12/200 2	4.723,38	4.723,38	2.548,14	Oratórios	8.922
251	105	Brauna FC= 1,0 ZVS – 5.201,17 FC=0,1-DZ – 8.503,47	Lei nº 916, de 09/08/01	Proc. s/n 06/03/200 2	13.706,64	13.706,64	8.503,47	Paula Cândido	26.839
252	106	Suaçuí FC=1,0– ZVS- 8.328 ha FC= 0,1 – DZ- 2.630 ha	Dec. Nº 004, de 12/08/99	Proc. s/n 11/02/200 0	10.958	10.958	2.630	Paulistas	22.097
253	107	Água Branca FC=1,0-ZVS-15.874 ha FC=0,1-DZ-3.724 ha	Decreto nº 402 de 13/12/99	Proc. s/n 29/03/200 0	19.598	19.598	3.724	Peçanha	99.605
254	108	Pedra Dourada FC=1.0- ZVS – 3.502.15 FC= 0.1 –DZ – 1.783.19	Lei nº 536, de 28/04/03	Proc. s/n 16/06/199 8	5.285.34	1.783.19	1.783.19	Pedra Dourada	7.012
255	109	Jaboti FC= 1,0 – ZVS – 1.198 FC= 0,1 – DZ – 5.743	Lei nº 16 de 03/10/01	Proc. s/n 23/12/200 3	6.941	6.941	5.743	Pescador	31.822
256	110	Vale do Rio Macaúbas FC= 1,0 – ZVS – 1.498 FC= 0,1 – DZ – 6.177	Lei nº 564 de 15/04/02	Proc. s/n 22/11/200 2	7.675	7.675	6.177	Piedade dos Gerais	26.108
257	111	Pingo D'Água	Decreto Nº 028	Proc. s/n	3.994,50	3.994,50	3.060,75	Pingo D'Água	6.685

		FC=1- ZVS - 933,75 há FC=0,1-DZ- 3.060,75 há	de 07/08/01	19/03/2002					
258	112	Piranga FC=1,0-ZVS- 4.922,48 FC=0,1-DZ - 31.361,18	Lei nº 1.126 de 30/08/02	Proc. s/n 31/03/2003	36.283,56	36.283,56	31.361,18	Piranga	65.915
259	113	Sussuarana FC=1,0-ZVS - 8.317,50 FC= 0,1 -DZ - 6.672,50	Lei nº 130 de 25/06/02	Proc. s/n 06/08/2003	14.990	14.990	6.672,50	Ponto dos Volantes	121.547
260	114	Presidente Bernardes FC= 1,0 - ZVS - 6.828 FC= 0,1 - DZ -5.752	Decreto nº 468 de 01/09/03	Proc. s/n 19/12/2003	12.580	12.580	5.752	Presidente Bernardes	23.670
261	115	Mingu (FC=0,025)	Lei nº 918, de 14/12/92	Proc. s/n	2.094	2.094	2.094	Rio Acima	23.006
262	116	Rio Manso FC=1 - ZVS - 4.465 ha FC=0,1- DZ - 2.866 ha	Lei Nº 523, de 15/12/98	Proc. s/n 31/08/2000	7.331	7.331	2.866	Rio Manso	23.145
263	117	Município de Rio Pomba FC=1,0-ZVS - 2.150,81 FC= 0,1- DZ- 6.644,14	Decreto nº 1.024 de 03/11/03	Proc. s/n	8.794,95	8.794,95	6.644,14	Rio Pomba	25.189
264	118	Serra do Gavião FC= 1,0- ZVS - 19.807 FC= 0,1 - DZ - 9.497	Lei nº 879 de 01/08/02	Proc. s/n 06/08/2002	29.304	29.304	9.497	Rio Vermelho	98.620
265	119	Serra das Aranhas FC=1,0 -ZVS- 1.380 há FC=0,1 - DZ - 2.253 há	Lei nº 125 de 20/12/01	Proc. s/n 13/06/2002	3.633	3.633	2.253	Rosário da Limeira	11.181
266	120	Babilônia FC=1,0 - ZVS - 472 há FC= 0,1 - DZ - 416 há	Lei nº 126 de 20/12/01	Proc. s/n 19/06/2002	888	888	416	Rosário da Limeira	11.181
267	121	Cachoeira Alegre FC=1-ZVS- 16.704 ha FC=0,1-DZ- 6.816 ha	Lei nº 1.573 de 16/04/01	Proc. s/n 07/06/2001	23.520	23.520	6.816	Sabinópolis	91.949
268	122	Santa Efigênia de Minas FC=1 -ZVS- 2.138,48 h FC= 0,1-DZ- 6.833,52 h	Decreto Nº 13 de 10/09/01	Proc. s/n 19/03/2002	8.972	8.972	6.833,52	Santa Efigênia de Minas	13.193
269	123	Córrego da Mata FC=1,0 - ZVS - 6.997 FC=0,1 - DZ -12.869	Lei nº 1.172 de 11/09/02	Proc. s/n 13/12/2002	19.866	19.866	12.869	Santa Maria de Itabira	59.981
270	124	Vapabusul FC=1,0-ZVS-11.753 ha FC=0,1 - DZ - 7.204 ha	Decreto nº 003 de 13/02/01	Proc. s/n 26/06/2001	18.957	18.957	7.204	Santa Maria do Suaçuí	62.324
271	125	Santa Rita do Ituêto FC= 1,0 - ZVS- 15.124 FC= 0,1 - DZ - 13.862	Lei nº 949 de 17/06/02	Proc. s/n 30/09/2002	28.986	28.986	13.862	Santa Rita do Ituêto	48.691
272	126	Boqueirão da Mira FC= 1,0 - ZVS - 6.707 FC= 0,1 - DZ - 1.808	Lei nº 929 de 27/06/01	Proc. s/n 09/12/2000	8.515	8.515	1.808	Santa Rita do Jacutinga	41.962
273	127	Santana do Paraíso FC=1,0-ZVS-16.392 ha FC=0,1-DZ- 2.160 ha	Decreto nº 066 de 10/05/99	Proc. s/n 29/03/2000	18.522	18.522	2.160	Santana do Paraíso	27.480
274	128	Serra Talhada FC=1- ZVS-8.936,21 ha FC=0,1-DZ- 21.525,93	Lei Nº 1012 de 23/11/01	Proc. s/n 21/03/2002	30.462,15	30.462,15	21.525,93	Santana de Pirapama	125.781
275	129	Valo Fundo FC=1,0 -ZVS- 1.529 ha FC= 0,1 -DZ -16.274 há	Lei nº 566 de 08/04/98	Proc. s/n 20/10/1998	17.803	17.803	16.274	Santo Hipólito	43.288
276	130	Serra da Providência FC=1,0 -ZVS- 1.019,16 FC= 0,1-DZ -5.331,33	Lei nº 776, de 16/07/01	Proc. s/n 06/03/2002	6.350,49	6.350,49	5.331,33	São Francisco do Glória	16.491
277	131	Serra dos Núcleos FC=1,0 -ZVS- 435,81 FC=0,1-DZ - 2.749,28	Lei nº 2.136, de 05/07/01	Proc. s/n 06/03/2002	3.185,10	3.185,10	2.749,28	São João Nepomuceno	40.723
278	132	Nascentes do Ribeirão Sacramento FC=1,0 - ZVS- 2.088,83 FC=0,1-DZ - 4.597,24	Lei nº 792 de 15/10/02	Proc. s/n 04/06/2003	6.686,07	6.686,07	4.597,24	São José do Goiabal	18.507
279	133	Seritinga	Lei nº 171	Proc. s/n	838	838	639,95	São João do	14.314

		FC=1-ZVS - 207,05 ha FC=0,1 - DZ- 639,95 ha	18/02/98	28/06/1999				Manhuaçu	
280	134	Capivara FC=1,0-ZVS- 1.555,83 FC=0,1-DZ - 5.596,83	Lei nº 005, de 28/06/01	Proc. s/n 06/03/2002	15.206	15.206	5.596,83	São Miguel do Anta	15.206
281	135	Veredas de São Romão FC=1,0-ZVS- 67.815,25 FC= 0,1 -DZ- 88.130,93	Lei nº 1.394, de 15/08/02	Proc. s/n 01/10/2003	155.946,18	155.946,18	88.130,93	São Romão	244.094
282	136	Boa Vista FC=1,0-ZVS- 6.736 ha FC=0,1- DZ - 2.012 ha	Decreto nº 002 de 17/01/2000	Proc. s/n 05/06/2000	8.748	8.748	2.012	São Sebastião do Maranhão	51.668
283	137	Esperança FC=1,0 - ZVS - 7.375 FC=0,1 - DZ - 4.371	Lei nº 919 de 26/09/02	Proc. s/n 20/12/2002	11.746	11.746	4.371	São Sebastião do Maranhão	51.668
284	138	Bom Jardim FC=1,0-ZVZ-12.691 ha FC=0,1-DZ-3.579 há	Decreto nº 345 de 31/12/99	Proc. s/n 12/08/1999	16.270	16.270	3.579	São João Evangelista	47.829
285	139	Vista Alegre FC=1,0- ZVS- 7.067 ha FC=01- DZ- 4.665 ha	Decreto nº 010 de 22/12/00	Proc. s/n 04/06/2001	11.732	11.732	4.665	São José do Jacuri	34.497
286	140	Salto do Suaçuí FC= 1,0 - ZVS - 2.050 FC= 0,1 - DZ - 7.058	Lei nº 729 de 04/04/01	Proc. s/n 08/07/2002	9.108	9.108	7.058	São Pedro do Suaçuí	40.125
287	141	Rio Preto FC=1-ZVS - 753,59 FC=0,1-DZ -2.296,08	Lei nº 41- 18/12/97 Lei nº 48- 17/08/98	Proc. s/n 16/03/1999	3.049,67	3.049,67	2.296,08	São Sebastião da Vargem Alegre	7.371
288	142	APA de São Tomé FC=1,0 -ZVS - 2.385,31 FC=0,1 - DZ - 729,77	Decreto nº 003 de 29/01/03	Proc. s/n 23/07/2003	3.115,08	3.115,08	729,77	São Tomé das Letras	37.096
289	143	APA Mun. de Sardoá FC=1,0 - ZVS- 3.018 ha FC=0,1 -DZ - 3.392 há	Lei nº 51 de 27/10/03	Proc. s/n	6.410	6.410	3.392	Sardoá	14.190
290	144	Senador Firmino FC= 1,0 - ZVS - 4.209 FC= 0,1 - DZ - 2.974	Lei nº 920 de 11/06/02	Proc. s/n 12/09/2002	7.183	7.183	2.974	Senador Firmino	16.669
291	145	Município Senhora de Oliveira FC=1,0- ZVS - 3.775,23 FC=0,1 - DZ - 5.191,12	Lei nº 124 de 25/03/02	Proc. s/n 30/06/2003	8.966,35	8.966,35	5.191,12	Senhora de Oliveira	17.063
292	146	Zabelê FC= 1,0 - ZVS - 7.930 FC= 0,1 - DZ - 6.772	Lei nº 461 de 30/05/01	Proc. s/n 08/07/2002	14.702	14.702	6.772	Senhora do Porto	38.220
293	147	Serra do Talhado FC=1,0 - ZVS - 11.466 FC=0,1- DZ 4.790	Lei nº 165 de 08/07/03	Proc. s/n	16.256	16.256	4.790	Serranópolis de Minas	55.284
294	148	Silverânia FC=1,0- ZVS- 1.769,46 FC= 0,1 - DZ - 5.247,10	Lei nº 490 de 04/09/03	Proc. s/n 19/12/2003	7.016,56	7.016,56	5.247,10	Silverânia	15.784
295	149	Corredeiras FC=1,0 -ZVS- 3.944 há (FC= 0,1 DZ - 6.834 há)	Lei nº 123 de 28/12/01	Proc. s/n 23/04/2002	10.778	10.778	6.834	Taparuba	19.343
296	150	Teixeiras FC=1,0-ZVS- 2.031,84 FC=0,1 -D Z- 8.375,71	Lei nº 1.107 de 29/06/01	Proc. s/n 31/03/2003	10.407,55	10.407,55	8.375,71	Teixeiras	16.609
297	151	Água Santa de Minas FC=1,0-ZVS-1.399,15 FC= 0,1-DZ -4.721,81	Decreto nº 067 de 12/12/03	Proc. s/n	6.120,96	6.120,96	4.721,81	Tombos	28.290
298	152	Rio Araçuai FC=1,0-ZVS- 11.817,29 FC=0,1-DZ - 12.886,71	Decreto nº 808, de 12/03/03	Proc. s/n 09/09/2003	24.704	24.704	12.886,71	Turmalina	115.263
299	153	Urucum FC=1,0-ZVS- 482,50 ha FC=0,1-DZ-1.604,50 ha	Lei nº 22 de 25/09/00	Proc. s/n 28/06/2001	2.087	2.087	1.604,50	Urucânia	13.883
300	154	Serra da Piedade FC= 1,0 - ZVS - 479 FC= 0,1 - DZ - 573	Lei nº 083, de 30/06/94	Proc. s/n 27/09/1999	1.052	1.052	573	Visconde do Rio Branco	24.411
301	155	Virginópolis FC=1-ZVS- 6.973,50 ha	Lei nº 13.040, de 16/11/99	Proc. s/n 31/12/1999	17.300,70	17.300,70	10.327,20	Virginópolis	44.002

		FC=0,1-DZ- 10.327,20ha							
302	156	Nascentes Rio Tronqueiras FC=1,0 – ZVS- 3.033,37 FC=0,1 –DZ – 9.660,41	Lei nº 1.382 de 30/10/02	Proc. s/n 22/03/200 3	12.693,78	12.693,7 8	12.693,78	Virginópolis	44.002

III – 4) Áreas de Proteção Especial – APEM – (Fator de Conservação (FC) = 0,1)

303	1	Bacia do Ribeirão da Laje	Lei nº 2.432, de 23/12/97	Proc. s/n 31/03/1998	6.193	6.193	6.193	Caratinga	125.869
304	2	UHE Florestal	Lei nº 293 13/06/84	Proc. s/n 20/07/1998	58	58	58	Florestal	19.585

III – 5) Estações Ecológica Municipal – EEM (Fator de Conservação (FC) = 1,0)

305	1	Ipanema	Lei nº 1.194 de 07/12/01	Proc. s/n 22/04/2003	125	125	125	Ipanema	45.761
-----	---	---------	-----------------------------	-------------------------	-----	-----	-----	---------	--------

III – 6) Floresta Municipal – FLOM (Fator de Conservação (FC) = 0,7)

306	1	Floresta Municipal Pequizeiro de São Joaquim	Lei nº 051 de 14/11/02	Proc. s/n 09/07/2003	66,27	66,27	66,27	Santo Antônio do Retiro	79.604
-----	---	--	---------------------------	-------------------------	-------	-------	-------	----------------------------	--------

IV – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO PARTICULARES CADASTRADAS

IV – 1) Reserva Particular do Patrimônio Natural FEDERAL – RPPNF (Fator de Conservação (FC) = 0,9)

307	1	Caraça	Portaria IBAMA nº 32/94-N, De 30/03/94	Proc. nº1671 03/06/94	10,188	5.845 4.343	5.845 4.343	Catas Altas Santa Bárbara	23.821 68.471
308	2	Fazenda do Sino	Portaria IBAMA nº 94/97-N, De 15/08/97	Proc. nº5012 29/09/97	16	16	16	Betim	34.599
309	3	Nave da Esperança	Portaria IBAMA nº 66/00, de 17/10/00	Proc. nº0544 25/02/02	27,36	27,36	27,36	Aiuuoca	64.949
310	4	Parque Arqueológico Serra de Sto. Antônio	Portaria IBAMA nº 161/01, de 24/10/01	Proc. nº4290 17/12/01	9,00	9,00	9,00	Andrelândia	100.516
311	5	Mitra do Bispo	Portaria IBAMA nº 97N/99 de 24/11/99 Averbação 23/02/2000	Proc. nº7173 23/02/00	35	35	35-	Bocaina de Minas	50.279
312	6	Sítio Grimpas	Portaria IBAMA nº 108/95-N, de 27/12/95	Proc. nº9389 22/07/96	2	2	2	Brumadinho	64.008
313	7	Sítio Raio Solar	Portaria IBAMA nº 71/99 –N de 13/09/99 Averbação 03/11/99	Proc. nº2783 03/11/99	38,83	38,83	38,83	Camanducaia	52.796
					18,55	18,55	18,55	Extrema	24.190
314	8	Feliciano Miguel Abdalla	Portaria IBAMA nº 116/01, de 03/09/01	Proc. nº5305 20/12/01	957,57	957,57	957,57	Caratinga	125.869
315	9	Pê da Laje	Portaria IBAMA nº 73/2001 de 23/05/01	Proc. nº4625 31/08/01	1,16	1,16	1,16	Cláudio	63.111
316	10	Faz. João Pereira/ Poço Fundo	Portaria IBAMA nº 36/95-N, De 02/06/95	Proc. nº1510 12/07/95	337	337	337	Congonhas	30.509
317	11	Sítio São Francisco	Portaria IBAMA Nº 153/98-N de 22/03/99	Proc. nº3500 22/03/99	7,5	7,5	7,5	Congonhas	30.509
318	12	Poço Fundo	Portaria IBAMA Nº 103/01 de 03/09/01	Proc. nº3638 27/02/02	90	90	90	Congonhas	30.509
319	13	Fazenda Chacrinha	Portaria IBAMA nº 69/97-N, De 03/07/97	Proc. nº3357 25/08/97	34	34	34	Coração de Jesus	222.751
320	14	Mato Virgem do Logradouro	Portaria IBAMA nº 13/98-N, De 30/01/98	Proc. nº9495 02/03/98	25	25	25	Corinto	252.292
321	15	Sítio Sannyasim	Portaria IBAMA nº 43/97-N, De 13/05/97	Proc. nº5867 26/03/98	5	5	5	Descoberto	21.362
322	16	Faz. Alto da Boa Vista	Portaria IBAMA nº 57/95-N, de 17/08/95	Proc. nº9254 29/07/96	96	96	96	Descoberto	21.362
323	17	Fazenda Alto da Boa Vista	Portaria IBAMA nº 72/99 – N de 13/09/99 e 10/00–N Averb.: 17/04/00	Proc. nº8571 17/04/00	22	22	22	Descoberto	21.362
324	18	Sítio São Domingos/Aguaarta	Portaria IBAMA nº 54/94-N, De 23/05/94	Proc. nº3134 28/07/94	2	2	2	Espera Feliz	32.560
325	19	Panelão dos Muriquis	Portaria IBAMA nº 134/2001 de 05/10/2001	Proc. nº1552 16/11/01	40,17	40,17	40,17	Fervedouro	35.752
326	20	Fazenda Serrote	Portaria IBAMA nº 57/98-N, de 14/05/98	Proc. nº8917 05/09/00	493	493	493	Ibiá	270.154
327	21	Faz. Samoinho	Portaria IBAMA nº 59/95-N, De 22/08/54	Proc. nº1746 01/11/95	13	13	13	Igaratinga	21.627
328	22	Sítio Pirlampo	Portaria IBAMA nº 40-N/00, de 17/07/2000	Proc. nº1984 16/08/00	2,00	2,00	2,00	Ijaci	10.593
329	23	Faz. Macedônia	Portaria IBAMA nº 111/94-N, de 14/10/94	Proc. nº5056 22/11/94	560	560	560	Ipaba	11.377
330	24	Usina Maurício	Portaria IBAMA nº 63/99-N de 19/07/99	Proc.s/n 14/09/99	78,15	78,15	78,15	Itamarati de Minas	9.449
331	25	Belgo Mineira	Portaria IBAMA nº 17/93-N, De 19/02/93	Proc. nº0675 19/04/93	519	519	519	João Monlevade	9.965
332	26	Faz. Catigueiro I	Portaria IBAMA nº 102/93-N,	Proc. nº9460	50	50	50	Lagoa da Prata	44.226

			de 29/09/93	10/12/96					
333	27	Faz. Catigueiro II	Portaria IBAMA nº 103/93-N, de 29/09/93	Proc. nº9460 10/12/96	39	39	39	Lagoa da Prata	44.226
334	28	Usina Maurício	Portaria IBAMA nº 63/99-N, de 19/07/99	Proc. nº3638 23/05/02	225,6	225,6	225,6	Leopoldina	94.274
335	29	Fazenda da Serra	Portaria IBAMA nº 67/00, de 17/10/00	Proc. nº4372 18/07/01	22,48	22,48	22,48	Lima Duarte	84.804
336	30	Fazenda Ressaca	Portaria IBAMA nº 25/98-N, de 02/03/98	Proc. nº6432 07/04/98	4.055	4.055	4.055	Manga	194.969
337	31	Ly e Cléo	Portaria IBAMA nº 104/99 N, de 24/11/99	Proc. nº0095 17/04/00	1,78	1,78	1,78	Monte Sião	29.036
338	32	Reserva da Cachoeira	Portaria IBAMA nº 039/97-N, De 30/04/97	Proc. nº0972 02/10/98	72	72	72	Santana do Riacho	67.730
339	33	Itajuru ou Sobrado	Portaria IBAMA nº 109/2002 de 08/04/02	Proc. nº3799 17/11/98	43	43	43	Santa Bárbara	68.471
340	34	Reserva Sarandi	Portaria IBAMA nº 90/00de 14/11/2000	Proc. nº7640 23/07/01	3,50	3,50	3,50	Santa Bárbara do Monte Verde	41.872
341	35	Brejo Novo	Portaria IBAMA nº 137/02-N de 14/10/02	Proc. nº6458 22/11/02	18,35	18,35	18,35	Santos Dumont	63.822
342	36	Vila Ana Angélica	Portaria 140/98-N De 02/10/98	Proc. nº3583 03/11/98	45,93	45,93	45,93	Antonio Dias	78.707
343	37	Feixos	Portaria IBAMA nº 79/2002 de 05/07/02 Averb.: 30/07/02	Proc. nº5217 30/07/02	2,10	2,10	2,10	Nova Lima	42.845
344	38	Reserva do Jacob	Portaria IBAMA nº 123/97-N, de 24/10/97	Proc. nº5676 24/04/98	358	358	358	Nova Ponte	110.577
345	39	Sítio Estrela da Serra	Portaria IBAMA nº 114/97-N, de 01/10/97	Proc. nº0100 26/03/98	30	30	30	Olaria	17.842
346	40	Cabeceira das Flores	Portaria IBAMA nº 171, de 20/11/01		28,32	28,32	28,32	Paineiras	63.870
347	41	Faz. Caetano	Portaria IBAMA nº 147/92-N, de 30/12/92	Proc. nº8371 05/03/93	1.421	1.421	1.421	Paracatu	822.911
348	42	Faz. Caetano. Localidade de S.Agostinho	Portaria IBAMA nº 147/92-N, de 30/12/92	Proc. nº8371 05/03/93	1.184	1.184	1.184	Paracatu	822.911
349	43	Galheiros	Portaria IBAMA nº 73/95-N, De 06/09/95	Proc. nº4127 06/11/95	2.695	2.695	2.695	Perdizes	244.605
350	44	Segredo das Águas	Portaria nº 59/2000 De 27/09/2000 Averb.: 24/10/2000		15,00	15,00	15,00	Poté	62.522
351	45	Faz. Vereda Grande	Portaria IBAMA nº 643, De 03/05/90	Proc. nº8183 20/08/92	2.995	2.995	2.995	Presidente Olegário	351.861
352	46	Mata da Califórnia	Portaria IBAMA nº 172/97-N, de 29/12/97	Proc. nº1419 25/03/98	155	155	155	Salto da Divisa	93.983
353	47	Comodato Reserva Peti	Portaria IBAMA nº 99/01, de 13/09/01	Proc. nº3799 17/11/98	96,41	96,41	96,41	São Gonçalo do Rio Abaixo	36.475
354	48	Sítio Cerro das Acácias	Portaria IBAMA nº 69/99-N de 13/09/99 Averb.:07/12/99	Proc. nº5534 07/12/99	1	1	1	São João Nepomuceno	40.723
355	49	Faz. Pedra Bonita	Portaria IBAMA nº 044/92-N, de 27/04/92	Proc. nº6490 11/09/92	33	33	33	São João Nepomuceno	40.723
356	50	Fazenda do Lobo	Portaria IBAMA nº 121/97-N, de 21/10/97 19/03/98	Proc. nº2071 19/03/98	74	74	74	São Roque de Minas	209.899
357	51	Cachoeira do Cerradão	Portaria IBAMA nº 92/2001 de 06/08/01	Proc. nº2326 09/10/01	37,70	37,70	37,70	São Roque de Minas	209.899
358	52	Fazenda Cachoeira	Portaria IBAMA nº 126/97-N, de 27/10/97	Proc. nº6050 30/03/98	122	122	122	Serra do Salitre	129.397
359	53	Estação Biológica da Mata do Sossego	Portaria IBAMA nº 020/98-N, de 16/02/98	Proc. nº7508 15/04/98	134	134	134	Simonésia	48.733

360	54	Semente do Arco Iris	Portaria IBAMA nº 63/2002 de 18/04/02 Averb.: 06/06/02	Proc. nº4697 06/06/02	2	2	2	Toledo	13.586
361	55	Fazenda Gana	Portaria IBAMA nº 26/97-N, de 11/04/97	Proc. nº0914 08/09/97	93	93	93	Tupaciguara	181.819
362	56	Reserva Ecológica do Panga	Portaria IBAMA nº 72/97-N, de 04/07/97	Proc. nº0296 23/10/97	410	410	410	Uberlândia	411.731
363	57	Reserva Ecológica Fundação Roona Lourez	Portaria IBAMA nº 16/2000 de 17/03/2000	Proc. nº6079 22/01/01	300	300	300	Unai	843.843
364	58	Fazenda Cruzeiro	Port. Nº 04/99-N De 01/02/99	Proc. nº2890 07/05/99	180,33	180,33	180,33	Diamantina	389.362
365	59	Fazenda Bom Jardim	Port. Nº 125/97-N De 27/10/97	Proc. nº3827 24/02/99	172,80	172,80	172,80	Matozinhos	25.311
366	60	Faz. Morro da Cruz das Almas	Portaria nº 10/98-N De 22/01/98	Proc. nº2911 17/11/98	73,44	73,44	73,44	Paracatu	822.911
367	61	Fazenda Barra do Pirapetinga	Portaria nº 73/99-N de 13/09/99 Averb: 22/10/99	Proc. nº0125 22/10/99	21,94	21,94	21,94	Piranga	65.915
368	62	Fazenda do Iracambi	Portaria nº 74/99-N de 13/09/99 Averb: 04/11/99	Proc. nº1372 04/11/99	70,00	70,00	70,00	Rosário da Limeira	11.181

IV – 2) Reserva Particular do Patrimônio Natural ESTADUAL – RPPNE (Fator de Conservação (FC) = 0,9)

369	1	Fazenda Bulcão	Portaria 081 IEF 07/10/98	Proc. n 8575 28/10/1998	609	609	609	Aimorés	135.306
370	2	Fazenda Jequitibá	Portaria nº 127 IEF de 28/10/03 Averb.: 10/12/03	Proc. n 1817 01/03/2004	19,32	19,32	19,32	Alfenas	85.133
371	3	Instituto Olho D'Água	Portaria Nº 148 IEF de 26/12/01 Averb. 30/01/02	Proc. n 5040 06/02/2002	2,10	2,10	2,10	Alterosa	36.237
372	4	Josepha Mendes Ferrão	Portaria Nº 149 IEF de 26/12/01 Averb. 30/01/02	Proc. n 4468 06/02/2002	0,5	0,5	0,5	Alterosa	36.237
373	5	São Francisco de Assis	Portaria Nº 145 IEF de 26/12/01 Averb. 30/01/02	Proc. n 3717 06/02/2002	4,2	4,2	4,2	Alterosa	36.237
374	6	Resgate I	Port. Nº 21/99 IEF de 16/04/99	Proc. n 8632 14/04/1999	10	10	10	Alto Jequitibá	15.147
375	7	Recanto dos Sonhos	Portaria Nº 18 IEF de 04/02/05 Averb. 22/03/05	Proc. n 2538 05/07/2001	17,07	17,07	17,07	Andrelândia	100.516
376	8	Ponte Funda	Portaria nº 60 IEF de 15/04/05 Portaria nº 132 IEF de 11/07/05 Averb. 28/07/05	Proc. n 14705 10/10/03	12,68	12,68	12,68	Antônio Carlos	52.994
377	9	Guilman Amorim	Portaria nº 06/98-IEF de 22/01/98	Proc. n 1009 18/05/1998	254	254	254	Antônio Dias	78.707
378	10	Lafarge	Portaria nº 143 - IEF de 26/12/01 Averb. 17/05/02	Proc. n 4330 17/06/2002	83	83	83	Arcos	50.979
379	11	Fazenda Sucupira	Portaria nº 02, De 16/01/99	Proc. n 9169 25/02/1999	252	252	252	Arinos	527.347
380	12	Minas Tênis Clube	Portaria nº 17 IEF De 12/04/2000 Averb.30/10/00 Alterada pela Port. Nº 167 de 30/12/03	Proc. n 4127 18/06/1999	14,88	14,88	14,88	Belo Horizonte	33.023
381	13	Fazenda Serra do Cabral e Lazão	Portaria nº 062 IEF de 27/09/99 Averb.15/02/00	Proc. n 4401 22/02/2000	720,9	720,9	720,9	Buenópolis	160.185
382	14	Pedra Branca	Portaria Nº 104 IEF de 06/09/01 Averb. 27/09/01	Proc. n 0705 06/11/2001	15	15	15	Caldas	71.210
383	15	Morro Grande 1,2,3,4	Portaria nº 130 IEF de 28/10/03 Averb. 12/02/04	Proc. n 2125 19/04/2004	363,58	363,58	363,58	Caldas	71.210
384	16	Fazenda Alto da Conceição	Portaria nº 73 IEF de 06/10/2000 Averb.24/11/2000	Proc. n 6335 15/10/1999	6,31	6,31	6,31	Carangola	35.344
385	17	Cambuí Velho	Portaria nº 120 - IEF de 28/10/03	Proc. n 0001 19/12/2003	9,68	9,68	9,68	Cambuí	24.401

			Averb.: 03/12/03						
386	18	Horto Carbonita B	Portaria nº 049 IEF de 05/04/04 Averb.14/05/04	Proc. n 16446 09/06/2004	3.552,82	3.552,82	3.552,82	Carbonita	145.759
387	19	Horto Carbonita C	Portaria nº 047 IEF de 05/04/04 Averb.14/05/04	Proc. n 0522 09/06/2004	2.564,16	2.564,16	2.564,16	Carbonita	145.759
388	20	Horto Carbonita I	Portaria nº 048 IEF de 05/04/04 Averb.14/05/04	Proc. n 0521 09/06/2004	220,41	220,41	220,41	Carbonita	145.759
389	21	Fazenda Floresta	Portaria nº 082, De 15/10/98	Proc. n 0234 10/12/1998	31	31	31	Central de Minas	20.480
390	22	Jurema	Portaria nº 073 IEF de 11/11/99 Averb. 10/12/99	Proc. n 4589 31/12/1999	436	436	436	Conselheiro Lafaiete	36.931
391	23	Fazenda Malhada Alta	Portaria nº 72 IEF de 06/10/2000 Averb.:27/11/00	Proc. n 3779 06/12/2000	158,12	158,12	158,12	Corinto	252.292
392	24	Contendas	Portaria nº 074 IEF de 06/10/00	Proc. n 2546 24/11/2000	230,30	230,30	230,30	Coromandel	331.007
393	25	IAOPA Agropecuária	Portaria nº 128 IEF de 28/10/03 Averb. 14/04/04	Proc. n 6838 03/05/2004	795,90	795,90	795,90	Coromandel	331.007
394	26	Fazenda Reserva Lagoa da Capa	Portaria nº 082 IEF de 19/06/04 Averb. 08/07/04	Proc. n 8712 03/08/2004	601,63	601,63	601,63	Coromandel	331.007
395	27	Córrego das Traíras	Portaria Nº 83 IEF de 23/07/01 Averb. 25/09/01	Proc. n 5677 30/09/2001	159	159	159	Crisólita	96.638
396	28	Fazenda Boa Esperança	Portaria nº 59 IEF de 03/05/02 Averb. 27/06/02	Proc. N1412 17/07/2002	126,80	126,80	126,80	Descoberto	21.362
397	29	Campos de São Domingos	Portaria nº 07 IEF de 22/01/98	Proc. n 1199 19/01/1998	4.502	4.502	4.502	Diamantina	389.362
398	30	Nossa Senhora Aparecida	Portaria nº 09 IEF de 15/01/04, alterada pela portaria nº 060 de 22/04/04 Averb.: 07/05/04	Proc. n 0784 12/05/2004	150	150	150	Engenheiro Navarro	60.645
399	31	Fazenda Boa Vista	Portaria nº 150 IEF de 26/12/01 Averb. 11/01/02	Proc. n 6976 24/01/2002	13,08	13,08	13,08	Fervedouro	35.752
400	32	Paneleiros	Portaria nº 160 IEF de 30/12/02 Averb.: 23/01/03	Proc. n 6033 18/03/2003	8,15	8,15	8,15	Formiga	150.102
401	33	Juliano Banco	Portaria nº 088 IEF de 03/07/04 Averb. 21/07/04	Proc. n 5712 03/08/2004	307,02	307,02	307,02	Grão Mogol	388.859
402	34	Sítio dos Borges	Portaria nº 185 IEF de 17/12/04 Averb. 28/12/04	Proc. n 6673 02/12/03	66,00	66,00	66,00	Itabira	125.449
403	35	Mata do Tuffi	Portaria nº 71 IEF de 06/10/2000 Averb.:28/11/00	Proc. n 1642 11/12/2000	56,93	56,93	56,93	Itapeçerica	104.314
404	36	Fazenda São Lourenço	Portaria nº 61 IEF de 03/05/02 Averb. 19/06/02	Proc. n 1413 17/07/2002	177,20	177,20	177,20	Itamarati de Minas	9.449
405	37	Olga Coelho Ullmann	Portaria nº 82 IEF de 23/07/01 Averb. 13/08/01	Proc. n 1524 31/08/2001	92	92	92	Juatuba	9.714
406	38	Vale de Salvaterra	Portaria nº 102 IEF de 22/08/02 Averb. 15/01/04	Proc. n 5017 21/05/2004	263,30	263,30	263,30	Juiz de Fora	143.387
407	39	Antônio Lopes Merson	Portaria nº 119 IEF de 28/10/03 Averb.: 02/12/03	Proc. n 0081 19/12/2003	219,90	219,90	219,90	Ladainha	86.610
408	40	Fazenda Carneiro	Portaria nº 126 IEF de 28/10/03 Averb. 01/07/04	Proc. n 4927 06/11/02	483,74	483,74	483,34	Lagamar	147.371
409	41	Serra do Ibitipoca	Portaria nº 70 IEF de 06/10/00 Averb. 21/08/01	Proc. n 1860 17/09/2001	5	5	5	Lima Duarte	84.804
410	42	Sítio Du Tileco	Portaria nº 90 IEF de 24/07/02 Averb. 21/08/02	Proc. n 2126 30/09/2000	7,40	7,40	7,40	Machado	58.714
411	43	Fazenda São Lourenço/Matinha	Portaria nº 154 IEF de 16/12/02 Averb.: 15/07/03	Proc. n 0938 06/08/2003	7.96	7.96	7.96	Manhuaçu	62.843
412	44	Irmã Scheila	Portaria nº 05 – IEF de 08/01/04	Proc. n 1088	82,2	82,2	82,2	Manhuaçu	62.843

			Averb. 05/03/04	22/04/2004						
413	45	Sítio Ventania	Portaria nº 147 IEF de 26/12/01 Averb. 19/02/02	Proc. n 0924 05/03/2002	1,46	1,46	1,46	Mirai	32.092	
414	46	Fazenda Lagoa	Portaria nº 16 IEF de 04/02/05 Averb. 15/06/05	Proc. N 5172 20/02/03	291,56	291,56	291,56	Monte Belo	42.176	
415	47	Usina Coronel Domiciano	Portaria nº 018 IEF de 19/04/00	Proc. n 0816 08/10/2000	222	222	222	Muriaé	84.215	
416	48	Mata do Jambreiro	Portaria nº 070 IEF de 11/09/98 Averb. 20/12/99	Proc. n 6094 31/12/1999	912	912	912	Nova Lima	42.845	
417	49	Mata Samuel de Paula	Portaria nº 76 IEF de 06/10/00 Averb:07/12/00	Proc. n 2225 18/11/1999	147,83	147,83	147,83	Nova Lima	42.845	
418	50	Fazenda Vargem Alegre	Portaria nº 104 IEF de 28/12/00 Averb.22/02/01	Proc. n 0268 25/04/2001	9,68	9,68	9,68	Pedro Leopoldo	29.256	
419	51	Fazenda Campinho	Portaria nº 106 IEF de 28/12/00 Averb. 22/02/01	Proc. n 2226 25/04/2001	43	43	43	Pedro Leopoldo	29.256	
420	52	Sol Nascente	Portaria nº 06 IEF de 08/01/04 Averb. 09/02/04	Proc.nº 9925 09/02/04	60,28	60,28	60,28	Pedro Leopoldo	29.256	
421	53	Monte Santo	Portaria nº 161 IEF de 30/12/02 Averb.: 21/01/03	Proc. n 0588 31/03/2003	5,2	5,2	5,2	Piracema	28.045	
422	54	Retiro Branco	Portaria nº 105 IEF de 28/12/00 Averb. 19/02/01	Proc. n 8108 25/04/2001	207,46	207,46	207,46	Poços de Caldas	54.087	
423	55	Morro das Árvores	Portaria nº 071 IEF de 08/11/99 Averb.: 18/04/00	Proc. n 4756 22/11/1999	216,78	216,78	216,78	Poços de Caldas	54.087	
424	56	Fazenda Olhos D'Água	Portaria nº 121 IEF de 28/10/03 Averb. 19/12/03	Proc. n 0001 19/02/2004	157,98	157,98	157,98	Sacramento	307.078	
425	57	Fazenda dcs Cordeiros	Portaria 0083 IEF – 09/10/98	Proc. n 0693 16/10/1998	13	13	13	Santa Luzia	23.452	
426	58	Arizona	Portaria nº 63 IEF de 14/04/05 Averb. 08/06/04	Proc. n 6558 03/09/03	179,40	179,40	179,40	Santa Vitória	300.197	
427	59	Fazenda da Gruta	Portaria nº 60 IEF de 03/05/02 Averb. 08/08/02	Proc. n 3718 06/12/2002	709	709	709	Santana do Deserto	18.244	
428	60	Fazenda do Tanque	Portaria nº 151 IEF de 05/08/05 Averb. 01/09/05	Proc. n 1469 03/02/04	10,49	10,49	10,49	Santana dos Montes	19.621	
429	61	Ermo dos Gerais	Portaria nº 123 IEF de 28/01/03 Averb. 01/12/03	Proc. n 5191 06/07/2004	146	146	146	Santana do Riacho	67.730	
430	62	Brunas do Espinhaço	Portaria nº 17 IEF de 04/02/05 Averb. 12/05/05	Proc. n 6664 01/12/03	670	670	670	Santana do Riacho	67.730	
431	63	Fazenda da Glória	Portaria nº 03 IEF De 15/01/99	Proc. n 2377 10/08/1999	129	129	129	Santo Hipólito	43.288	
432	64	Sociedade Mineira de Cultura Nipo Brasileira	Portaria nº 75 IEF de 06/10/2000 Averb. 20/11/00	Proc. n 8474 06/12/2000	22,11	22,11	22,11	São Joaquim de Bicas	7.203	
434	65	Dr. Marcos Vidigal de Vasconcelos	Portaria nº 34 IEF de 19/05/99	Proc. n 2484 06/04/1999	84,20	84,20	84,20	Tombos	28.290	
435	66	Darcel Batalha	Portaria nº 11 IEF de 31/01/05	Proc. n 4800 07/04/04	306,66	306,66	306,66	Tombos	28.290	
436	67	Fazenda Barrão	Portaria nº 151 IEF de 05/12/02 Averb.: 11/02/03	Proc. n 4825 01/07/2003	545	545	545	Três Marias	268.161	
432	68	Fazenda Lavagem	Portaria nº 069 IEF de 26/04/04 Averb. 09/06/04	Proc. n 3580 01/07/2003	90	90	90	Três Marias	268.161	
437	69	Sítio Som e Poesia	Portaria nº 146 IEF de 26/12/01 Averb. 09/01/02	Proc. n 7406 15/01/2002	3,50	3,50	3,50	Três Pontas	68.962	
438	70	Vale Encantado	Portaria nº 070 IEF de 14/05/04 Averb. 22/04/05	Proc. n 0084 24/02/03	38,13	38,13	38,13	Uberaba	454.051	

Refúgio Estadual de Vida Silvestre (Fator de Conservação (FC) = 1,0)

ITEM		Unidade de Conservação						Município	
IDG	IDE	Denominação	Legislação De Criação	Dados do Cadastro	Área Total (ha)	Área da UC (ha)	Área de Uso Direto (ha)	Nome	Área do Município (ha)
439	01	Rio Pandeiros	Dec. Nº 43.910 de 05/11/04	Proc. S/N 05/11/04	6.102,75	6.102,75	6.102,75	Januária	667.041

Fonte: Brasil. Ministério do Meio Ambiente, 2005.